UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Silvana Pereira de Campos

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ.

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
Abril de 2016

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Silvana Pereira de Campos

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos / RJ, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL.

Orientadora: Profª. Rosélia Piquet. Perissé da Silva, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Abril de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

C198p Campos, Silvana Pereira de.

Para além da educação: a contribuição do instituto federal fluminense no desenvolvimento do Município de Bom Jesus do Itabapoana –RJ./ Silvana Pereira de Campos – 2016.

153 f.; il.

Orientador: Rosélia Perissé da Silva Piquet,.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades– Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

Bibliografia: f. 129 - 139.

1. Instituto Federal Fluminense - Bom Jesus do Itabapoana (Município). 2. Desenvolvimento local - Bom Jesus do Itabapoana (Município) I: Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU: 377: 332.146.2 (1-21)(815.3B)

SILVANA PEREIRA DE CAMPOS

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos / RJ, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL.

Aprovada em: 27 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profª. Rosélia Perissé da Silva Piquet, DSc - Orientadora
Universidade Candido Mendes

_____

Prof. José Luis Vianna da Cruz, DSc.
Universidade Candido Mendes

_____

Prof. Fernando Antônio Abrantes Ferrara, DSc.
Instituto Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2016.

Dedico esse trabalho à minha família pelos ensinamentos transmitidos, pelos incentivos para persistir diante das dificuldades, pela compreensão nas minhas ausências do convívio diário, pela paciência nos meus momentos de cansaço e principalmente pelos exemplos de luta, amor e carinho.

Á minha filha Ana Paula em especial, por mais esse momento de compreensão da ausência em sua vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua presença infinita em minha vida, pela oportunidade oferecida e por te cuidado da minha família para eu me dedicar ao mestrado.

À minha orientadora Professora Rosélia Perissé da Silva Piquet, por ter acreditado no meu projeto e tê-lo tornado uma realidade.

Aos professores das disciplinas do mestrado, pelo prazer de novas descobertas.

A Universidade Candido Mendes pela oportunidade e em especial à Cida pela atenção.

Aos colegas da turma 14/2014 pelo carinho e acolhimento. Amizade eternizada.

Ao Instituto Federal Fluminense pela oportunidade para a qualificação.

Aos colegas de trabalho e alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana pela valorosa participação e contribuições na pesquisa.

Ao professor e amigo Fernando Antônio Abrantes Ferrara, incansável no apoio, encaminhamento de material de pesquisa e orientação.

À minha mãe Maria Therezinha e minha irmã Vania, pelo apoio nos momentos de dificuldade e principalmente pelo carinho.

À minha filha Ana Paula, pelo amor e carinho nos momentos difíceis e por ser sempre meu maior incentivo e orgulho. A ela e a meu genro Júlio por me receberem em sua casa com imenso carinho durante o período das disciplinas, me oferecendo um lar aconchegante, que minimizou a distância e me ofereceu conforto. Além do apoio técnico para conclusão dessa dissertação

Ao meu esposo Paulo Sérgio, pela paciência, apoio e orientação técnica nos momentos difíceis desse trabalho.

A todos os colegas do IFFluminense, que gentilmente me enviaram seus trabalhos e que muito colaboraram com essa pesquisa: Eduardo Moreira, Fernanda Rabelo, Arthur Rezende, Marlúcia Lumbreras, Fernanda Costa, Gabriel Carvalho, Fábio Siqueira, em especial.

A todos que de alguma forma contribuíram para a tornar real o que um dia foi um sonho.

RESUMO

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ

Esse trabalho tem como objetivo analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no município de Bom Jesus do Itabapoana tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Esse objetivo está em consonância à Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que indica que os Institutos Federais deverão observar em suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão as demandas do território de abrangência. A pesquisa, abrange o período de 2006 a 2015. Essa delimitação teve como propósito comparar o período em que a instituição era vinculada à Universidade Federal Fluminense com o período em que passou a integrar o Instituto Federal Fluminense. Buscou-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana. Assim, a pesquisa de campo procurou identificar se o IFFluminense através do pagamento de salários aos servidores, bolsas e auxílios aos estudantes, compras locais e contratação de firmas terceirizadas contribui para o crescimento econômico dos diferentes setores da economia local. A pesquisa desenvolvida neste trabalho foi de natureza aplicada e descritiva, além da abordagem qualitativa, através de entrevistas realizadas com representantes do IFFluminense. Foi realizado um levantamento bibliográfico, documental e eletrônico, com o propósito de subsidiar a compreensão do tema e ainda a pesquisa de campo, inicialmente, através da observação direta e em seguida, aplicação de questionários. Os resultados obtidos mostraram que os impactos econômicos e financeiros, são significativos para Bom Jesus do Itabapoana, mas são necessárias parceiras que aproximem mais o IFFluminense do município e a partir de então desenvolvam ações conjuntas, não apenas no aspecto econômico, mas também político e cultural que beneficiem o local, uma vez que tanto o município, quanto o IFFluminense estão localizados na Região Noroeste Fluminense, que apresenta estagnação econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Federal Fluminense. Desenvolvimento local. Bom Jesus do Itabapoana.

ABSTRACT

BEYOND EDUCATION: THE FLUMINENSE FEDERAL INSTITUTE'S CONTRIBUTION TO THE LOCAL MUNICIPAL DEVELOPMENT IN BOM JESUS DO ITABAPOANA- RJ

This work aims to analyze the presence of the Fluminense Federal Institute of Education Science and Technology in the municipality of Bom Jesus do Itabapoana, having the central axis on its economic influence and its role on local development. This objective is in accordance with Law 11,892 of December 29, 2008, indicating that the Federal Institutes should observe demands of the covered territory in their teaching activities, research and extension. The research covers the period from 2006 to 2015. This demarcation was to compare the period in which the institution was linked to the Fluminense Federal University with the period in which it joined the Fluminense Federal Institute. We attempted to perform an analysis of the socio-economic influence of IFFluminense on Bom Jesus do Itabapoana. Thus, the field research sought to identify if the IFFluminense contributes to the economic growth of different sectors of the local economy by paying salaries to employees, scholarships and grants to students, local purchasing and hiring outside companies. The research developed in this work was of applied and descriptive nature, besides that of the qualitative approach through interviews with representatives of IFFluminense. A bibliographical, documentary and electronic survey was conducted in order to support the understanding of the subject and further field research, initially through direct observation and then through questionnaires. The results showed that the economic and financial impacts are significant to Bom Jesus do Itabapoana, but it is necessary to have partners that brings the county and IFFluminense closer together and from then on, to develop joint actions, not only in economical aspect but also political and cultural so the municipality can benefit from them, since both the municipality and IFFluminense are located in the Northwest region of the state, which presents economic stagnation.

KEYWORDS: Fluminense Federal Institute. Local development. Bom Jesus do Itabapoana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa da Expansão da Rede Federal de EPT: 1909 a 2002 e 2003 a 2010	37
Figura 2:	Marcos históricos oficiais da Rede Federal de EPT	38
Figura 3:	A Escola de Aprendizes em Campos dos Goytacazes	45
Figura 4:	Área de Atuação do Instituto Federal Fluminense no Estado do Rio de Janeiro	50
Figura 5:	Terreno do Colégio na década de 50	61
Figura 6:	Cerimônia de posse da UFF em 1974 (1)	62
Figura 7:	Cerimônia de posse da UFF em 1974. (2)	62
Figura 8:	O CTAIBB em 2008	68
Figura 9:	O *campus* Bom Jesus do Itabapoana em 2015	69
Figura 10:	Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico. 1.	A Expansão da Rede Federal	37
Gráfico 2:	Alunos beneficiados com Bolsas ou Auxílios. Ano de 2015	99
Gráfico 3:	Relação e valores de Bolsas e Auxílios recebidos por alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.	100
Gráfico 4:	Servidores efetivos no *campus* Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.	106
Gráfico 5:	Estados e Cidades de origem dos alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana em 2015.	109
Gráfico 6:	Estado e Cidades de origem dos servidores do *campus* Bom Jesus do Itabapoana em 2015.	110
Gráfico 7:	Gastos dos servidores no município de Bom Jesus do Itabapoana em 2015.	111
Gráfico 8:	Gastos dos alunos no município de Bom Jesus do Itabapoana em 2015.	111
Gráfico 9:	Serviços utilizados por servidores em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.	112
Gráfico 10:	Serviços utilizados por alunos em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.	113
Gráfico 11:	Tipo de residência dos servidores em Bom Jesus do Itabapoana.	113
Gráfico 12:	Valor dos gastos dos alunos ou famílias com alimentação em Bom Jesus do Itabapoana.	114
Gráfico 13:	Tipo de residência do aluno em Bom Jesus do Itabapoana.	114
Gráfico 14:	Valor dos gastos dos servidores ou famílias com transporte e/ou combustível em Bom Jesus do Itabapoana no ano de	115

2015.

Gráfico 15: Total dos gastos dos servidores com alimentação em Bom Jesus do Itabapoana. 116

Gráfico 16: Total dos gastos de servidores com aluguel em Bom Jesus do Itabapoana. 116

Gráfico 17: Alunos residentes em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015. 117

Gráfico 18: Servidores residentes em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015. 117

Gráfico 19: Relação de alunos por curso no *campus* Bom Jesus do Itabapoana 2015. 118

Gráfico 20: Percepção da população de Bom Jesus do Itabapoana sobre a presença do IFFluminense no município, na visão dos servidores. 120

Gráfico 21: Percepção dos servidores, sobre as mudanças ocorridas na infraestrutura, número de servidores e alunos após a transição UFF/IFF. 122

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes	77
Quadro 2:	Área construída do CTAIBB em 200	81
Quadro 3:	Ampliação do *campus* Bom Jesus do Itabapoana a partir da vinculação ao IFFluminense	81
Tabela 1:	População residente, por cor ou raça. 2000-2010	74
Tabela 2:	Participação das atividades de Bom Jesus do Itabapoana com relação ao Estado do RJ	75
Tabela 3:	Participação das atividades econômicas de Bom Jesus do Itabapoana no PIB Municipal.	75
Tabela 4:	Índices de Renda, Pobreza e Desigualdade em Bom Jesus – RJ.	77
Tabela 5:	Evolução da população urbana e rural.	78
Tabela 6:	Índices de ocupação da população adulta em Bom Jesus do Itabapoana.	78
Tabela 7:	Relação de servidores/qualificação – CTAIBB 2006.	83
Tabela 8:	Relação de servidores/qualificação – IFFluminense 2015.	82
Tabela 9:	Prestadores terceirizados por empresa. Ano 2015.	83
Tabela 10:	Títulos da biblioteca nos anos de 2006 e 2015.	84
Tabela 11:	Relação de cursos, modalidade e total de vagas ofertadas em 2006 pelo CTAIBB.	85
Tabela 12:	Relação de cursos, modalidade e vagas ofertadas no ano de 2015.	86
Tabela 13:	Relação de cursos e distribuição dos alunos por série em 2015.	86

Tabela 14: Cidade de origem dos docentes, TAE e alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana. 90

Tabela 15: Agências financiadoras e entidades envolvidas nos projetos de pesquisa desenvolvidos no ano de 2015. 92

Tabela 16: Ações de extensão do *campus* Bom Jesus do Itabapoana – 2015. 96

Tabela 17: Modalidade e Bolsas e Auxílios no período e 2011 a 2015. 98

Tabela 18: Evolução do orçamento no período de 2012-2015. 103

Tabela 19: Empregos diretos e indiretos no *campus* Bom Jesus do Itabapoana. 105

SUMÁRIO

1:	**INTRODUÇÃO**	17
2:	**OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**	25
2.1:	REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.	25
2.2:	A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA.	39
2.3:	O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.	45
2.3.1:	**Desenvolvimento Local**	51
3:	**O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**	60
3.1:	CONTEXTO HISTÓRICO E REGIONAL DO *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA.	60
3.2:	CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO.	69
3.3:	O *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA.	79
4:	**O IFFLUMINENSE, O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**	101
4.1:	A RELAÇÃO DO IFFLUMINENSE COM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA.	101
4.1.1:	**A influência financeira e econômica do IFFluminense no Município de Bom Jesus do Itabapoana**	104

4.1.2: Percepção da comunidade interna do *campus* Bom Jesus do Itabapoana sobre a importância do IFFluminense para o Município 118

5: CONSIDERAÇÕES FINAIS 125

6: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 129

APENDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA (1) 140

APENDICE B: ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA (2) 142

APENDICE C: ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA (3) 144

APENDICE D: ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA (4) 146

APENDICE E: QUESTIONÁRIOS PARA OS SERVIDORES 148

APENDICE F: QUESTIONÁRIOS PARA OS ALUNOS 151

1: INTRODUÇÃO

Essa dissertação teve como objetivo analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), no município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Esse objetivo está em consonância com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que indica que os Institutos Federais deverão observar em suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão as demandas do território de abrangência.

A pesquisa abrange o período de 2006 a 2015. Essa delimitação teve como objetivo comparar o período em que a instituição esteve vinculada à Universidade Federal Fluminense com o período em que passou a integrar o IFFluminense, acompanhando o processo de mudanças. Pretendeu-se averiguar a contribuição do *campus* Bom Jesus do Itabapoana à sociedade, quer seja pela formação de capital humano, pela contribuição socioeconômica ou ainda pela movimentação da economia local e pela geração de emprego e renda.

Neste contexto, foram destacadas as mudanças na economia do Noroeste Fluminense, uma das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, que esteve até a década de 1980, parcialmente polarizada pela economia do Norte-Fluminense e que a partir de 1987 passou a viver importante momento de estagnação, uma vez que os municípios se encontram excluído dos impactos positivos da produção de petróleo.

Tendo em vista que do total de receitas correntes do município de Bom Jesus do Itabapoana 93% são gastas com o custeio da máquina administrativa, sua autonomia financeira é de apenas 7%. Observa-se ainda que a dependência de transferências de recursos da União, do Estado e das participações governamentais alcançou 86% das receitas totais. Especificamente com relação às receitas

vinculadas ao petróleo, o município de Bom Jesus do Itabapoana teve nelas 11% de sua receita total, um montante de R$ 175,16 por habitante no ano de 2010 (TCERJ, 2011, p.87). Desse modo, uma instituição de ensino publico federal como o IFFluminense, torna-se um importante agente de mudança, o que vem exigindo sua melhor interação não só com o poder local, mas igualmente com a comunidade.

Diante desse novo direcionamento, buscou-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, avaliar seu papel no desenvolvimento da cidade relacionado à sua presença. Dessa maneira, a pesquisa de campo procurou identificar se o IFFluminense através do pagamento de salários aos servidores, bolsas e auxílios aos estudantes, despesas de custeio, contribui para o crescimento econômico dos diferentes setores da economia, assim como, outras situações que favoreçam o desenvolvimento local.

A hipótese levantada foi a de que as atividades do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, vão muito além da pesquisa, do ensino e da extensão, tendo reflexos diretos sobre toda a sociedade e economia local.

O interesse sobre a questão econômica e social de Bom Jesus do Itabapoana, para a autora, vai além dos laços de afetividade. Envolve a preocupação política e social e, por isso, procura corroborar sobre o conhecimento da realidade local, de modo a melhorar a vida das pessoas que residem no município. Neste mesmo sentido considerou-se fundamental a formação do cidadão bom-jesuense, para que possa atuar no mundo do trabalho, com qualificação, contribuindo assim para o desenvolvimento não apenas do seu entorno, mas da região e do próprio país. O IFFluminense demonstra ter potencial e infraestrutura para essa qualificação, pois além de transmitir conhecimento, procura alternativas à melhoria de vida e desenvolvimento da sociedade, através das ações vinculadas principalmente às atividades da extensão.

O crescimento dos Institutos Federais pode ser percebido pelo elevado investimento do governo federal na capacitação de docentes e técnicos administrativos da educação (TAE), assim como, em programas de pesquisa e pós-graduação, que buscam ter reflexo na sociedade como um todo, além da implantação de novos cursos que atendem aos anseios locais e regionais, além da ampliação de vagas nos campi e especificamente no *campus* Bom Jesus do

Itabapoana, objeto de análise dessa pesquisa. Possuem um papel que ultrapassa a transmissão de conhecimento, uma vez que procuram influenciar e participar dos processos históricos, políticos e culturais, agindo não apenas nos seus limites, mas para além da educação. Uma instituição de ensino como os Institutos Federais, apresentam características que permitem a transformação de uma localidade, não apenas como transmissores de saberes, mas como instrumentos de transformação social, política e econômica.

Os Institutos Federais configuram-se com o sentido de proporcionar esperança e novas expectativas para as comunidades da área de sua abrangência, permitindo que o debate se torne fundamental para demarcar com clareza as funções dessas instituições, além de delimitar a sua área de abrangência e atuação dos campi. Nos diversos incisos do art. 6º da Lei nº 11.892 de 2008, que trata das finalidades e características dos Institutos Federais, observa-se a preocupação do legislador com uma proposta considerada nova de educação profissional e tecnológica, com capacidade não só de formar e qualificar a comunidade, como também de atuação nos diferentes setores da economia, dando ênfase ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Observou-se ainda que a oferta dos cursos dos Institutos Federais procura atender à consolidação e fortalecimento das potencialidades econômicas locais, tendo como referência o mapeamento dessas potencialidades na área de abrangência. A oferta de educação tem como princípio atender aos setores da economia local e regional, estruturando-os na área de abrangência de cada campi do Instituto Federal. No artigo 7º da Lei nº 11.892 de 2008, que trata dos objetivos, percebe-se que o tema do desenvolvimento socioeconômico local e regional, é mais uma vez enfatizado, ao estimular os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, assim como à emancipação do cidadão. Fica evidente a preocupação com a oferta de ensino em todos os níveis e modalidades, qualificando e preparando o cidadão para atuar nas mais diversas áreas da economia. Pacheco (2009), esclarece que:

> Alicerçado nos conceitos de territorialidade, desenvolvimento e educação os IFETS passam a desempenhar intervenções fortes em favor do desenvolvimento regional e nacional. No que diz respeito aos processos de desenvolvimento deve se partir de uma fina sintonia com os arranjos produtivos regionais e nacionais formando profissionais com profunda

> consciência social e produzindo tecnologias necessárias a um progresso includente, ético, respeitador do ambiente natural. (p.4)

Percebeu-se com essa análise que o novo modelo de instituição deverá trabalhar com a pesquisa aplicada, promovendo soluções técnicas e tecnológicas que possam ser úteis à comunidade. O mesmo se aplica aos projetos de extensão que são desenvolvidos em sintonia com os arranjos produtivos locais e o mercado de trabalho, com o objetivo de difundirem conhecimentos científicos e tecnológicos e promoverem desenvolvimento e geração de trabalho e renda.

A questão central que a autora procurou responder foi se a implantação do IFFluminense em 2008 no município de Bom Jesus do Itabapoana contribuiu para o seu desenvolvimento econômico, principalmente quanto a possível redução na saída da população local, ao mesmo tempo em que vem atraindo uma população mais qualificada para atuar no setor de ensino local, permitindo de diferentes formas um maior dinamismo nos setores de produção.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho foi de natureza aplicada e descritiva, objetivando identificar a contribuição do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense no desenvolvimento econômico do município de Bom Jesus do Itabapoana, entre os anos 2006 e 2015, compreendendo os últimos anos em que a instituição esteve vinculada à Universidade Federal Fluminense, a etapa da transformação em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, até os dias atuais. A delimitação desse período se deve ao fato da autora ter interesse na comparação da instituição nos dois momentos da sua trajetória.

Ademais, em 2006, quando da elaboração do Projeto Político Pedagógico do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, vinculado à Universidade Federal Fluminense, encontrou-se dados organizados e que contribuíram para a fundamentação desse trabalho.

Sendo essa pesquisa uma abordagem específica da influência do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, a proposta foi realizar um estudo de caso, com aprofundamento sobre a relação com o desenvolvimento local.

As entrevistas semiestruturadas, procuraram abordar entre outros aspectos: a possibilidade do IFFluminense favorecer o desenvolvimento local; a relação entre a geração de emprego e renda no município, após o IFFluminense e ainda se a

população de Bom Jesus do Itabapoana está percebendo a presença do IFFluminense como um fator de desenvolvimento da região.

> Enquanto participante do processo de construção de conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adéquam à sua questão de pesquisa. Do ponto de vista prático existem razões de ordens diversas que podem induzir um pesquisador a escolher uma abordagem, ou outra (GUNTHER, 2006, p. 207 apud MOREIRA, 2015).

Ainda no que concerne à pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, documental e eletrônico, com o propósito de subsidiar a compreensão do tema e a pesquisa de campo, inicialmente, através da observação e em seguida, aplicando questionários e realizando entrevistas diretas, com o objetivo de enriquecer e complementar os dados sobre a presença do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana.

A pesquisa participante foi uma prática adotada em todos os levantamentos, considerando ser a pesquisadora residente no município e também, professora efetiva de Geografia desde 2006 na UFF e posteriormente sendo servidora do IFFluminense. No período do mestrado, participa da gestão do *campus*, ocupando a Diretoria de Assistência Integral na Formação do Estudante (DAIFE). Passou-se então a observar mais atentamente, as situações cotidianas que pudessem contribuir para a pesquisa. Assim tudo que se tornou relevante, passou a ser anotado ou impresso com o propósito de ser usado posteriormente. Tendo também sido Diretora de Apoio ao Ensino, na gestão da transição UFF/IFFluminense, acumulou ao longo dos anos informações e conhecimento que muitos contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho. Tornou-se uma pesquisadora participante do objeto pesquisado, assumindo o lado da instituição com todas as suas dificuldades diárias e o lado de observadora, característico do pesquisador em relação ao objeto pesquisado.

> O observador sempre tem uma intencionalidade ao olhar para o objeto, neste sentido observador e objeto não se excluem mutuamente, mas se completam e complementam, o objeto só existe em função do observador. Com isso participar do espaço social do objeto não nega a validade da observação pois as intenções de desvincular as relações estabelecidas entre estes objetos (seres humanos) neste espaço social determinado estão

> estreitamente (unicamente) relacionada a questão de pesquisa proposta pelo observador. O observador é ao mesmo tempo observado pela questão que ele propõe desvelar (GEERTZ, 2001, p. 137-138 apud MOREIRA, 2015).

Assim sendo, procurou-se observar a instituição com olhar de pesquisador e planejar cada uma das ações necessárias ao desenvolvimento da dissertação. Percebeu-se que na pesquisa participante, não há um método rigoroso a ser seguido, mas sim que as oportunidades precisam ser aproveitadas.

Com o propósito de perceber impactos econômicos, foram pesquisados os gastos dos estudantes com pagamentos de aluguéis, assim como, com os salários recebidos pelos trabalhadores do IFFluminense, moradores ou não de Bom Jesus do Itabapoana. Sejam eles estagiários, profissionais terceirizados ou servidores públicos.

Goldenberg, (1997, p. 14) esclarece em relação ao problema que “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”.

A pesquisa de campo foi realizada através da observação empírica e utilização de questionários e entrevistas. A amostragem definida para a pesquisa dentro da abordagem qualitativa, usou o critério não-probabilístico de acessibilidade que, segundo Lakatos e Marconi (1991), não faz uso de forma aleatória de seleção. Não há pretensão de realizar análises estatísticas, nem mesmo generalizações. Nesse processo, o pesquisador pode selecionar os elementos os quais têm acesso, admitindo que estes possam representar o universo desejado.

Aplicou-se a entrevista semiestruturada, através de formulário, procurando identificar nos entrevistados, a percepção da condição socioeconômica do município de Bom Jesus do Itabapoana, depois da implantação do IFFluminense. Segundo May (2004):

> Se na pesquisa estruturada o entrevistador segue um roteiro rígido e perguntas padrão, na entrevista semiestruturada, a diferença central “é o seu caráter aberto”, ou seja, o entrevistado responde as perguntas dentro de sua concepção, mas, não se trata de deixá-lo falar livremente. O pesquisador não deve perder de vista o seu foco. (p.149)

A escolha por essa técnica se deve à necessidade da pesquisadora, em conseguir informações que garantissem à pesquisa dados mais completos. A técnica, permitiu maior liberdade, por não apresentar rigidez, o que não significa que o entrevistado falou livremente. Preservou-se o foco, apesar da sua informalidade. De acordo com Gil (1999, p. 119) “se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados”.

A opção pela entrevista na coleta de dados justificou-se por ser um método eficiente de questões sociais em decorrência de seu princípio aplicativo nas pesquisas. Foram aplicadas pela pesquisadora.

A entrevista é definida por Haguette (1997, p.86) como o “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”

A aplicação de questionários aos servidores, estudantes, funcionários terceirizados do IFFluminense, teve como objetivo, verificar a contribuição da instituição de ensino na geração de emprego e renda, com o propósito de demonstrar se há influência econômica no município de Bom Jesus do Itabapoana.

> A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos (ALBERTI, 2004, p. 31-32 apud MOREIRA, 2015).

O estudo proposto utilizou uma abordagem qualitativa, através de entrevistas realizadas com representantes do IFFluminense – *campus* Bom Jesus do Itabapoana, representados pelo gestor da transição do CTAIBB/UFF, para o IFFluminense; o gestor atual, para entender as mudanças que continuaram a acontecer em sua gestão; à Diretora de Pesquisa e Extensão atual, cujo propósito foi identificar ações da pesquisa e extensão no município e por fim, uma estudante, para avaliar a percepção das mudanças na visão desse segmento, assim como avaliar o entendimento da importância da instituição para o município.

Para as fontes da pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica, foram utilizadas: as referências das disciplinas do mestrado; Biblioteca do Espaço Cultural

Luciano Bastos Borges; a Reitoria (do IFFluminense); diretorias do *campus* Bom Jesus do Itabapoana como: Diretoria de Pesquisa e Extensão (DDPE); Diretoria de Ensino; Diretoria de Planejamento Infraestrutura e Produção; Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Finanças e Orçamentos, fiscais dos contratos das firmas terceirizadas e a pesquisa eletrônica.

Esse trabalho foi estruturado, a partir da divisão em três capítulos: o primeiro capítulo cujo título é "Os Institutos Federais e o Desenvolvimento Local e Regional", apresenta uma análise da história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil, abordando a criação dos Institutos Federais, especialmente o Instituto Federal Fluminense e o desenvolvimento local.

O segundo capítulo, "O Instituto Federal Fluminense e o Município de Bom Jesus do Itabapoana", aborda o contexto histórico e regional do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, sua estrutura e funcionamento, e sua identificação enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão. Também foi apresentado neste capítulo, o município de Bom Jesus do Itabapoana, identificando os principais aspectos do contexto histórico, econômico, social e cultural.

O terceiro capítulo "O IFFluminense, o município de Bom Jesus do Itabapoana e o Desenvolvimento Local", aborda a relação existente entre a instituição de ensino e o município, assim como sua influência no município e quais as transformações socioeconômicas resultantes da presença dessa instituição. Foi descrita a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo e os resultados desse estudo.

Como servidora do IFFluminense e moradora de Bom Jesus do Itabapoana, espero que, ao final desse estudo, a instituição possa ampliar as contribuições no desenvolvimento do município e que esse entenda e contribua com parcerias onde juntos poderão efetivar um maior desenvolvimento local e regional. Caso o resultado não seja o esperado, que o IFFluminense repense suas competências, baseadas na Lei 11. 11.892/08, para se tornar corresponsável através de ações do ensino, da pesquisa e da extensão, no desenvolvimento do município

2: OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

2.1: A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Entender o começo da educação profissional no Brasil é compreender a gênese da dualidade estrutural da educação que até hoje, no século XXI, não foi superada. Para tanto é necessário que voltemos na história para perceber que o cenário educacional brasileiro reflete as contradições da própria sociedade que se formou a partir das relações entre senhores, escravos, e homens livres (CARVALHO, 2014).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, é a evolução da educação profissional desde o início da colonização, tendo sido os índios e os escravos, os primeiros aprendizes de ofício. Segundo Fonseca (1961):

> A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (p. 68)

Sobre a Educação Profissional para os povos nativos, Schimidt (2010 apud MANFREDI 2002, p. 66), cita que as práticas de aprendizagem se efetivavam mediante a observação e a participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e de confecção de objetos. Uma educação profissional que integrava o saber com o fazer, o que ocorre até os tempos atuais.

Após a descoberta de ouro em Minas Gerais e da criação das Casas de Fundição e de Moeda, houve necessidade de um ensino mais especializado e direcionado aos filhos dos homens brancos empregados da Casa. Passa-se a avaliar as habilidades dos aprendizes, adquiridas em um período entre cinco e seis anos.

No mesmo período, criaram-se os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil, que inicialmente, traziam operários especializados de Portugal e no Brasil, recrutavam pessoas nas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para enviarem presidiários em condições de produzir.

Desta forma, a história da educação profissional no Brasil tem algumas experiências registradas nos anos de 1800, adotando o modelo de aprendizagem de ofícios manufatureiros, cujo objetivo era o "amparo" das classes menos privilegiadas da sociedade brasileira. Crianças e jovens eram encaminhados para casas onde recebiam instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, entre outras. Eram as Casas dos Educandos Artífices.

Como bem escreve Garcia (2000), a chegada da família real portuguesa no ano de 1808, permitiu a criação do Colégio das fábricas, sendo este considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público e com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes provenientes de Portugal.

Isto só foi possível, devido à revogação do Alvará de 1785, que proibia a existência de fábricas na Colônia e mandou fechar as existentes, exceto as de panos grosseiros. Diante da necessidade de produtos para o abastecimento da Corte e ainda da pressão dos ingleses, D. João VI assina o decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas permitindo então o livre-comércio em terras brasileiras

> O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil. (FONSECA, 1961 apud PEREIRA, 2003).

A partir da independência do Brasil e com a intensificação da produção manufatureira foram criados os Liceus de arte e ofício, inicialmente custeados com

recursos privados e posteriormente com recursos públicos. O acesso à educação já apresentava a dualidade entre o ensino de ofício destinado aos pobres livres e o ensino de caráter humanista destinado às elites (CARVALHO, 2014).

Assim sendo, as bases da Educação Profissional no Brasil tiveram como objetivo formar crianças, jovens e adultos que viviam à margem da sociedade. As primeiras escolas que constituíram a Rede Federal de Educação Profissional tinham a função de instruir tais pessoas através do ensino de um ofício ou profissão. De acordo com Fonseca (1961, p.68), “habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

A proclamação da república no ano de 1889, não alterou o quadro de analfabetismo quase total da população brasileira, que vendia sua força de trabalho pouco qualificada para a indústria. A escola nesse período cumpria a função social de preparar os filhos das elites para ocupar os futuros cargos de dirigentes, não conseguindo suprir a necessidade de mão de obra necessária ao processo de urbanização e industrialização. Foram então desenvolvidas políticas educacionais que pretenderam, sem muito êxito, implementar o ensino primário universal público. O sistema de ensino da época enfrentava grandes problemas como falta de professores e de infraestrutura, o que resultou na oferta escolar apenas para uma pequena parte da população. Carvalho (2014, apud CANALI, 2009, p. 6)

No início do século XX, mudanças significativas acontecem na formação profissional, passando a partir de então a formar pessoas para a prática profissional. O então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto n° 787, de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola. A escola Técnica Paraíba do Sul, é o antigo colégio Técnico Agrícola Nilo Peçanha, vinculado à Universidade Federal Fluminense e atualmente o *campus* Pinheiral, vinculado ao Instituto Federal do Rio de Janeiro. De maneira objetiva, Cunha (2000) diz que:

> A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado

> em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais. (p. 63)

Ao assumir a presidência do Brasil em 1909, Nilo Peçanha assina, o Decreto nº 7.566, criando, inicialmente, em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, 19 'Escolas de Aprendizes Artífices', destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, para os 'desafortunados' ou 'desvalidos da sorte'. Essas escolas foram os embriões da organização do ensino técnico profissional no Brasil. No decreto da criação das escolas, constavam os motivos que desencadearam essa iniciativa:

> Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação.

Durante o governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940, houve ampliação e consolidação da indústria nacional, cujo objetivo era substituir o modelo agrário-exportador e fortalecer a Indústria nacional. A educação profissional, que já tinha consolidado o seu caráter assistencialista, necessitava cada vez mais atender as demandas dos setores industriais.

Em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, ao mesmo tempo em que estruturou a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. No ano de 1934, a Inspetoria foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional, que favoreceu à expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais, assim como a introdução de novas especializações nas escolas já existentes.

A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

> Art. 129 - "O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino

> profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

A partir da Constituição de 1937, o ensino passa a ser ofertado sob o controle do empresariado e sob a responsabilidade do ministério da educação, sendo que indústrias e sindicatos que criassem escolas para os filhos de seus operários tinha por parte do governo Vargas vantagens e facilidades, com o propósito de suprir a falta de recursos para investimentos por parte do governo.

Em janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

No mesmo ano foi sancionada a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que transformou as escolas de aprendizes artífices em Liceus Profissionais considerando o interesse do então Presidente Getúlio Vargas, uma vez que atendia ao projeto de desenvolvimento industrial por ele sonhado e que atendia aos interesses da projeto político-econômico da burguesia industrial. De acordo com o artigo 37 da Constituição Brasileira:

> Art. 37. A Escola Normal de Artes e Oficios Wenceslau Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em liceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e grãos. Paragrafo único. Novos liceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e grãos, por todo o território do País. (BRASIL, 1988).

Diante do contexto das mudanças, no ano de 1941, vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e que dentre outras, criou o serviço nacional de aprendizagem industrial (SENAI). A reforma tinha como principais pontos, a reorganização da estrutura pedagógica e institucional da educação propedêutica e profissional definindo bases curriculares diferentes para uma e outra.

> A Reforma Capanema estruturou a educação brasileira, denominada regular, em dois níveis: a educação básica e a superior; fez o ajuste entre as propostas pedagógicas existentes para a formação de intelectuais e trabalhadores, segundo as mudanças que ocorriam no mundo do trabalho. No bojo da Reforma Capanema de 1942, foram incluídos uma série de cursos profissionalizantes para atender diversos ramos profissionais demandados pelo desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, por isso, escolas e cursos começam a se multiplicar com essa finalidade sem que a conclusão desses cursos habilitassem para o ingresso no ensino superior. (CANALI, 2009, p. 8)

Em 1942, através do Decreto nº 4.127, os antigos Liceus Industriais passaram a denominar-se 'Escolas Industriais e Técnicas' e ofereciam formação profissional em nível equivalente ao secundário.

Na década de 1950, marco da transição da economia agrário-exportadora, que caracterizava a economia brasileira para a economia industrial, a formação profissional torna-se fundamental e a indústria passa a comandar a economia brasileira.

> o novo e diferenciado perfil industrial que se desenha na economia brasileira passa a exigir maciços investimentos em infraestrutura e na produção de insumos básicos, levando o Estado a aumentar seus gastos, moldando e direcionando seu poder de intervenção de acordo com os interesses do capital industrial (PIQUET, 2007. p. 36)

Sendo o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) marcado pelo aprofundamento da relação entre Estado e economia, a indústria automobilística surge como a grande consolidadora da indústria nacional. Nesse contexto, o Plano de Metas do Governo JK prevê para em um período de cinco anos investimentos maciços nas áreas de infraestrutura. O setor de educação é contemplado pela primeira vez com 3,4% do total de investimentos previstos, com o objetivo de formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passam a ter o nome de Escolas Técnicas Federais (ETF's) tornando-se autarquias, com autonomia administrativa e pedagógica. Essa mudança intensificou a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante do crescimento acelerado do processo de industrialização.

No governo JK, o Ensino Industrial encontrou espaço para crescer. Nesse período destacou-se a adoção de expedientes legais, como a Lei 3552/59 que garantiu maior autonomia das redes de ensino industrial. Merece atenção a

valorização dada os conteúdos voltados para uma formação cultural e propedêutica, presentes na constituição do curso ginasial, e na inclusão de disciplinas de tais áreas nos cursos de nível técnico. A relação do ensino profissional industrial com o modelo do desenvolvimento brasileiro está inserida no desejo de construção de uma grande nação (PEREIRA, 2003).

Segundo Pereira (2003), a modernização foi associada ao progresso técnico e justificada pela necessidade de uma maior integração da economia brasileira à economia mundial e nessa proposta consolidou-se a relação de dependência do Brasil ao capital mundial. As demandas provenientes da expansão industrial colocaram no centro o ensino profissional; que manteve vinculada a este ensino a marca de destinado às camadas pobres.

A partir de 1964, com o golpe militar, inicia-se uma nova fase de integração da economia brasileira ao capitalismo mundial, representando um aprofundamento a favor dos investimentos estrangeiros. Os militares assumem a direção do país com discurso voltado para a modernização e retomado do crescimento econômico (PIQUET, 2007. p. 45-49).

Assim, o ensino profissional no Brasil, passa a fazer parte das medidas autoritárias e centralizadas, abrigadas sob a tese da eficiência e disciplina que se transformaram em marca dos governos militares.

A Lei n. 5.692/71, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), torna obrigatória a formação técnico-profissional no currículo do segundo grau. Neste período, houve aumento significativo do número de matrículas, assim como da oferta de cursos nas Escolas Técnicas Federais. Percebe-se o esforço do governo militar em atender as necessidades tanto da economia, como dos setores produtivos na conjuntura econômica da década de 1970, onde se destacava o período do milagre econômico (1968-1973). A educação profissional torna-se fundamental para o crescimento industrial e consequentemente para os anseios do sistema produtivo.

Segundo Cunha (2000) a profissionalização compulsória do segundo ciclo do ensino médio teve lógica distinta daquela que norteou a fusão dos ramos do primeiro ciclo (a criação dos ginásios orientados para o trabalho ou polivalentes).

> Com efeito, a promulgação da Lei 5692/71 representou, no que se refere ao ensino de 2º grau, a vitória de uma corrente do pensamento que

> propugnava, dentro do MEC, pela profissionalização universal e compulsória do ensino médio, numa especialização estrita dos estudantes conforma as ocupações existentes no mercado. (p.181)

Um conjunto de fatores fez com que a Lei 5692/71 se transformasse em um fracasso. Muitas foram as criticas, feitas por especialistas em educação, como por exemplo: a má vontade de uma parcela da população desinteressada na formação profissional no nível de segundo grau, a falta de professores das disciplinas profissionalizantes, a falta de infraestrutura das escolas e as mudanças do cenário econômico que não era tão promissor como no ápice do “milagre”. Assim, '982, a Lei 7044 retira a obrigatoriedade da qualificação para o trabalho em nível de segundo grau.

Nesse contexto, as escolas técnicas federais intensificaram a formação de técnicos, principalmente em áreas priorizadas pelo governo, visando o desenvolvimento do país, através da ampliação das matrículas e implantação de novos cursos.

A partir da Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978, transformam-se as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica[1] (CEFETs), que além de técnicos, passou a formar também engenheiros industriais e tecnólogos, além da pós-graduação lato e stricto sensu, da pesquisa aplicada e da formação de professores para as disciplinas de formação profissional dos cursos técnicos.

O governo José Sarney, no período de 1985-89, estabeleceu como meta de expansão da rede de escolas técnicas federais, a implantação de duzentas unidades de ensino descentralizadas e juridicamente vinculadas às escolas existentes. A meta prevista não foi alcançada, sendo que algumas nem entraram em funcionamento.

Ao longo do século XX, a Rede Federal de Educação Profissional foi adequando-se às novas demandas apresentadas pela sociedade. Neste contexto, o ensino técnico passou por momentos de maior ou menor proximidade e equivalência com relação à educação básica propedêutica. Na década de 1990, por exemplo, as

---

[1] Art. 1º: As Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, autorizadas a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-lei nº 547, de 18 de abril de 1969, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. (BRASIL, 2010).

vagas ofertadas pelas Escolas Técnicas Federais eram disputadas até mesmo por jovens oriundos da classe pequeno-burguesa, considerando que os egressos destas instituições apresentavam elevados índices de aprovação no vestibular. Nas regiões onde a oferta de bom ensino preparatório para o vestibular era escassa, as Escolas Técnicas acabaram se tornando a opção de estudos propedêuticos (BRASIL, 1999).

A década de 1980 é marcada pelo neoliberalismo, pautado principalmente nas gestões de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margareth Tatcher, na Inglaterra. Nesse contexto, acreditava-se que o mercado tinha condições de solucionar seus problemas econômicos, devendo os governos se restringirem à formulação de políticas sociais. No Brasil, esse período está relacionado quase que exclusivamente para o controle fiscal e monetário, através dos Planos: Cruzado e Cruzado II (1986), Bresser e Verão (1987) e o chamado “feijão com arroz”, do então Ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira. Estas medidas, tiveram poucos efeitos positivos na solução dos problemas sociais e econômicos que assolavam os brasileiros. Teve início um período de recessão econômica que contribuiu para a entrada maciça de produtos importados, retraindo a produção industrial brasileira e favorecendo o crescimento do setor de serviços.

Esse período coincide com as mudanças significativas no modo de produção capitalista a partir da década de 1970, onde os modelos capitalistas baseados no Taylorismo/Fordismo foram sendo substituídos por outros. No Brasil a perspectiva de flexibilização e substituição da qualificação pela competência, são fundamentais para entender as razões que levaram o presidente Itamar Franco, a preparar uma reforma da educação em 1997.

Em dezembro de 1994, o governo Itamar Franco, instituiu o Sistema e o Conselho Nacional de Educação Tecnológica, e promoveu a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica transformando as escolas técnicas federais em CEFET's. O objetivo era atender aos setores produtivos com profissionais de nível técnico médio e superior e que soubessem lidar com novas tecnologias, segundo Carvalho (2014, apud AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 29).

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais (ETF) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico

para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

No ano de 1996, a partir da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro, considerada a segunda LDB, a Educação Profissional ganha um capítulo separado da educação básica, sendo a denominação de Educação Profissional alterada no ano de 2008, a partir da Lei n.º 11.741, de 11 de julho de 1998, para Educação Profissional e Tecnológica. Consta na Lei n. 9.394 sobre a Educação Profissional e Tecnológica a seguinte redação, com as alterações incluídas pela Lei n.º 11.741, de 11 de julho de 2008: os cursos ficam organizados por eixos tecnológicos; a educação profissional e tecnológica se divide em cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação; haverá articulação com o ensino regular; o conhecimento adquirido no trabalho poderá ser objeto de avaliação para reconhecimento e certificação; serão oferecidos cursos especiais abertos à comunidade (SCHIMIDT, 2010).

Em 1997, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso teve início uma reforma da educação, como consequência das ações de um governo comprometido com a divisão internacional do trabalho, além de submisso aos interesses do capital, somando ainda as necessidades geradas a partir da mudança do modo de produção capitalista, na qual teve suas demandas legitimadas por Organismo Multilaterais, como o Banco Mundial, a Unesco, a OIT e o BIRD, que em seus documentos direcionados aos países Latino-Americanos recomendavam as diretrizes para a educação com o objetivo de atender as mudanças dos setores produtivos (CARVALHO, 2014).

O Decreto 2.208 de 1997 passa a regulamentar a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). A reforma foi implementada no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e contou com a participação do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho. O referido decreto dividia a educação profissional em 3 níveis: o básico, que não possui regulação curricular, utilizados para atualizar o conhecimento profissional de jovens e adultos, o técnico, voltado para aqueles que tivessem concluído ou

cursando o ensino médio, e o Superior, que tem na figura do tecnólogo a principal inovação em relação a educação de nível superior voltada para o mercado Carvalho (2014, apud OLIVEIRA, 2004, p. 5).

Tendo o Partido dos Trabalhadores, vencido as eleições de 2002, o que se esperava era que a educação profissional deixasse de atender aos interesses exclusivos do empresariado brasileiro. A chegada de Lula à presidência deixava esperançoso os setores da sociedade que viam no decreto 2.208/97 a principal barreira que impossibilitava a educação brasileira de trilhar um caminho voltado para o atendimento das reais necessidades da população (CARVALHO, 2014).

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva, tem-se a substituição do Decreto de n. 2.028/97 pelo Decreto n.º 5.154, de 2004. Afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2004).

> O Decreto n. 2.028/97 era ilegal ao determinar a separação entre o ensino médio e a educação profissional [...], em confronto com a LDB: “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” [...] e “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular. (p. 1, apud SCHIMIDT, 2010):

Em 2005, com a publicação da Lei 11.195, acontece o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Também nesse ano ocorre a Transformação do CEFET – Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

Em 2006, houve o lançamento do catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia ao mesmo tempo em que é instituído o Programa Nacional de Integração da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

No ano de 2007 acontece a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que teve como meta a entrega de mais 150 novas unidades, perfazendo até 2010 um total de 354 unidades cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Em 2008, entrou em vigor o catálogo nacional de cursos técnicos, depois de um período de 6 meses de consulta pública, se tornando um importante instrumento de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil.

Os Catálogos de cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia são uma forma de padronizar os diversos cursos criados em cada modalidade de ensino. Assim sendo, as instituições e os alunos passaram a contar com um documento que orientava a oferta de cursos. Os catálogos definiam também a carga horária mínima, a descrição dos cursos, as possibilidades de atuação profissional e a infraestrutura recomendada. São divididos por eixos tecnológicos e na sequência pela oferta de cursos.

O último e importante passo da trajetória da Rede Federal aconteceu em 29 de dezembro de 2008, quando a Lei nº 11.892 integrou e/ou transformou a grande maioria dos CEFET's, todas as Escolas Agrícolas Federais e as Escolas Técnicas Federais e algumas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETVUF's) em Institutos Federais (IF's). Essa mesma lei federal institui Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), pois até então a expressão 'Científica' não fazia parte da denominação. De acordo com Carvalho (2014):

> O esgotamento do fordismo e todas as mudanças decorrentes da chegada da flexibilidade acabaram por mudar também as exigências laborais de forma que o setor produtivo não precisava mais daquele funcionário que "não pensa", que é um mero apertador de parafuso, que foi formado para não questionar, não criar, não pensar. As inovações tecnológicas, as rápidas mudanças na produção, exigiam cada vez mais dos funcionários a agilidade intelectual para acompanhar as inovações. (p.61)

Em 29 de dezembro de 2008, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

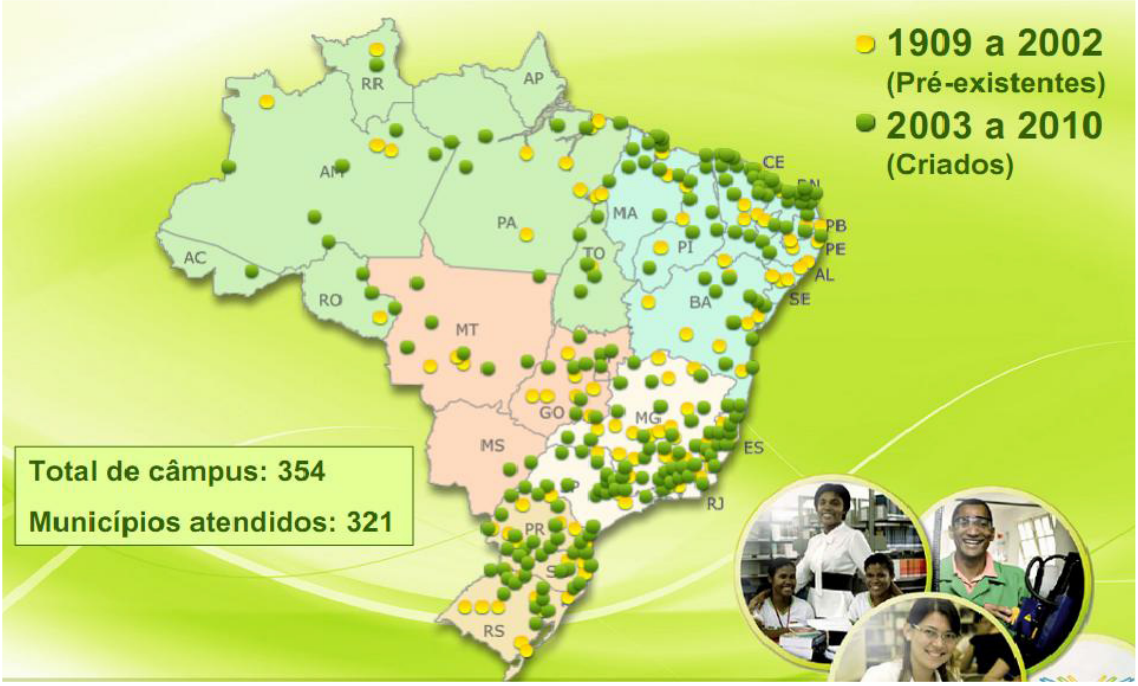

Figura 1: Mapa da Expansão da Rede Federal de EPT: 1909 a 2002; e 2003 a 2010
Fonte: Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/>. Acesso em: 14 mar 2016.

A educação profissional e tecnológica passa a assumir um valor estratégico para o desenvolvimento nacional, em consonância com o desenvolvimento regional e local, resultantes das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal.

Gráfico 1: A Expansão da Rede Federal.
Fonte: Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 14 mar 2016.

O governo Lula, foi sucedido pela Presidenta Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores e foi marcado pelo grande volume de programas sociais voltados às camadas mais pobres da população. A conquista de relativa estabilidade econômica e a descoberta de grandes reservas de petróleo criaram a expectativa de crescimento da economia a médio e longo prazo. Apesar de pertencerem a um partido de esquerda, o PT, estes governos mantiveram a transferência de serviços essenciais à população, como educação, por exemplo, para a iniciativa privada. Se antes, prevaleciam as privatizações, agora se estabelecem parcerias público-privadas, mediante o repasse de verbas públicas para que empresas privadas exerçam algumas das funções do Estado, como continua ocorrendo com o PROUNI e passa a ocorrer com a criação do PRONATEC, em uma parceria com o Sistema S (BRASIL, 2012).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tem uma história de 100 anos, sendo que suas atividades iniciais eram voltadas para “as classes desprovidas” e atualmente conta com uma estrutura que procura atender a todas as pessoas, além de permitir o acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Assume importância ainda, através das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e tecnologia; com o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho. A figura 3, apresenta uma linha do tempo, com os principais marcos do desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

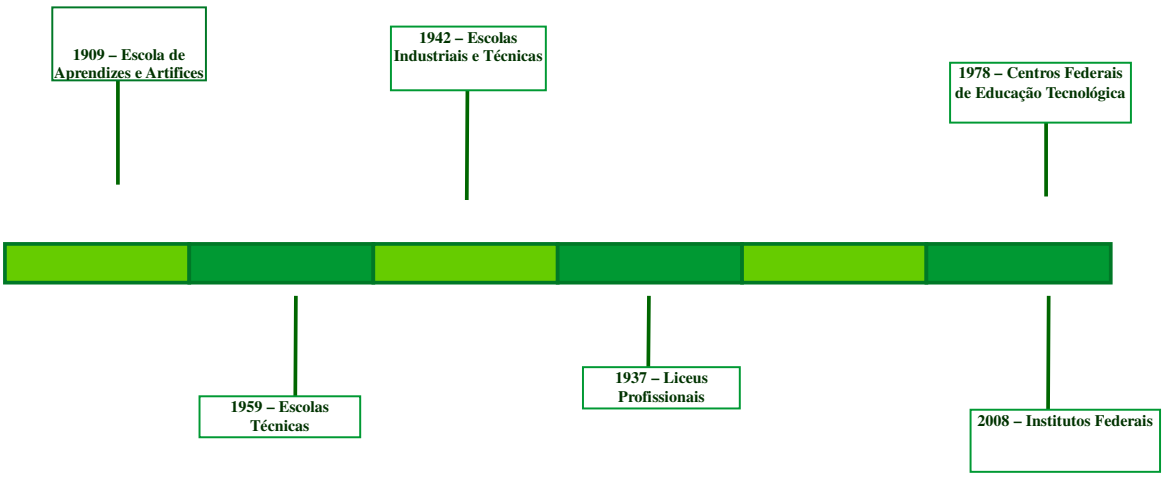

Figura 2. Marcos históricos oficiais da Rede Federal de EPT.
Fonte: Elaborada pela autora (com dados do MEC/SETEC)

2.2: A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Na análise de Diniz e Croco (2006), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados, entre outras finalidades, para contribuir com o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia e inovação para a sociedade,

Os Institutos Federais se originaram da transformação ou agregação de instituições já existentes e que optaram pela mudança, e por isso apresentam uma estrutura diferenciada.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu no âmbito do sistema federal de ensino, conjuntamente com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os Institutos Federais que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (Lei 11.892, Art. 2º).

Segundo Pacheco (2010), os Institutos Federais têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 400 campi espalhados por todo o território brasileiro, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

A concepção pedagógica dos institutos estabelece a verticalização, abrangendo a educação básica, profissional e superior. Permite ainda que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino, assim como que os discentes compartilhem de diferentes espaços de aprendizagem, considerando que a formação educacional pode chegar ao doutorado. Desta forma, tanto a estrutura física, como os profissionais e recursos podem ser otimizados.

A concepção da educação profissional e tecnológica tem como objetivo as ações de ensino, pesquisa e extensão, integrando ciência, tecnologia e cultura como

dimensões indissociáveis da vida humana, ao mesmo tempo que desenvolve a capacidade de investigação científica.

Além disso, os Institutos Federais apresentam como uma das finalidades o compromisso com o desenvolvimento local e regional, sendo necessário um diálogo próximo, das instituições com a realidade local e regional, conforme disposto no artigo 6º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008:

> I: Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II: Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e os recursos de gestão; (...) IV:Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008).

O desenvolvimento local, regional ou nacional, não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento. Os Institutos se revelam como espaços que privilegiam a aprendizagem, inovação e transferência de tecnologia capazes de mudar a vida de milhares de brasileiros (PACHECO, 2010).

Com essa característica de fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional, os Institutos Federais procuram cumprir o papel de poder contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais (SILVA, 2013).

O território de desenvolvimento das ações dos Institutos Federais, é a mesorregião onde estão localizados. Porém pode extrapolar este limite quando de sua atuação em rede. Assim sendo, os Institutos devem explorar as potencialidades de desenvolvimento; a vocação regional e local; a produção e transferência de tecnologias e conhecimentos, assim como a absorção da mão de obra qualificada nesse espaço. Para que isto aconteça se faz necessário o acompanhamento do perfil socioeconômico político-cultural da região de abrangência dos Institutos e seus respectivos *campi*.

Com o propósito de se transformarem em um elemento fundamental no processo produtivo e na construção dos caminhos voltados para o desenvolvimento local e regional, os Institutos Federais devem extrapolar o entendimento de que a educação profissional e tecnológica é uma simples instrumentador de pessoas para

trabalhar em um determinado mercado. Será necessário gerar conhecimentos capazes de influenciar a trajetória dos lugares e tornar-se capacitado para contribuir com o desenvolvimento local e regional. Silva (2013), aponta a importância de uma pactuação nacional, em prol do desenvolvimento, com atuação dos governos municipal e estadual, dos empresários locais, bancos comerciais e de desenvolvimento, além de instituições de pesquisa, cooperativas, associações e outros que estejam unidos pela redução das desigualdades. Os Institutos Federais sozinhos, não apresentam elementos suficientes para induzir ao desenvolvimento local e regional

Visando o cumprimento dos objetivos definidos na sua criação, os Institutos Federais possuem um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)[2], onde são planejadas as ações para cada *campus*, com o propósito de atender aos objetivos relacionados abaixo, de acordo com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe no seu artigo 7º:

> I : ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II: ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV: desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V: estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI: ministrar em nível de educação superior: (BRASIL, 2008).

A autora atuou na gestão do *campus* Bom Jesus do Itabapoana como Diretora do Departamento de Ensino, e no ano de 2009, participou juntamente, com o Diretor de Ensino, o Diretor-Geral e coordenadores de cursos, da elaboração do primeiro PDI do Instituto Federal Fluminense, com o objetivo entre outros, de indicar ao MEC

---

[2] : O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (MEC).

a previsão de novos cursos a serem implantados até o ano de 2014, assim como, o total de vagas para cada curso. Essas ações, nortearam a política educacional pelo período de 5 anos.

Consta na Lei 11.892/2008, assim como na proposta político-pedagógica, dos Institutos Federais, que estes deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores. Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições. A finalidade é formar profissionais, assim como, produzir tecnologias que apresentem soluções para os problemas locais e regionais

Desta forma, a educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais, tem a finalidade de qualificar profissionais, assim como produzir tecnologias que busquem solucionar problemas locais e regionais, além de habilitar estes profissionais, para atuarem de acordo com as condições produtivas, sociais e culturais, uma vez que instiga a compreensão da realidade, além de favorecer a integração da educação profissional às outras etapas formativas, permitindo a formação de profissionais reflexivos e criativos.

Pretende-se que os Institutos Federais, ao construírem a proposta pedagógica, estabeleçam diálogo e atendam aos anseios da sociedade se transformando em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, colocando-se diante das questões de diversidade cultural e de conservação ambiental, buscando estabelecer um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado com o local.

Segundo Pacheco (2010, p.29) O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos, capazes de se transformarem em agentes políticos com competência para ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de mudanças políticas, econômicas e sociais.

Assim sendo, a educação para o trabalho se torna fundamental, para gerar conhecimentos, ao mesmo tempo que permite a emancipação do ser humano,

pensando uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.

Os Institutos Federais, em sua concepção, buscam unir o acadêmico-científico-cultural na procura de soluções para os problemas de seu tempo. A ciência deve estar a serviço do ser humano e a divulgação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso. O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é ir além da descoberta científica. Deverá estar presente em toda a trajetória de formação do trabalhador, além de se tornar indissociável da extensão. Os conhecimentos produzidos, através das pesquisas desenvolvidas nos Institutos Federais, deverão ser colocados a favor dos processos locais e regionais, buscando o reconhecimento e valorização nas esferas nacional e global, contribuindo de fato, para o desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania, sem perder de vista a dimensão universal.

A Educação Profissional e Tecnológica enquanto política pública, fundamentada na igualdade e na diversidade, trás como meta, além da formação de mão de obra, promover o diálogo com outras políticas como por exemplo: trabalho e renda; desenvolvimento setorial, ambiental, social, educacional, cultural, entre outros.

Os Institutos Federais foram estabelecidos através de uma rede social tecida a partir das relações sociais existentes e que oportunizam, por um lado, o compartilhamento de ideias, visando à formação de uma cultura de participação e, de outro, a absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente (PACHECO, 2010, p.23).

A Lei 11.892/2008 trata ainda, da questão da autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar dos Institutos Federais enquanto autarquia, assim como, da criação e extinção de cursos mediante autorização do Conselho Superior e ainda da emissão e registro de diplomas[3].

---

[3] . Lei 11.892/2008 – Art. 2º: § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. § 2º: No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. § 3º: Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Os Institutos Federais, podem também ser equiparados com as Universidades Federais naquilo que diz respeito à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior. Aponta igualmente para a possibilidade de autoestruturação, necessária ao exercício da autonomia, o fato da proposta orçamentária anual ser identificada para cada campi e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. (PACHECO, 2010).

Para realizar suas atribuições, cada instituto tem uma estrutura multicampi, isto é, possuem diversos campi, dispondo, cada um, da prerrogativa de submeter sua proposta orçamentária anual, confirmando assim, o território como dimensão essencial de sua função. (BRASIL, 2008).

A organização administrativa do Instituto Federal, é composta por órgãos consultivos - Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior e órgão executivo a Reitoria, composta por um reitor e cinco pró-reitores, tendo cada *campus* um diretor-geral responsável pela direção do mesmo. Reitor e diretor-geral são submetidos a processo de consulta à comunidade escolar: corpo docente, servidores técnico-administrativos e corpo discente, para sua condução ao cargo, cujo mandato se dá em um período de quatro anos, permitida uma recondução, submetida igualmente ao processo de consulta. O primeiro, após prévia consulta, é nomeado pelo Presidente da República e o segundo pelo Reitor.

A estrutura física dos Institutos Federais é resultado da herança patrimonial dos antigos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica conforme disposto na Lei 11.892/2008, Art. 17:

> I: pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente; II: pelos bens e direitos que vier a adquirir; III- pelas doações ou legados que receber; e V: por incorporações que resultem de serviços por ele realizado. (BRASIL, 2008)

Considerando as finalidades e objetivos dos Institutos Federais, torna-se importante ressaltar a prioridade em manter a qualidade do ensino, assim como, acrescentar e manter a qualidade já apresentadas por estas instituições. A legislação passará por ajustes, à proporção que for incorporada, mas não deverá perder o foco

no ensino profissional. A população deve cobrar dos gestores, as ações previstas na Lei 11.892/08; assim como de todo o investimento feito pelo Governo Federal e que resultaram na transformação da Rede Federal.

2.3: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.

A história do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, teve seu início quando o Presidente da República, Nilo Peçanha criou através do decreto número 7.566 de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes e Artífices com o propósito de educar e proporcionar oportunidades de trabalho para os jovens das classes menos favorecidas.

A proposta de Nilo Peçanha era implantar as escolas nas capitais dos Estados, pois eram cidades com mais capacidade de absorver a mão de obra. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a escola foi implantada no município de Campos dos Goytacazes, entrando em funcionamento em 23 de janeiro de 1910, com os seguintes cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e eletricidade.

O país ao apresentar um crescimento no setor industrial, necessitava cada vez mais de profissionais capacitados para suprir a demanda do mercado. Assim sendo, doze anos depois, as Escolas de Aprendizes e Artífices de nível primário, foram transformadas em escolas Industriais e Técnicas, passando a partir de então, a serem equiparadas às escolas de ensino médio e secundário. No contexto de mudanças, no ano de 1942, a sede da escola em Campos dos Goytacazes fica pequena, demandando novas instalações.

Figura 3: A Escola de Aprendizes em Campos dos Goytacazes.
Fonte: Disponível em: <http://www.portal.iff.edu.br/institucional>. Acesso em: 12 jan 2016.

A partir da década de 1960, para atender às necessidades do mercado, a Escola Técnica Federal de Campos criou os cursos de: edificações, eletrotécnica e mecânica de máquinas. A nova sede que atenderia também aos novos cursos foi inaugurada em março de 1968.

Na década de 1970, diante da crise econômica mundial, a classe média também passou a buscar alternativas para a educação dos filhos, considerando que as tradicionais escolas públicas viviam um momento de estagnação. Na cidade de Campos de Goytacazes, a opção pública passa a ser a Escola Técnica Federal de Campos, que posteriormente passa a oferecer o curso de química para atender à demanda da indústria açucareira, base da economia local. (IFFLUMINENSE, 2015).

Em 1974, a Escola Técnica Federal de Campos, passa a oferecer em seus currículos apenas cursos técnicos, finalizando a etapa das antigas oficinas de aprendizes. Neste mesmo ano, a Petrobras anuncia a descoberta de petróleo no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, mudando a partir de então os rumos da região e influenciando diretamente na história da instituição que passa a ser a principal formadora de mão de obra para as empresas que passam a operar na Bacia de Campos. (IFFLUMINENSE,2015).

No início da década de 1990, as Escolas Técnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, mas só em 1999, depois de uma longa avaliação institucional, seis unidades da Rede Federal foram autorizadas a oferecer os cursos de nível superior. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos dos Goytacazes, foi uma das unidades contempladas. A partir de então, o desenvolvimento regional se tornou presente no projeto institucional do CEFET Campos, que um ano antes, havia inaugurado a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Macaé.

Em 2002, através de um convênio com a prefeitura do município vizinho de São João da Barra, criou-se o Núcleo Avançado de Ensino do município, com objetivo de ampliar a participação da instituição no desenvolvimento regional. Outro Núcleo também foi criado no município de Quissamã.

Porém, foi em outubro de 2004, através de alguns decretos assinados pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que o CEFET passou a ser de fato um Centro Universitário, com as prerrogativas que lhes eram inerentes. Assim, além do ensino médio e técnico, o CEFET Campos passa a oferecer os cursos

superiores de Automação, Manutenção Industrial, Indústria do Petróleo e Gás, Desenvolvimento de Software, Design Gráfico, Geografia, Matemática, Arquitetura e Ciências da Natureza nas modalidades: Química, Física e Biologia, além de três pós-graduações lato sensu: Educação Ambiental, Produção Sistemas e Literatura, Memória Cultural da Sociedade e um curso de mestrado em Engenharia de Meio Ambiente. (IFFLUMINENSE, 2015).

Em 2005, o CEFET firma convênio com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica/Controle em Automação da Universidade Federal Fluminense (UFF), passando a oferecer o curso de Engenharia de Controle e Automação Industrial, além do Mestrado Interinstitucional.

No ano de 2007, através do Programa de expansão da Rede Federal de Ensino Profissionalizante do Governo Federal, foi criada a segunda unidade descentralizada do CEFET Campos com autonomia educacional: a Unidade de Ensino Descentralizada do distrito de Guarus, em Campos dos Goytacazes onde hoje funciona o *campus* Campos-Guarus, que foi concebido para atender a população situada na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Criado pelo Ministério da Educação através do Programa de Expansão da Rede Federal de educação profissional, o c*ampus* está construído numa área de 20 mil metros quadrados e 16.417 metros quadrados de área urbanizada cedida pelo 56° Batalhão de Infantaria do Exército. (IFFLUMINENSE, 2015).

No ano de 2008, acontece a transformação do CEFET Campos em Instituto Federal Fluminense com o propósito de criar oportunidades para o acesso ao mercado de trabalho, através da qualificação do trabalhador, em um momento em que a economia brasileira cresceu e os municípios buscam alternativa, ampliando a pesquisa e melhorando a qualidade da educação profissional, para seguir o fluxo do desenvolvimento, merecendo assim, mais atenção do governo brasileiro. São instituídos 7 novos campi e em 2015, esta estrutura se ampliou passando o IFFluminense a ser formado por 14 unidades de ensino.

Em 05 de março de 2009, como parte do Plano de Expansão da Rede Federal, foi inaugurado o *campus* Cabo Frio, na Região dos Lagos. O *campus* tem como objetivo prestar educação profissional e pública de qualidade para toda região das Baixadas Litorâneas que abrange os municípios de Búzios, Cabo Frio, Arraial do

Cabo, São Pedro da Aldeia, Casimiro de Abreu, Araruama, Iguaba, Maricá, Saquarema, Silva Jardim. (IFFLUMINENSE, 2015).

No mesmo ano, o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, Escola Agrícola vinculado à Universidade Federal Fluminense, foi integrado ao Instituto, tornando-se o *campus* Bom Jesus do Itabapoana, que tem por finalidade promover a habilitação profissional em nível médio no âmbito das ciências agrárias. Seus recursos são utilizados na prática de atividades de extensão e em atividades de aprendizagem, formando novos contingentes de profissionais na região para promover o interesse do homem pela terra, tendo em vista a rapidez com que se vinha verificando a migração de mão de obra rural para as grandes cidades. Sua ação educacional se amplia quando executa projetos de ensino e produção, voltados para a tentativa de solucionar problemas econômicos e ambientais da região (IFFLUMINENSE, 2015).

Fernando Antônio Abrantes Ferrara[4], gestor 2008-2012, descreve os motivos da desvinculação do CTAIBB da UFF, assim como, da vinculação ao IFFluminense:

> Diante disso e atendendo a um antigo anseio da comunidade Bom-jesuense e da região, o CTAIBB buscou junto à UFF a possibilidade de ser contemplado no REUNI com um Polo Universitário, não obtendo um parecer favorável a esse pleito. Foi feita uma consulta ao Reitor, à época, sobre a possibilidade da desvinculação do CTAIBB da UFF para aderir à proposta dos Institutos Federais. O Reitor sinalizou positivamente, afirmando que daria o aval ao CTAIBB desde que, após consulta à comunidade, esta se manifestasse favorável à desvinculação. (FERRARA. 2016, p. 2).

Em 2006, o atual IFFluminense, então CEFET Campos, e a Prefeitura de Quissamã firmaram uma parceria, implantando o Núcleo Avançado Quissamã, cujas aulas do Curso Técnico em Eletrotécnica eram ministradas em uma Escola Municipal. Paralelo a esse processo, a prefeitura de Quissamã iniciou um projeto de construção de uma sede para abrigar a unidade do Instituto no município.

No município de Cambuci, no Noroeste Fluminense, as ações para implantação do núcleo avançado do Instituto Federal Fluminense, foram iniciadas em 2009, com o encaminhamento de solicitação de cessão da Fazenda Santo Antão, que pertencia ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por

---

[4] Entrevista concedida por Fernando Antônio Abrantes Ferrara, Professor e Diretor-Geral no período de transição UFF/IFFluminense, gestão 2008-2012. Entrevista II. [mar.16], entrevistadora: a autora. Bom Jesus do Itabapoana, 2016.

meio da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro[5].

Em continuidade ao Programa de Expansão da Rede de Educação Profissional do Ministério da Educação (MEC), o Instituto Federal Fluminense inaugurou o *campus* Itaperuna em março de 2009.

Em São João da Barra está o Núcleo Avançado, em parceria com a prefeitura que permite aos estudantes permanecerem em seus locais de origem e se qualificarem. O Governo Federal transformou o Núcleo Avançado Quissamã em *campus* Avançado em 2010 e, posteriormente, em *campus*, o que garantiu a unidade mais autonomia administrativa e financeira para ampliar suas atividades no município. (IFFLUMINENSE, 2015).

Em Ubatiba, está sendo construído o *campus* Avançado Maricá, o primeiro a entrar em funcionamento na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, em uma parceria com a Prefeitura Municipal. A previsão é de que as obras sejam concluídas em 2016. (IFFLUMINENSE,2015).

No município de Campos dos Goytacazes, temos ainda a Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental – *campus* Rio Paraíba do Sul que desenvolve pesquisa na área de Agroecologia, Energia Renovável e Agricultura Orgânica, para atender aos anseios dos produtores locais.

O *campus* Santo Antônio de Pádua, no Noroeste Fluminense, entrou em funcionamento em 2015 e o campus Itaboraí encontra-se com as obras temporariamente estagnadas.

A oferta de cursos em todos os campi procuram levar em consideração o arranjo produtivo local com o intuito de garantir a permanência dos estudantes em suas próprias regiões, assim como qualificar profissionais que se comprometam com o desenvolvimento local.

Atualmente, o IFFluminense atua nos três níveis da formação profissional. Trabalhando na educação inicial e continuada de trabalhadores, oferece cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia, integrado ao ensino médio ou concomitantes ou subsequentes, e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em nível superior, as Licenciaturas, os Cursos de Pós-graduação lato senso e stricto sensu.

Desta forma, o desenho territorial do IFFluminense vem configurando sua

---

[5] : Em junho de 2014 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria n. 505, autorizando o funcionamento do *campus* avançado de Cambuci.

atuação a partir de uma concepção e um formato que, não abandonando sua função principal, que é a formação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, ao mesmo tempo considera mesorregiões como interlocutores fundamentais para a definição de suas políticas educacionais; quando busca saídas para problemas históricos na educação e traz para si a responsabilidade de formar o formador; ou ainda quando avança na pesquisa e na extensão. Tem-se, na realidade, o projeto de um sistema diverso e uno por sua própria natureza e que se materializa nos diferentes campi.

Considerando a vocação regional desta Instituição, este desenho representa os municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Cambuci e Santo Antônio de Pádua, na região Noroeste Fluminense; de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã e Macaé, na região Norte-Fluminense; de Cabo Frio, na região das Baixadas Litorâneas e os municípios de Itaboraí e Maricá, na região Metropolitana, onde estão sediados seus campi e núcleos avançados, conforme figura 4 (IFFLUMINENSE, 2015).

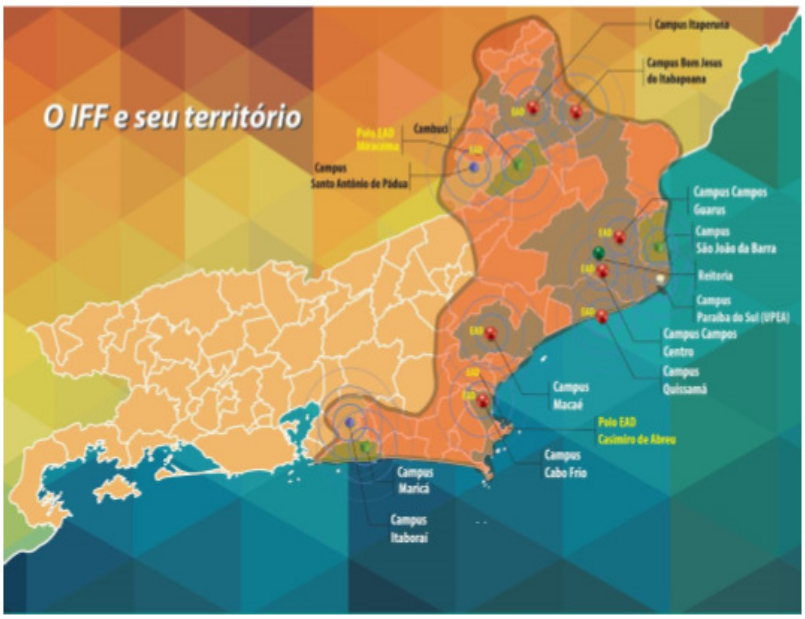

Figura 4: Área de Atuação do Instituto Federal Fluminense no Estado do Rio de Janeiro
Fonte: Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria>. Acesso em: 12 fev. 2016.

2.3.1: O Desenvolvimento Local

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, tanto os crescimentos, como o desenvolvimento econômico, necessitam considerar as dinâmicas das economias regionais, em suas diversidades cultural, territorial, social e econômica entre as regiões, dadas as leis e a própria dinâmica capitalista, que favorece a concentração e a desigualdade ao longo dos séculos.

É necessária uma reflexão inicial sobre os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, uma vez que estão presentes com o termo desenvolvimento local, na Lei 11.892/08 da criação dos Institutos Federais e que apesar da riqueza do debate acadêmico, muitos ainda hoje confundem estas terminologias. A noção de desenvolvimento esta relacionada tanto a evolução quantitativa da reprodução da riqueza material, quanto as possibilidades de uma distribuição mais igualitária entre a população.

Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205) esclarecem que o desenvolvimento em qualquer sentido, deverá ser o resultado do crescimento econômico que acompanhará a melhoria da qualidade de vida da população, incluindo alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, com o propósito de melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social como por exemplo: pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia. Descrevem ainda que "[...] crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo, ou seja, é um processo pelo qual a quantidade de bens e serviços, produzidos por uma coletividade, tende a crescer mais rapidamente que ela". Ou seja, para haver crescimento econômico é necessário que o nível de produção cresça em patamar acima do crescimento populacional.

O desenvolvimento é um processo de intensa transformação estrutural, que resulta de diferentes interações sociais, que buscam alargar as possibilidades para uma sociedade. Deverá promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a atuação de sujeitos sociais e políticos, cujo objetivo seja ampliar a ação da coletividade. Assim sendo, o significado real de desenvolvimento necessita do envolvimento e legitimação de ações (BRANDÃO, 2007).

O mesmo autor, diz ainda que as escalas intermediárias cederam lugar à tendência bipolar das escalas espaciais, onde prevalecem apenas “o local” e o “global”. Sendo o local o ponto de partida para o desenvolvimento dos lugares (BRANDÃO, 2007, p. 183).

Assim, podemos compreender que o desenvolvimento está relacionado ao crescimento econômico e este ao desenvolvimento local. Fonseca (2006) diferencia os conceitos de desenvolvimento e crescimento ao dizer que:

> O desenvolvimento é um processo que busca a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos, o fomento à equidade da riqueza e do emprego e a satisfação das necessidades presentes e futuras da população, tendo sempre em conta um adequado uso dos recursos naturais e do meio ambiente. Em outras palavras, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento. Enquanto este último representa o aumento no acúmulo de riquezas, geradas pelos agentes econômicos instalados num país ou região, o desenvolvimento significa o resultado da melhor utilização possível, em termos de bem-estar social junto ao conjunto da população desse país ou região, dessa riqueza. (p. 11-12).

Diante das reflexões sobre o conceito de desenvolvimento, percebemos então que ele só ocorre quando há melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social. Souza (2007) analisa o conceito acrescentando que a melhoria da qualidade de vida corresponde à crescente satisfação das necessidades dos cidadãos, tanto as básicas quanto a material e as imateriais; quanto à justiça social, cabe a ela dar “tratamento igualmente digno e respeitoso” a todos os indivíduos, atendendo e possibilitando-lhes acesso às funções da cidade.

> O desenvolvimento econômico tende a não se fazer acompanhar de uma melhoria nos indicadores sociais. Em outras palavras, é preciso reconhecer também que o sistema político, os valores e padrões culturais e, deve-se acrescentar, a organização espacial, devem ser adequadamente considerados. Tudo isso junto, e não somente o aumento da produção de bens e o progresso técnico/tecnológico na produção desses bens, influenciará o nível de bem-estar e de justiça social em uma sociedade (SOUZA,2007).

Para Sachs (2004) O crescimento econômico, mesmo em ritmo acelerado, não deve ser confundido com desenvolvimento. Este último só existirá se houver redução da pobreza e das desigualdades sociais, assim como a geração de novos empregos ou alternativas de renda para a população.

Para Fonseca (2006) as teorias e políticas de desenvolvimento local foram modificadas em função de algumas mudanças que se iniciaram na década de 1970, como por exemplo: modificações nos processos de produção; decadência de regiões fortemente industrializadas e por último, a rápida ascensão econômica de novas regiões.

Até a década de 1970, no Brasil, o desenvolvimento baseou-se na concepção "de cima para baixo", onde a centralização das decisões políticas do Estado para o desenvolvimento e o crescimento econômico, estavam pautados nos "polos de desenvolvimento", que utilizavam como estratégia, o alto investimento nas grandes indústrias, que funcionariam como "efeito dominó" de crescimento. A concentração de recursos por sua vez, proporcionaria uma dinâmica da economia, pois geraria mais empregos e renda, transformando-se assim, em multiplicador de crescimento/desenvolvimento. O modelo de produção tem por base, o Fordismo, através da fabricação em grande escala e dos investimentos estrangeiros diretos. Assim, a instalação de indústrias em regiões atrasadas permitiria o crescimento da região, transformando-a em polo de desenvolvimento.

> o modelo de acumulação fordista predominou até meados dos anos de 1970. Era um processo produtivo centralizado, sequencial, em que a estrutura predominante era a hierárquica, com funções específicas. O uso de insumos, principalmente o de energia, era ilimitado, contribuindo para o fortalecimento da indústria. (OLIVEIRA 2002, p. 24)

O avanço da industrialização levou junto o conjunto de atividades econômicas terciárias, agropecuárias e de suporte à infraestrutura entre outras. Avançou-se ainda na construção de um espaço nacional, erguido sob o novo padrão de acumulação, através de mecanismos de políticas públicas protetoras e controladoras, de diversos grupos burgueses, integrados produtivamente (BRANDÃO, 2007, p. 126).

A função do Estado seria centralizar as políticas de ampliação econômica e social, ao mesmo tempo em que atrairia a instalação das grandes empresas, além de conduzir ações com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais.

Nas décadas de 1960 e 1970, alguns acontecimentos históricos de caráter político, econômico e ideológico, foram fundamentais na reconstrução da sociedade que vivia a fase do pós-guerra e da guerra fria. Era um momento de busca de

solução para uma crise mundial, que levou o Brasil a utilizar o modelo exógeno de desenvolvimento, tendo como característica a implementação de políticas voltadas para a “integração nacional”, com o propósito de minimizar as diferenças regionais.

Segundo análise de Lopes (2001) o desenvolvimento local nas interpelações tradicionais destacava como características: a adequação dos governos locais às decisões do governo central, com o objetivo de determinar, através de políticas compensatórias e redistributivas, o desenvolvimento geral; o estabelecimento dos “polos de crescimento”; e as transferências de capital e tecnologia, para mobilidade de bens e fatores de produção entre as regiões.

Tendo o modelo de desenvolvimento exógeno proporcionado alguns efeitos positivos para as regiões, como o aumento de emprego e da renda, a transferência de recursos do Estado e a entrada de investimentos externos, a pouca relevância a competitividade e o descuido com o progresso tecnológico e da inovação fragilizaram sua manutenção.

Passadas as décadas de 70 e 80, percebe-se que as mudanças resultantes da modernização tecnológica da produção e consequentemente dos produtos exigiam um nível cada vez maior de qualificação. Passadas as décadas o discurso não mudou, apenas se adaptou a palavra de ordem passa a ser a globalização, que intensifica o desenvolvimento tecnológico e de comunicação, a queda do modelo clássico de desenvolvimento e surgimento de um novo paradigma produtivo com base na flexibilização tornou-se então inevitável.

O processo de globalização traduz-se por um aumento da concorrência e dos oligopólios como reação aos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo de países, regiões e cidades. Dado que as empresas não competem de forma isolada, mas com o entorno produtivo institucional do qual fazem parte, esse processo estimula a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho (BARQUERO, 2001, p. 13).

É um processo que acentua as diferenciações regionais, permitindo que algumas regiões se destaquem como vencedoras e outras como perdedoras, passando então o desenvolvimento a ser visto como a capacidade de cada país, ou região, em integrar-se aos fluxos globais (FAURÉ e HASENCLEVER, 2007 apud LUMBRERAS, 2008, p.88).

As mudanças proporcionadas pela globalização, como a expansão dos mercados mundiais, favorece a integração mundial de pessoas, mercadorias e capital. Esse processo reduz as distâncias através dos modernos meios de transporte e comunicação, facilitando a circulação de ideias, cultura e experiências. A Globalização foi responsabilizada pela criação de um novo modelo econômico baseado na formação de redes de empresas, flexibilização econômica, aumento e melhoria dos processos de produção, além da competitividade das cidades e das regiões. É possível que as localidades consigam se desenvolver, sem estarem articuladas com o global, como descrito na proposta de criação dos Institutos Federais.

Na visão dos defensores do desenvolvimento local, as escalas, internacional, nacional, e até regional perdem forças, cedendo lugar para o local. Todavia, há aqueles que ainda defendem que se não houver integração entre as escalas, é pouco provável ou mesmo impossível, que se realizem mudanças significativas em determinados espaços (COSTA, 2015, p.26).

A globalização apresenta a localidade como uma das bases para os processos econômicos, sociais e políticos, onde o poder local subordinado, ganha força tendo em vista a concepção de que as potencialidades e fraquezas das localidades são inseparáveis do contexto local.

As mudanças provenientes da globalização tiveram como princípio o município, enquanto instituição ativa e capaz de gerar novas formas de participação e promoção do desenvolvimento local. No caso do Brasil, esse fortalecimento do município aconteceu dentro do contexto de redemocratização e da política de descentralização, conforme destaca Fonseca (2005). As inovações institucionais trazidas pela Constituição Federal de 1988 levaram os municípios brasileiros a canalizar as iniciativas de busca por soluções aos mais diversos problemas sociais, levando-os a serem protagonistas no processo de desenvolvimento.

Harvey (1994) fala da necessidade de estimular o empreendedorismo local, ou seja, da capacidade de articulação entre atores, forças sociais e parcerias entre o poder público e privado, deixando claro o papel específico do governo local: coordenar e agilizar uma ampla coligação de forças exercitando a gestão urbana, cujo significado supera o tradicional governo urbano.

Apresentamos na sequência, o conceito de desenvolvimento local (endógeno) segundo alguns autores especializados no tema, para melhor compreensão do conceito. Para Barquero (2001) o conceito de desenvolvimento local é:

> O processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. (p. 57).

Assim sendo, o desenvolvimento local considera as características locais, seja fortalecendo, descobrindo ou fomentando, permitindo assim o fortalecimento do capital social e permitindo o desenvolvimento local.

Do ponto de vista regional, pode-se entender o conceito de desenvolvimento endógeno como um processo de crescimento econômico, implicando numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (OLIVEIRA, 2007). O papel do desenvolvimento endógeno, segundo Barquero, passa a ser então:

> O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (BARQUERO, 2001, p. 39).

Fonseca (2006) ressalta que,

> O desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas, visando à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, a partir da criação de condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades

> produtivas. Estimulando-se as atividades endógenas, ou fatores internos, os efeitos perniciosos da globalização tendem a serem minimizados. (p. 25).

No Brasil, foi a partir da década de 1990, que as experiências quanto ao desenvolvimento local se expandiram pelas diferentes regiões brasileiras. Percebe-se a partir de então o aparecimento de iniciativas, que tomam a forma de ações e de projetos relacionados ao combate à pobreza e à desigualdade em campos de políticas públicas. Essas experiências trabalham com segmentos específicos da sociedade, a partir de critérios etários e de gênero e geralmente foram implementadas governos municipais e em alguns casos, por entidades não governamentais ou impulsionados pela perspectiva da descentralização a partir da Constituição de 1988. Houve ampliação do debate sobre o desenvolvimento local, criaram-se programas de apoio e as experiências concretas de diferentes partes do país tornam-se visíveis, apesar da diversidade regional e até mesmo local, apresentada pelo país (DOWBOR, 2008, p. 51-52)

Nesse contexto, vários temas são discutidos e se tornam comuns no contexto mundial e nacional, tais como capital humano; capital social; redes; economia solidária; gestão de governo, dentre outros exemplos e junto com a propagação de que o “local pode tudo”, redefinem a estrutura econômica mundial ao ressaltar a importância do desenvolvimento local.

Para Brandão (2007, p. 48), os estudos locais procuram avaliar as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento e aprendizagem, enraizadas em determinado território, criando, com suas investigações, listas *ad doc* dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente *region-specific.*

O mesmo autor, cita que o desenvolvimento local não é uma questão de escala. Enquanto Fischer sugere que as dinâmicas são multiescalares ou transescalares e que “múltiplas escalas estão presentes, onde os atores envolvem-se em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais, nacionais ou internacionais” (FISCHER, 2002, p. 14). Assim, o desenvolvimento local pode ser uma alternativa para alcançar o desenvolvimento social, livre da exclusão e da concentração. Cruz (2001) afirma que:

> A cidade, o local, a região é homogeneamente apresentada como portadora de vocação, valores, desejos, interesses e objetivos estratégicos. O local é transformado em sujeito [...] Localidades, cidades e regiões são consideradas perdedoras ou vencedoras, em virtude do fracasso ou sucesso na integração competitiva dentro do cenário econômico internacional. [...]. Não é fácil para os atores sociais das localidades e municípios atrasados, pouco dinâmicos, deprimidos e estagnados, adotarem uma postura crítica diante de modelos cujos pressupostos de implantação desqualificam a sua experiência e o seu saber. (p.8-9).

A preocupação com a condição de vida, com a questão social e com os valores culturais estão muito além da base unicamente econômica e gera uma nova possibilidade de vida. Os Institutos Federais, sendo uma instituição pública, poderão ser um dos agentes a contribuir para o desenvolvimento do município, tanto por sua finalidade (produção de ensino, pesquisa, extensão e formação de capital humano), quanto pela movimentação econômica capaz de gerar com sua presença.

O conceito de desenvolvimento regional parte do princípio de que se identificando oportunidades de investimentos dinamicamente competitivos numa região e sendo essas mobilizadas, os investimentos podem contribuir com o desenvolvimento. Assim sendo, os Institutos Federais poderão ser analisados como instituições com capacidade de promover o desenvolvimento local, desde que atendam à vocação da comunidade, além de estimular as perspectivas sociais, culturais, políticas, morais e éticas.

A partir do conceito de desenvolvimento local, será possível uma reflexão sobre o desenvolvimento no município de Bom Jesus do Itabapoana, a partir da implantação do IFFluminense, buscando diagnosticar se há contribuição da instituição de ensino no desenvolvimento local e regional. Esta reflexão envolverá a criação de infraestrutura física; a melhoria na escolarização e qualificação da mão de obra; o estabelecimento de parcerias estratégicas com fornecedores locais e regionais, o impulso à inovação, pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e até técnicas de gestão participativa, através das diferentes formas de participação da população na instituição de ensino, com o objetivo de identificar se o município avança no desenvolvimento e se há relação desse crescimento com o IFFluminense.

É necessário avaliar a relação do IFFluminense com os atores locais, analisar as demandas e unir interesses com a Prefeitura, as microempresas, associações

comerciais, associação de pais, entre outros, com o objetivo de pensar o desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana.

3: O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE E O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA

3.1: CONTEXTO HISTÓRICO E REGIONAL DO *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA

Reunir informações oficiais sobre o atual *campus* Bom Jesus do Itabapoana, representou um grande obstáculo, considerando a indisponibilidade de dados ou documentos oficiais. Recentemente, no ano de 2014, o professor de sociologia Eduardo Moreira, produziu sua dissertação de mestrado, cujo título: História, Memória e Poder: Um Estudo Macro e Micro Político Sobre a Rede Federal e Educação Profissional e Tecnológica, que teve por base depoimentos, entrevistas e outros métodos que fizeram um resgate do passado, através da memória da instituição. Outro trabalho importante foi da professora de história Fernanda Rabelo, que escreveu alguns artigos tendo por base o resgate de documentos e de memórias, além de criar o Centro de Memórias do *campus* Bom Jesus do Itabapoana. Ambos os trabalhos, são fundamentais para o resgate da história institucional, mas muitas lacunas permaneceram.

O documento identificado com a organização de dados referentes à área construída, cursos, total de alunos, número de servidores, entre outras informações, data de 2006, quando da elaboração do Projeto Político Pedagógico do ainda CTAIBB.

O *campus* Bom Jesus do Itabapoana, é atualmente, um dos quatorze *campi* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense.

> Assim sendo, a história que será contada é fruto de um trabalho de costura das memórias dos servidores do antigo colégio, e que ainda se encontram atuantes. Nesse sentido, o CTAIBB foi apreendido conceitualmente como um" lugar de memória", devido ao fato de ainda representar, para as narrativas orais captadas, um espaço onde a lembrança individual encontra um apoio em rede dentro da comunidade escolar para tecer a colcha de retalhos da memória coletiva. (MOREIRA, 2015, p. 102)

A origem da instituição, remonta à segunda metade dos anos de 1960, através de relações estabelecidas entre a prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana e o Ministério da Agricultura. Segundo relatos dos servidores mais antigos, naquela época os governos de municípios de pequeno porte recebiam solicitações do Ministério da Agricultura para realizarem doações de terras, onde o Estado montava postos de atuação e atendimento local. Assim sendo, foi instalado um posto de atendimento do Ministério da Agricultura em terras doadas pela prefeitura municipal de Bom Jesus do Itabapoana[6]. Na sequência, o médico veterinário Ildefonso Bastos Borges, que trabalhava no Ministério lotado no posto do município, começou a surgir como uma figura proeminente na transformação deste posto em uma escola agrícola. (Eduardo Moreira,2015). A figura 5 mostra a área que originou o Colégio Agrícola (CTAIBB).

Figura 5: Terreno do Colégio na década de 50.
Fonte: Arquivo do Centro de Memória IFFluminense-BJI.

O Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, o CTAIBB iniciou suas atividades em abril de 1970[7]. Foi mantido inicialmente, pela Fundação Educacional

---

[6]. De acordo com relatos, na época do prefeito Oliveiro Teixeira (1967-1971) ou Jorge Assis de Oliveira (1971-1973).

[7]. Autorizado pela Decisão nº 45/70, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

de Bom Jesus, uma entidade sem fins lucrativos e que se mantinha com recursos financeiros da Prefeitura Municipal.

> O Dr. Ildefonso Bastos Borges que era médico veterinário trabalhava aqui no posto do ministério, ele tinha vontade que se fizesse aqui uma escola e aí trabalhou muito em prol disso, na verdade ele ia no ministério, se tinha uma cadeira que estava meio velha, quebrada, ele trazia no carro, começou a juntar tudo isso naquele sonho de se fazer uma escola (MOREIRA 2014).

Em 1º de julho de 1973, a Fundação Educacional de Bom Jesus e a Prefeitura Municipal iniciaram contatos com a UFF no sentido de firmarem um Convênio que integrasse as atividades do CTAIBB aos programas da Universidade e em 1974, a UFF assinou convênio com a Fundação Educacional de Bom Jesus e instalou junto ao CTAIBB a Unidade Avançada Duque de Caxias e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC – com o objetivo de interiorizar as atividades de extensão da Universidade[8]. As figuras 6 e 7 retratam a cerimônia de posse do CTAIBB à UFF em 1974.

Figura 6: Cerimônia de posse da UFF em 74 (1)
Fonte: Arquivo do Centro de Memória IFF-Noroeste Fluminense/IFF-BJI.

Figura 7: Cerimônia de posse da UFF em 74. (2)
Fonte: Arquivo do Centro de Memória IFF-Noroeste Fluminense/IFF-BJI.

---

[8] :Em 1976, a Resolução nº 27/76 do Conselho Universitário da UFF tornou o CTAIBB integrante da Faculdade de Educação do Centro de Estudos Sociais Aplicados. A Coordenadoria do Sistema Agro UFF definiu, entre seus objetivos, a integração dos Colégios Agrícolas com a Faculdade de Educação. Esta teria em vista atenção das atividades de ensino, bem como a supervisão dessas atividades.

Como resultado desses estudos surgiu o Regimento da PROEX, aprovado pela Resolução n. 75/93, de 30.06.93[9]. O CTAIBB funcionou como elo dos vários setores da Universidade com o Noroeste Fluminense e durante os trinta e quatro anos que esteve vinculado à UFF, o CTAIBB funcionou como um polo de estudos e pesquisas associadas às novas técnicas e teorias presentes na Universidade, tendo por objetivo promover a habilitação profissional em nível médio, no âmbito das ciências agrárias.

O atual gestor João Renato, assim como o ex, Fernando Ferrara analisam positivamente as contribuições da Universidade Federal Fluminense para Bom Jesus do Itabapoana:

> Na formação técnica e de nível médio de diversas gerações. Os alunos ingressam em Universidades, são aprovados em concursos da P.M., Câmara Municipal local, Executivo Municipal, EMBRAPA, IDAF. Oferta de cursos de especialização para a comunidade, incluindo um mestrado em Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal |(2008). Implantação de Tecnologia de Agropecuária na Região (ESCUDINI. 2016, p.2)[10].

Ferrara (2016) relata que:

> Enfim, o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB) - Universidade Federal Fluminense (UFF), cumpriu seu papel no que se propôs enquanto Ensino Técnico não apenas na formação técnica, mas, sobretudo, na formação do cidadão completo com uma visão humanística e cidadã. A UFF ainda ofertou uma turma de Serviço Social, vinculada ao Curso de Serviço Social de Campos dos Goytacazes; uma turma de Mestrado e Doutorado (Minter e Dinter) do programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária – Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico e Produtos de Origem Animal. A faculdade de Veterinária também fez muito na área de extensão em nossa região. E muitas outras ações foram realizadas: colônia de férias para crianças da comunidade, na área de artes e cultura com apresentação da orquestra sinfônica, grupo de música antiga, medieval e quarteto de cordas. Todas essas atividades foram realizadas nas dependências do CTAIBB e em Praça pública (p.1)[11].

---

[9]. O Regimento da PROEX revogou a Norma de Serviço que instituiu o Sistema Agro UFF e em seu art. 4º, II, C, instituiu a Coordenadoria de Articulação Universidade Comunidade em Atividades Agrárias e Meio Ambiente, que tem dentre suas várias competências, “coordenar os programas de extensão relativa às atividades agrárias e de meio ambiente desenvolvida pelas unidades rurais da Universidade”. (art. 13, VI).

[10]. Entrevista concedida por ESCUDINI, João Renato Oliveira, Professor e Diretor-Geral. Gestão 2012/2016. Entrevista III. [fev.16]. Entrevistadora: a autora. Bom Jesus do Itabapoana, 2016.

[11]. Entrevista concedida em 01 de março de 2016.

Durante os 34 anos citados, ocorreram alguns eventos culturais como a festa junina, desfile na festa de agosto que é uma festa religiosa e que ao longo dos anos se transformou na festa do município, realizada entre os dias 13 e 15 de agosto. Além disso, feiras culturais, gincanas com arrecadação de alimentos para doação à instituições como asilos e orfanato também fizeram parte da história. Outros ainda como atividades de extensão atendiam aos produtores onde a EMATER não conseguia chegar ou eram demandas muito específica.

O CTAIBB constituiu-se, como um polo de estudos e pesquisas associadas às novas técnicas e teorias presentes na Universidade. Ele atendia alunos de diferentes municípios. O uso de técnicas e tecnologias inovadoras, pautadas em um conhecimento bastante atualizado, devido à sua integração à Universidade e à formação dos professores, são destaques na memória dos próprios professores, que entendiam o papel do Colégio como importante na criação de um ensino especializado e único na região (MOREIRA, 2014).

Cavichini (2013)[12], professor de Ciências Agrícolas desde 1976 e ex-diretor da instituição, relembra este papel diferenciado:

> tinha material aqui que não tem hoje em universidade [para práticas agrícolas]. A universidade vinha aqui e tinha alunos que vinham para ter aula do curso superior (...) na época, nas escolas agrícolas, era a única que tinha. Nós tivemos aqui reportagem, era visitada por deputado, em revista... nós fizemos um trabalho, na década de 1980, quando teve uma feira de ciências, no Maracanãzinho, agora não lembro a época. Nós fizemos um trabalho de rizipiscicultura, ou seja, você ter o plantio do arroz e criar o peixe (...) os caras ficaram loucos com aquilo no(...) Maracanãzinho. (p. 32).

O cancelamento da implantação do curso de Veterinária previsto inicialmente, a infraestrutura deficiente, as dificuldades com material didático, a precariedade dos diversos laboratórios e a distância em relação à UFF, que não deixava outra opção aos gestores que não fosse se deslocarem constantemente para a cidade de Niterói, as dificuldades com os recursos financeiros, o uso dos laboratórios do CTAIBB pela Universidade para desenvolver projetos de pesquisa e extensão, a pequena autonomia financeira parecem ter contribuído para a opção da população interna e externa pela vinculação ao Instituo Federal Fluminense.

[12.] Depoimento dado em 8 de maio de 2013, ao professor Eduardo Moreira.

No ano de 2007, a comunidade interna do CTAIBB participou da discussão junto à UFF, sobre a adesão ao REUNI (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais), instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, utilizando a estrutura física e humana da instituição. Estiveram presentes, o Reitor da UFF e dois Pró-Reitores, além de representantes de outras instituições como a Universidade Federal do Espírito Santo, para esclarecer as mudanças que aconteceriam caso o CTAIBB aderisse ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Em 28 de fevereiro de 2008, após publicação do Decreto 6.095, de 24/04/2007, que estabeleceu as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos Institutos Federais, teve início as conversas com a comunidade interna do CTAIBB, além da população externa do município e região, inclusive a imprensa falada e escrita, para esclarecer dúvidas sobre a desvinculação do CTAIBB da UFF e vinculação ao Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET). Participaram desse contexto, a diretora e o vice-diretor do CEFET Campos, além de representantes da SETEC, CEFET – ES e Escola Agrotécnica Federal de Alegre. Foram feitos esclarecimentos sobre: autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica, assim como dos recursos para a implantação dos IFET. Esclareceu-se também sobre a verticalização e integralidade da educação. Após os esclarecimentos a comunidade interna decidiu, feitas todas as considerações, proceder à consulta interna, referente à possibilidade de desvinculação da UFF e vinculação ao IFET. Definiu-se conforme consta na Ata[13], pelo voto paritário, aberto e nominal, com a presença de 46 votantes, onde 38 foram ao final da votação, favoráveis. A autora tem seu nome registrado na ata, e participou da votação se manifestando favorável à mudança dos rumos acadêmicos da instituição.

Após amplo debate entre a comunidade interna do CTAIBB, sobre as vantagens da adesão ao REUNI ou ao IFET, foi aprovada, através de consulta aos servidores, no dia 01/03/2008, o interesse da instituição de ensino se desvincular da

---

[13]. Ata da Reunião sobre a possibilidade de desvinculação do CTAIBB da UFF e vinculação ao IFET Campos, que se encontra nos arquivos da Diretoria de Gestão de pessoas do *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

Universidade Federal Fluminense e se vincular ao IFET Fluminense[14]. A partir da decisão teve início, os trâmites legais conforme já esclarecido, junto à UFF.

Conforme conteúdo de Ofício[15], n. 261 de 2008, foi feito um esclarecimento às diversas autoridades, representantes de instituições locais e regionais e à comunidade, sobre as novas instituições, da decisão da comunidade do CTAIBB em se desvincular da UFF, ao mesmo tempo em que convidava a comunidade a participar da oficina e audiência pública que definiria os novos caminhos. Ambas aconteceram no mês de dezembro de 2008, após divulgação na imprensa e através de cartazes e outros meios de comunicação.

Representando a comunidade interna e externa, compareceram um total de 71 pessoas, conforme assinatura na ata, sendo desses, 22 servidores da instituição; 4 representantes do CEFET Campos; 08 alunos e os demais representantes de entidades diversas e comunidade local. Os presentes definiram novas diretrizes para a instituição, votando os novos cursos que a serem futuramente implantados. Considerando que a população do município nesse ano já ultrapassava 30 mil habitantes, percebe-se que o total de pessoas a comparecer, apesar da divulgação e convites encaminhados através de ofícios, foi pouco significativa para uma decisão tão importante não apenas para o município, mas para a região. Definiu-se após a votação que os futuros cursos de nível médio técnico, seriam de acordo com as possibilidades futuras: informática, química, meio ambiente, alimentos, florestal, turismo, turismo rural, zootecnia, enfermagem, análise de solos e agronomia. Os três primeiros já foram implantados a nível técnico integrado ao médio e a opção pelo de alimentos, originou o Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. A criação dos cursos será analisada posteriormente.

Segundo Moreira (2014) nesse novo cenário, o número de funcionários e de estudantes, as metas, a gestão institucional, as relações de poder, os processos decisórios, as formas de cooperação, tudo sofreu profundas mudanças e, principalmente, a autonomia interna das ações, com a escola então ligada diretamente ao poder da reitoria do Instituto, que se encontra geograficamente instalada em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.

---

[14]. Após tramitação do processo nas Câmaras da UFF: Legislação e Normas, Orçamento e Finanças e Assuntos Administrativos, obtendo parecer favorável.

[15]. Oficio n. 261/2008/CTAIBB/CES/UFF de 18 de novembro.

O *campus* Bom Jesus do Itabapoana está situado a cerca de 2 km de distância do centro do município, à margem direita do rio Itabapoana na divisa com o Estado do Espírito Santo, e ocupa uma área de 484.000 m² de várzeas e pequenas elevações, significativamente ocupadas com construções residenciais, comerciais e industriais.

A área entre o *campus* Bom Jesus do Itabapoana e o centro do município, é ocupada pelos bairros Parque do Trevo e Lia Márcia; no sentido centro e nos sentidos de Itaperuna e Santo Eduardo (distrito de Campos dos Goytacazes), localiza-se o bairro Asa Branca, na margem das RJ 186 e RJ 230, e que dividem a área do *campus* em dois espaços. Ainda na RJ 230, na Usina Santa Izabel, aproximadamente a 5 km, encontramos o Bairro Nova Bom Jesus, onde está localizada uma área com indústrias como por exemplo: a Xamego Bom, especializada em doces; a Extrair Óleos Naturais, especializada em extrair óleo de maracujá para medicamentos e cosméticos e que é propriedade de egresso do curso de agropecuária do antigo CTAIBB; a Samvil que produz sais minerais e ração; um abatedouro, com parceria com o *campus* para estágio dos alunos. Ainda na RJ 230, aproximadamente a uns 10 km, encontra-se a Fazenda Califórnia com produção de uvas e que também tem convênio com o *campus* para estágio, além de outras parcerias. Nas margens da RJ 186, temos a CAVIL uma indústria de laticínios, onde os alunos realizam estágios e a Bomplastic, que produz bobinas plásticas. Já no Bairro Lia Márcia, encontra-se uma antiga metalúrgica desativada e que hoje trabalha com reciclagem e a indústria Maionese da Casa, que produz além de maionese, o ketchup, e que também é de propriedade de um egresso do curso subsequente de agroindústria do *campus,* além de outros estabelecimentos comerciais. Bem próximo ao centro do município, temos uma confecção de acessórios, a Gicalli e os diversos estabelecimentos comerciais do município.

Nesse sentindo pode-se dizer que a localização geográfica do IFFluminense é estratégica tanto para o deslocamento dos alunos, quanto da população, assim como para o estabelecimento de parcerias com desenvolvimento de tecnologia, ou desenvolvimento de projetos de extensão, assim como para a formação de mão de obra qualificada que provavelmente atuarão nas empresas locais ou regionais e nos estabelecimentos comerciais localizados no seu entorno. Outros retornarão para suas localidades e irão através do conhecimento adquirido, modificar a forma de

produção local, buscando melhores condições de vida para a comunidade em que está inserido.

A figura 9 representa o CTAIBB no início do ano de 2008, com as cores de identificação da UFF e as construções que apresentava naquele contexto. Já a figura 8, representa o atual *campus* Bom Jesus do Itabapoana, com as cores representativas do IFFluminense, facilitando análise das alterações que aconteceram em um curto período de tempo (2009/2015) em toda a estrutura física e que mudou a imagem física institucional, após a vinculação ao IFFluminense. Ao fundo o destaque para o rio Itabapoana, que separa os dois estados e ainda a RJ 230, conforme já citado, separando as áreas do *campus*. Essa é apenas a parte do campus. Existem outros espaços com área poliesportiva, laboratórios da agroindústria, Moradia Estudantil masculina, laboratórios de produção vegetal, além de outras construções e áreas que se distribuem pelo *campus*.

Figura 8: O CTAIBB em 2008.
Fonte: Arquivo pessoal do ex-diretor Fernando Ferrara.

Figura 9. O campus Bom Jesus do Itabapoana em 2015.
Fonte: Arquivo pessoal do ex-diretor Fernando Ferrara

3.2: CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Uma das grandes dificuldades nesta parte da pesquisa foi encontrar informações sobre o município. A autora esteve na Prefeitura Municipal e foi orientada pela secretária do gabinete da prefeita a procurar a Câmara Municipal, pois lá encontraria fontes para a pesquisa. Ao entrar em contato com o órgão legislativo, o secretário informou que não havia naquele espaço, material sobre o município e indicou a biblioteca municipal, onde a autora esteve e observou que todos os livros disponibilizados pelo município, ou eram muito antigos ou retratavam a história local através de relatos ou poesia. A bibliotecária municipal, indicou o Espaço Cultural Luciano Bastos, antigo Colégio Rio Branco, transformado pelos herdeiros, após a morte do proprietário, em Espaço Cultural. Nesse local há significativo acervo, mas os livros encontrados são de autores do município que através de relatos pessoais escreveram seus livros ou construíram linhas de tempo ou árvores genealógicas sobre as tradicionais famílias do município, sem de fato desenvolver uma pesquisa científica, necessária só desenvolvimento desse trabalho.

Diante das dificuldades a autora decidiu realizar uma busca virtual, que também não foi fácil, pois sites como o do IBGE e Cidades, e o portal da prefeitura,

apresentam um mínimo de informações sobre o município. Para surpresa da autora, as maiores fontes de informação foram encontradas no relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e no documento de Elaboração de estudos e projetos para consecução do plano regional de saneamento básico de municípios inseridos na região hidrográfica do baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

A cidade de Bom Jesus do Itabapoana, se enquadra no que Santos (1979, p.69) chama de “cidades locais”, com economia pautada principalmente, no setor de serviços, sendo caracterizado por forte relação de interdependência com a região em que está inserida.

Cruz (2007, p. 3) ao analisar os municípios do Noroeste Fluminense, como é o caso de Bom Jesus do Itabapoana, diz que estão localizados na periferia dos municípios ricos do Norte-Fluminense, identificando que os mesmos, foram penalizados tanto pela decadência de atividades econômicas ligadas à cultura do café e da cana-de-açúcar, como pela polarização dos municípios ricos, que atraíram os investimentos em atividades produtivas, deixando os demais municípios, sem condições de fomento em atividades voltadas para o desenvolvimento local.

Neste contexto, destacam-se mudanças na economia do Noroeste Fluminense, uma das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, que esteve até a década de 1980, parcialmente polarizada pela economia do Norte-Fluminense e que a partir de 1987, com o desenvolvimento da economia petrolífera, vive significativo momento de estagnação, uma vez que os municípios se encontram excluído dos impactos positivos da produção de petróleo (COSTA, 2012, p.39).

O atual Município de Bom Jesus do Itabapoana é um antigo distrito de Itaperuna, tendo se emancipado em 1938. Está situado no vale do Itabapoana, na mesorregião Noroeste Fluminense, que compreende os municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, São José de Ubá, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai, numa área de 5.372,62 km², que representava 12,27% da área do Estado do Rio de Janeiro (IBGE,2010).

Bom Jesus do Itabapoana foi habitado inicialmente pelos índios Puris, tendo a colonização se iniciado no século XVIII, com a doação de sesmarias. Os primeiros que se estabeleceram, foi a família Faro e a família Pereira da Silva e, em 1853, já havia se formado um povoado. A privilegiada localização geográfica determinou

rápido progresso e, em 1864, foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, tornando-se importante praça comercial no interior. Era ponto obrigatório de grande parte dos produtos de Minas Gerais e São Paulo, o que veio determinar o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria.

Com o decorrer dos anos, fortes correntes populacionais foram atraídas pela perspectiva de explorar terras férteis no município, fazendo com que o governo criasse, em 1862, a freguesia de Bom Jesus do Itabapoana nos limites de Campos dos Goytacazes, e que, posteriormente, passou à jurisdição de Itaperuna[16].

Historicamente a região tem sua economia marcada pela produção cafeeira, que mesmo com inúmeras crises, no início do século XX, se destacava como uma das maiores produtoras de café. Ao longo deste período, a atividade começa a perder espaço para a produção paulista, principalmente na crise de 1929/1930, quando o processo de erradicação dos cafezais penalizou definitivamente a região e a pecuária entra em evidência, sendo a pecuária leiteira muito importante e favorecendo o estabelecimento na região da indústria leiteira que possibilitou a criação da CAPIL(Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda.) em Itaperuna e da CAVIL (Cooperativa Agropecuária do Vale do Itabapoana Ltda.) em Bom Jesus do Itabapoana (COSTA, 2015). De acordo com Galvão (1997)

> Se na região do Vale Médio do Paraíba a cafeicultura encontrava-se em declínio, no norte fluminense esta atividade começava a se expandir, tornando-se a principal área produtora do Estado na década de 20. Organizada com base no trabalho livre e na pequena produção, diferentemente das áreas do Vale do Paraíba, a cafeicultura do noroeste fluminense não viveu o esplendor e a grandeza dos tempos áureos do café daquela região. Contudo, representou o café importante elemento da economia local e fator de atração populacional até a primeira metade deste século. (p. 2)

O sítio urbano do município encontra-se no vale do rio Itabapoana. Com a crise cafeeira na década de 1930, e posteriormente a crise canavieira, decorre o deslocamento da população rural para o núcleo urbano, acelerando o processo de urbanização, fazendo com que a área ocupada ultrapassasse os limites do perímetro urbano legal.

---

[16] : Pelo Decreto nº 150, de 24 de novembro de 1890, o município alcança sua emancipação, que pouco durou devido a sua extinção pelo Decreto nº 1, de 8 de maio de 1892.

Siqueira (2015, p. 37), sucintamente descreve a situação econômica do Noroeste Fluminense e a polarização pela Região Norte-Fluminense, deixando claro a dificuldade de identificação econômica da mesorregião e consequentemente de Bom Jesus do Itabapoana, que tem um passado econômico ligado à atividade cafeeira:

> O Noroeste, economicamente estruturado com base no café e na pecuária leiteira – potencializada pela agroindústria de laticínios – questiona sua condição histórica de periferia do Norte-Fluminense polarizado pela "região do açúcar" e investe na consolidação de sua própria identidade regional.

Silva (2014, p.89) elucida sobre "a polarização e o monopólio dos recursos governamentais exercidos pelas elites da agroindústria açucareira regional, concentrada em Campos dos Goytacazes, foi um dos motivos da luta do NOF, até a década de 1980, para a separação do NF". Deixa claro ainda que a economia do NOF é marcada pelo café, pela pecuária e pela agroindústria leiteira, enquanto o NF, pela cana e pela agroindústria açucareira. Oposições econômicas que contribuíram para a separação das regiões

Cruz (2005) enriquece a avaliação das mudanças ocorridas no Noroeste Fluminense a partir de 1990, e que repercutiram no município, demonstrando a importância da pecuária em substituição ao declínio da atividade açucareira e faz um alerta para os impactos ambientais da atividade, mas destaca a importância de miniusinas e podemos aqui citar a CAVIL e a contribuição que representa para o desenvolvimento de Bom Jesus do Itabapoana, com geração de emprego, renda e tecnologia de produtos, que divulgam o município.

> A pecuária se mantém, como setor importante, por ser tradicional e por constituir a alternativa mais comum ao declínio do cultivo da cana; a pecuária leiteira é de nível tradicional e predatória (GRABOIS, 1986), porém tem um conjunto de miniusinas de leite e derivados de importante potencial para um desenvolvimento endógeno, localizadas, na sua maioria, no Noroeste Fluminense (CRUZ, 2005, p. 85).

A figura 10 apresenta as mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, onde se insere o Noroeste Fluminense:

> cumpre destacar que a mesorregião NO Fluminense surge então já caracterizada por uma intensa fragmentação territorial, com forte tendência à descentralização político-administrativa. Além de absorver o maior número de municípios egressos do Norte-Fluminense, na redivisão por ocasião de sua criação, o NOF sediará o surgimento de mais quatro municípios "pobres", sem receitas significativas e sem atividades econômicas. (SIQUEIRA, 2015, p.39)

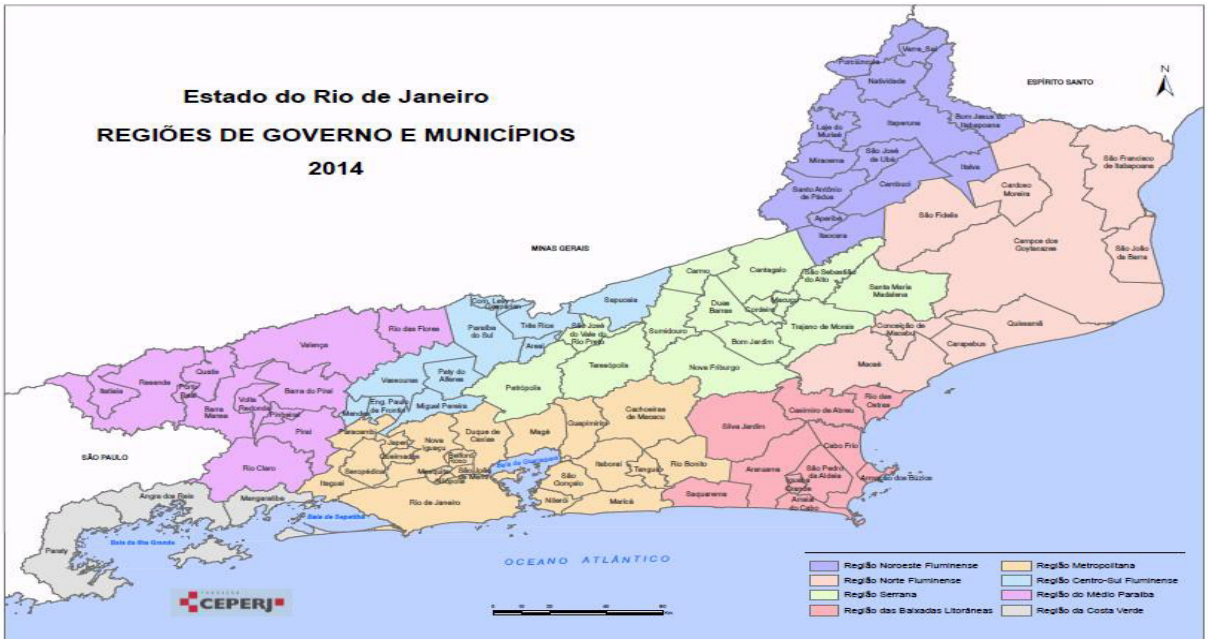

Figura 10: Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas.
Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em:
<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf >. Acesso em: 14 mar. 2016.

O Censo do IBGE mostra que no ano de 2010, Bom Jesus do Itabapoana tinha uma população total de 35.384 habitantes, e densidade demográfica de 59,1 habitantes por km^2. O município, de acordo com o mesmo Censo, apresentou um crescimento populacional de 0,51%, sendo a população predominantemente urbana[17], com taxa de 84,51% de urbanização. Faz divisa com os municípios de Apiacá e Bom Jesus do Norte, pertencentes ao Estado do Espirito Santo e de Itaperuna e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro[18].

---

[17] : De acordo com dados do IBGE, a população urbana é de 29.927 e a população rural de 5.484 (IBGE,2010).

[18] : Bom Jesus do Itabapoana se situa a 25 km de Itaperuna a maior cidade nos arredores. (IBGE, 2010).

A Tabela 1 apresenta o crescimento da população no município de Bom Jesus do Itabapoana, no período de 2000 a 2010. O total em 2010 m correspondente a 11,2% do total da Região Noroeste Fluminense e o crescimento no período analisado, corresponde a 5,21%.

Tabela1: População residente: por cor ou raça (2000-2010)

Brasil, Unidade de Federação, Mesorregião Geográfica e Município				
Ano	Brasil	Estado do Rio de Janeiro	Noroeste Fluminense	Bom Jesus do Itabapoana
2000	169.872.856	14.392.106	297.837	33.655
2010	190.755.799	15.989.929	317.493	35.410

Fonte: IBGE (2010).

A proximidade da sede municipal com o Estado do Espírito Santo caracteriza um processo de conurbação, em que a população de Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado, municípios do ABC Capixaba, tem até os dias atuais dependência socioeconômica em relação ao município de Bom Jesus do Itabapoana e esse depende dos respectivos municípios para desenvolver suas diferentes atividades econômicas, em especial as atividades do setor terciário, além do fornecimento de mão de obra e ainda, de estudantes para o *campus* Bom Jesus do Itabapoana. Os municípios são integrados e parecem contribuir para o desenvolvimento do município analisado, considerando que esse representa um centro local dentro da hierarquia urbana, para os municípios citados, através dos estabelecimentos comerciais, escolas, serviços de saúde e transporte entre outros, que aí se localizam.

As tabelas 2 e 3 apresentam a participação do município de Bom Jesus do Itabapoana no PIB Estadual e no PIB Municipal respectivamente, demonstrando as atividades de maior e menor importância econômica. Percebe-se que o município em relação ao Estado, mantém uma média de aproximadamente 0,11% das participações dos diversos setores.

Parte considerável do PIB de Bom Jesus do Itabapoana tem por base a prestação de serviços, a qual inclui a atividade de administração pública municipal, sendo que setores como a indústria e a agropecuária, tem menor representatividade, tendo esse setor apresentado uma queda significativa a partir de 2006,

representando em 2010 0,84%. Já os setores industriais, dos serviços e da administração pública municipal mantiveram-se estável no período analisado.

Tabela 2: Participação das atividades de Bom Jesus do Itabapoana em relação ao Estado do Rio de Janeiro.

Participação das atividades econômicas (%)					
Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
2010	0,11	0,84	0,06	0,13	0,22
2009	0,12	1,29	0,06	0,14	0,23
2008	0,11	1,41	0,04	0,13	0,22
2007	0,11	1,56	0,05	0,13	0,22
2006	0,11	1,24	0,05	0,14	0,23

Fonte: Fundação CEPERJ (2010).

Tabela 3: Participação das atividades econômicas de Bom Jesus do Itabapoana no PIB Municipal.

Participação das atividades econômicas (%)					
Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
2010	100	3,19	13,93	82,87	37,19
2009	100	5,3	12,86	81,84	35,09
2008	100	5,63	1,49	81,87	35,97
2007	100	5,31	12,64	82,05	34,67
2006	100	5,32	13,06	81,62	34,32

Fonte: Fundação CEPERJ (2010).

O setor de serviços representa a parte mais importante do PIB de Bom Jesus do Itabapoana, em seguida destaca-se a atividade da administração pública municipal. Já o setor da agropecuária tem representação insignificante diante do setor de serviços e administração pública e a indústria também apresenta menor contribuição no total da economia entre os anos de 2006 e 2010.

Lumbreras (2008) observa o equívoco dos governos ao avaliar a vocação dos municípios do Noroeste Fluminense, onde está inserido Bom Jesus do Itabapoana e ressalta os problemas que afligem tanto a região, como o município em especial:

> Constatamos que a Região de Governo Noroeste Fluminense (NOF) continua estagnada economicamente e que as administrações estaduais vêm tratando o NOF com total descaso ao longo dos últimos 30 anos. Permanece a visão, por parte dos governantes, de que a região tem uma "vocação agrícola", apesar dos baixos índices de produtividade no campo;

> do êxodo rural e da elevada migração da população para os grandes centros urbanos (principalmente a região metropolitana do RJ); dos sintomas de desertificação; e de pequenos focos dinâmicos regionais. (p.88)

O município teve uma receita total de R$ 54,8 milhões, no ano de 2010: a 56ª do Estado, não apresentando equilíbrio orçamentário. As receitas do município, são comprometidas em 93% com o custeio da máquina administrativa. A autonomia financeira é de 7,4%. (TCERJ, 2010).

Os dados esclarecem que os recursos que sobram para o município investir em seu desenvolvimento, são escassos, considerando que do total de 7,4% que resta, existem despesas de custeio entre outras, que oneram o município e dificultam ações que poderiam contribuir com o desenvolvimento.

Segundo as informações do Atlas de Desenvolvimento Humano 201319, o Município de Bom Jesus do Itabapoana ocupava a 965ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 964 (17,32%) municípios estão em situação melhor e 4.600 (82,66%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 92 outros municípios de Rio de Janeiro, Bom Jesus do Itabapoana ocupa a 22ª posição, sendo que 21 (22,83%) municípios estão em situação melhor e 70 (76,09%) municípios estão em situação pior. Isto demonstra uma melhor qualidade de vida da população, refletido pelo IDH que entre os anos de 2000 e 2010, passou de 0,625 para 0,732, representando uma taxa de crescimento de 17,12%.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, observa-se um aumento em todos os índices de desenvolvimento humano no município. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799) e entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu foi a Educação (com crescimento de 0,158), seguida pela Longevidade e pela Renda.

---

[19]. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/bomjesusdoitabapoana_rj >

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Bom Jesus do Itabapoana – RJ		
IDHM e componentes	**2000**	**2010**
IDHM Educação	**0,504**	**0,662**
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	40.9	53,83
% de 5 ou 6 anos frequentando a escola	89,73	97,62
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	65,64	85,96
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	44,47	55,93
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	23,86	53,96
IDHM Longevidade	**0,74**	**0,819**
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,39	74,16
IDHM Renda	**0,656**	**0,723**
Renda Per Capita (em R$)	475,1	717,69

Quadro 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013).

Para melhor compreensão dos índices, o Quadro 1, representa a evolução numérica IDHM do município de Bom Jesus do Itabapoana e de seus componentes entre o ano de 2000 e 2010.

Com relação à renda per capita média, Bom Jesus do Itabapoana teve um crescimento importante nas últimas décadas, sendo que em 2000, o valor foi de R$475,55 e em 2010, R$717,69, conforme tabela 4:

Tabela 4: Índices de Renda, Pobreza e Desigualdade em Bom Jesus –RJ

Renda, Pobreza e Desigualdades – Bom Jesus do Itabapoana – RJ		
	2000	2010
Renda per capita (em R$)	475,55	717,69
% de extremamente pobres	5,85	3,41
% de pobres	22,61	10,53
Índice de Gini	0,58	0,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

A tabela 5 apresenta a evolução do crescimento populacional do município, comparando-se os censos de 2000 e 2010, dividindo-se a população de Bom Jesus do Itabapoana em residente rural e urbana.

Observa-se no período de 2000 a 2010 um significativo aumento da população urbana e uma forte redução da população rural, o que representa uma tendência geral nos municípios brasileiros a partir do processo de industrialização. No quadro acima se destaca o período entre 2000 e 2010 com crescimento da

população urbana em Bom Jesus do Itabapoana. Esse é um fato comum em relação às áreas urbanas brasileiras, considerando que a população busca se estabelecer em locais que ofereçam melhores ofertas de serviços saúde, educação, saneamento, emprego e lazer. A taxa de crescimento anual no período analisado, foi de 0,51%.

Tabela 5: Evolução da população urbana e rural em Bom Jesus – RJ.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
2000	33.655	27.425	6.230
2010	35.411	29.927	5,484

Fonte: IBGE. Censos 2000 e 2010

Com relação ao trabalho, a tabela 6, apresenta os índices de ocupação da população de 18 anos ou mais. Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,34% em 2000 para 61,28% em 2010. No mesmo período, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,55% em 2000 para 8,54% em 2010. Demonstrando aumento dos postos de trabalho no município, no respectivo período.

Tabela 6: Índices de ocupação da população adulta em Bom Jesus do Itabapoana.

Ocupação da população de 18 anos ou mais – Bom Jesus do Itabapoana – RJ		
	2000	2010
Taxa de Atividade	62,34	61,28
Taxa de desocupação	10,55	8,54
Grau de formalização dos ocupados – 18 anos ou mais	54,42	59,58
Nível Educacional dos Ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	49,76	62,8
% dos ocupados com médio completo	33,62	46,95
Rendimento Médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	57,6	20,86
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	81,64	74,16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Tendo em vista a vinculação do CTAIBB ao IFFluminense a partir do ano de 2008, pretende-se comprovar se há contribuição do IFFluminense, principalmente no que se refere à geração de emprego para o município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como na redução da saída dos jovens para estudar em outras localidades e que poderá ter influenciado nos dados apresentados.

3.3: O *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA

O *campus* Bom Jesus do Itabapoana, esta situado em uma área de 484.000m². Os alunos são originários principalmente do Noroeste Fluminense, da Zona da Mata Mineira e do Sul Capixaba. Devido à sua localização geográfica e proximidade com essas regiões, é procurado por um público bastante heterogêneo, originário de diferentes escolas e localidades. Outro fator que merece atenção é o papel que o setor agropecuário ainda exerce na região, especialmente a pecuária, a fruticultura e a cafeicultura (IBGE, 2010).

Sua área construída corresponde a aproximadamente 19.931,94 m², com infraestrutura distribuída em dois módulos, com 22 salas de aula; laboratórios para atender aos diferentes cursos; administração; residência estudantil masculina, onde residem atualmente 50 estudantes; laboratórios da agroindústria onde são realizados os processamentos de frutas, verduras, hortaliças e carnes, assim como o processamento do leite oriundo da criação de bovinos e ovinos, que nas aulas práticas são transformados no iogurte, queijo, ricota e doce de leite que atendem à merenda escolar. Ainda uma cantina; salas de professores e coordenações de cursos; sala do grêmio estudantil e setor de cópias.

Há também um refeitório de dois andares com cozinha industrial, um setor de saúde, uma área desportiva com uma quadra poliesportiva, piscina semiolímpica e um campo de futebol. O Centro de Memórias, Setor de Arte e Cultura e Núcleo de Estudos Afros Brasileiros e Indígenas (NEABI), almoxarifado, fábrica de ração, Biblioteca e Auditório.

Recentemente ficou pronto um moderno laboratório de piscicultura e de máquinas agrícolas. Encontra-se em construção um prédio de 35 novas salas de aulas, com previsão de conclusão da obra, no ano de 2016, ainda outras obras como padaria, residência estudantil feminina, encontra-se em fase de conclusão e

outras como espaço de convivência dos estudantes e destilaria, terão as obras iniciadas em 2016, com recursos de emendas parlamentares.

O *campus* Bom Jesus do Itabapoana possui área urbanizada e outras instalações físicas como um posto de vendas, instalações rurais como curral de bovinos e ovinos, criação de suínos, de galináceas, de coelhos, que constituem os “laboratórios vivos”; viveiros de mudas; estufas de folhosos; áreas de cultivos como: hortaliças, leguminosas café, milho, feijão e frutas diversas. Há também um espaço de cultivo de açaí, que além do fruto, fornece o palmito. Todas essas áreas são importantes laboratórios para os cursos técnicos de Agropecuária, Agroindústria e Meio Ambiente. São locais onde os alunos praticam o que aprendem nas aulas teóricas e realizam os estágios necessários à sua formação curricular. A produção resultante dessas atividades é destinada ao refeitório e transformada em parte da merenda e do almoço diário dos estudantes. Quando há excedente, é comercializado no posto de venda da instituição e o valor arrecadado, recolhido por Guia de Recolhimento da União (GRU), retornando no ano seguinte como rubrica para aquisição de bens permanentes ou despesas com custeio.

O quadro 2 mostra a área construída enquanto Colégio Técnico Agrícola (CTAIBB), vinculado à UFF, com um total de 9.747,82 m^2 construídos e distribuídos em diversas unidades que contemplavam o ensino, a pesquisa, a extensão, as atividades esportivas e os diversos laboratórios, áreas de produção e biotérios existentes.

Os quadros 2 e 3 apresentam as áreas construídas a partir da vinculação ao IFFluminense em 2008, passando a representar 10.184,12 $m^{2,}$ demostrando a rapidez com que o *campus* cresceu, assim como, o volume de investimentos em obras públicas, que devem ser bem aproveitados pela população local e regional, uma vez que os recursos usados tanto no investimento de infraestrutura, como equipamentos e recursos humanos, são originários do pagamento de impostos dos cidadãos. Porém algumas obras, como por exemplo, a piscina e quadro poliesportiva, já tinham recurso alocado desde a vinculação à Universidade Federal Fluminense. Por outro lado, a construção do novo bloco com 35 novas salas de aula, permitirão ampliação dos cursos, de vagas, além de ofereceram melhor infraestrutura ao ensino.

Instalações	Quantidade	Área total m2
– Área Total da Instituição de Ensino	1	484.000,00
– Área Construída	60	9.747,82
– Unidades Funcionais de Salas de aula	8	391,71
– Laboratórios:	5	256,96
– Unidades de Produção	12	1.162.54
–Atividades Acadêmicas Complementares	2	186,30
– Atividades Comunitárias (auditório, residências, área de laser)	4	520.09
– Atividades Esportivas	2	2.033,00
– Áreas Administrativas	5	268,94
– Ambientes de Serviços Gerais	10	743,28
– Áreas de Produção e Biotérios	14	478.437,18

Quadro 2: Área construída do CTAIBB em 2006
Fonte: IFFluminense (2006). Projeto Político Pedagógico

Instalações	Quantidade	Área total m2
– Área Total da Instituição de Ensino	1	484.000,00
– Área Construída	15	10.184,12
- Quadra Poliesportiva coberta	1	1.223,22
- Laboratórios da Agroindústria	3	416,00
- Segundo andar do refeitório	1	221,44
- Piscina	1	596,28
-Campo de futebol	1	1.104,00
-Biblioteca	1	321,36
- Laboratório de Solos	1	177,76
- Espaço Saúde	1	204,57
- Laboratório de Piscicultura	1	206,55
- Galpão de máquinas agrícolas	1	483,80
- Garagem dos veículos oficiais	1	560.50
- Bloco de salas de aula	1	1.844,88
- Bloco de 35 novas salas de aula em construção	1	2.823,76

Quadro 3: Ampliação do *campus* Bom Jesus do Itabapoana a partir da vinculação ao IFFluminense.
Fonte: Elaborado pela autora (com dados da Diretoria de Planejamento, Estrutura e Produção, 2015).

No ano de 2006, sendo o atual *campus* Bom Jesus do Itabapoana, ainda vinculado à UFF com o nome de Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB), contava com 17 docentes efetivos e 09 docentes substitutos. Os técnicos administrativos eram 38, conforme a tabela 7. A autora foi professora substituta nesse ano e prestou concurso para professora da UFF, no mesmo ano, para a disciplina de Geografia, para a qual obteve aprovação tornando-se professora do quadro permanente no ano de 2007.

Tabela 7: Relação de servidores/qualificação – CTAIBB 2006.

Formação	Docentes		Técnicos Administrativos
	Efetivos	Substitutos	
Ensino fundamental	0	0	3 completos e 3 incompletos
Ensino Médio	0	0	22
Especialização	13	6	4
Mestrado	2	2	1
Doutorado	2	0	0
Total	17	9	38

Fonte: IFFluminense (2006). Projeto Político Pedagógico CTAIBB.

Atualmente o *campus* Bom Jesus do Itabapoana, possui 81 professores, sendo 79 do quadro efetivo, 01 substituto e 01 em cooperação técnica. Os técnicos administrativos da educação são 65 e oferecem suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O perfil de formação do corpo docente modificou-se ao longo dos anos, e como consequência dessa mudança, houve uma evolução significativa da pesquisa, que sugere contribuição no desenvolvimento local. A tabela 8, apresenta a distribuição dos docentes e TAEs por titulação demonstrando ainda a redução dos professores com perfil de graduação e especialização, ao mesmo tempo que representa o aumento do número de mestre e doutores. Essa mudança, se aplica em menor proporção aos TAE.

> Nesse novo cenário, o número de funcionários e de estudantes, as metas, a gestão institucional, as relações de poder, os processos decisórios, as formas de cooperação, tudo sofreu profundas mudanças e, principalmente, a autonomia interna das ações, com a escola então ligada diretamente ao poder da reitoria do Instituto, que se encontra geograficamente instalada em Campos dos Goytacazes. Nessa nova instituição passa a integrar o seu quadro um considerável número de professores oriundos de diferentes realidades socioculturais (MOREIRA, 2014, p. 116)

Tabela 8: Relação de servidores/qualificação– *campus* Bom Jesus do Itabapoana (2015).

FORMAÇÃO	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	DOCENTES EFETIVOS
Ensino Fundamental	2	0
Ensino Médio	13	0
Graduação	13	7
Pós-Graduação	0	3
Especialização	29	5
Mestrado	6	41
Doutorado	1	23
Total	65	79

Fonte: Elaborado pela autora (com dados da Diretoria de Gestão de Pessoas e de Planejamento, Estrutura e Produção).

Além dos servidores docentes e técnicos administrativos efetivos, o *campus* Bom Jesus do Itabapoana gera empregos indiretos, através da contratação de prestadores terceirizados por três empresas: Ferthymar, Nova Rio e Rota, que complementam a mão de obra e que estão divididos por setores da administração, segurança, limpeza, cozinha, jardinagem, alvenaria e produção. O total dos contratados corresponde ao total de técnicos administrativos da educação do quadro efetivo, conforme representação na tabela 9.

Tabela 9: Prestadores Terceirizados por empresa (2015).

EMPRESA	TOTAL DE PRESTADORES POR EMPRESA	%
Ferthymar	22	33,85%
Nova Rio	35	53,85%
Rota	8	12,31%
TOTAL	65	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (com dados da Diretoria de Gestão de Pessoas e de Planejamento).

Os trabalhadores terceirizados do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, residem na área de abrangência do IFFluminense, sendo que cinquenta residem em Bom Jesus do Itabapoana, sete em Bom Jesus do Norte, cinco em Apiacá, dois em São José do Calçado e um em Itaperuna. Ressalta-se que este quantitativo aumentou a partir do IFFluminense, pois à época do CTAIBB eram em torno de vinte terceirizados. O aumento para sessenta e cinco, já representa um acréscimo de emprego no município.

Na infraestrutura do *campus*, encontra-se a Biblioteca que tem como objetivo, atender aos discentes, docentes e demais funcionários, além de estar aberta à comunidade em geral. Enquanto CTAIBB e até o ano de 2006, ocupava uma área de 186 m². No ano de 2010, foi construído novo prédio com área total de 321,36 m^2. A tabela 10, apresenta uma comparação entre o acervo no ano de 2006 e 2015, demostrando essa evolução.

Tabela 10: Títulos da biblioteca nos anos de 2006 e 2015.

TÍTULOS	CTAIBB	IFFlUMINENSE
Livros (exemplares)	6110	10.610
Livros (títulos)	4238	6.538
Periódicos (exemplares)	6.660	7.150
Fitas de vídeo	215	213
DVDs	55	170
CD rom	10	70

Fonte: Elaborado pela autora (com dados da Diretoria de Gestão de Pessoas e de Planejamento, Estrutura e Produção).

O *campus* Bom Jesus do Itabapoana, tem 45 anos de existência, sendo que desse tempo, 7 anos são do vínculo com o IFFluminense, 6 com a Fundação mantida pela prefeitura local e 32 com a UFF, tem no ensino sua excelência. A pesquisa e a extensão que já eram desenvolvidas pelo CTAIBB, ganharam maior impulso após a incorporação ao IFFluminense.

Enquanto escola vinculada da UFF, o CTAIBB funcionava com curso de Agropecuária nas modalidades integrado, pós-médio e concomitância interna, conforme tabela 11. No ano de 2007, teve início o curso técnico de Agroindústria, nas modalidades integrado e concomitante.

Tabela 11: Relação de cursos, modalidade e vagas ofertadas em 2006 pelo CTAIBB: Técnico Integrado ao Médio em Agropecuária

Séries	Turmas	Nº de Alunos	Total
1ª Série	A	34	100
	B	32	
	C	34	
2ª Série	A	35	69
	B	34	
3ª Série	A	35	64
	B	29	
Total			233

Ensino Técnico

Turmas	Nº de Alunos	Total
PÓS-MÉDIO-1	31	46
PÓS-MÉDIO-3	15	

Concomitância Interna

Ensino Médio Profissional	Número de alunos
3ª A	35
3ª B	29
Total	64

Fonte: Elaborado pela autora (com dados do Projeto Político Pedagógico CTAIBB 2006).

Os cursos técnicos em Informática e o CTA entraram em atividade no ano de 2011. Já o curso técnico em Meio Ambiente em 2013 e o curso técnico em Química no ano 2015. São cursos que passaram a atender, aos anseios da população local na audiência pública realizada junto à população, em 2008, quando da transição do CTAIBB/UFF para o IFFluminense.

No ano de 2015, o *campus* Bom Jesus do Itabapoana ofertou 735 novas vagas em cinco cursos de nível médio integrado ao técnico, quatro cursos concomitantes, três cursos de EAD e um Bacharelado, além da Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI). A ampliação na diversidade de cursos e na quantidade de vagas, aconteceu a partir da agregação ao IFFluminense.

A tabela 12, demonstra os cursos e as vagas ofertadas no *campus* Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.

Tabela 12: Relação de cursos, modalidade e total de vagas ofertadas no ano de 2015.

CURSO	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS	CURSO	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS
Curso Técnico de Agropecuária integrado ao Ensino Médio	70	Curso Concomitante em Informática	70
Curso Técnico de Agroindústria integrado ao Ensino Médio	70	Curso Concomitante em Meio Ambiente	35
Curso Técnico de Informática integrado ao Ensino Médio	35	Modalidade EAD – Curso Técnico de Segurança do Trabalho	100
Curso Técnico de Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio	35	Modalidade EAD – Curso Técnico em Eventos	50
Curso Técnico de Química integrado ao Ensino Médio	35	Modalidade EAD – Curso Técnico em Multimeios Didáticos	25
Curso Concomitante em Agropecuária	35	Bacharelado em Ciência e Tecnologia de alimentos - CTA	40
Curso Concomitante em Agroindústria	35	UNATI	100
Total de vagas ofertadas em 2015			**735 vagas**

Fonte: Elaborado pela autora (com dados da Diretoria de Ensino do *campus* Bom Jesus do Itabapoana).

O total de alunos matriculados em 2015 nos diferentes cursos e por séries, estão distribuídos na tabela 13, que expressa a expansão dos cursos ofertados e a quantidade de matrículas no *campus* Bom Jesus do Itabapoana, que somaram um total de 1044 alunos.

Tabela 13: Relação de cursos e distribuição dos alunos por série em

CURSO	SÉRIE	NÚMERO DE ALUNOS	TOTAL
Agropecuária	1ª A e B (integrado)	37 + 39	76
	2ª A e B (integrado)	30+ 27	57
	3ª A e B (integrado)	26 + 28	54
	Concomitante 1 e 3	36+ 10	46
Agroindústria	1ª A e B (integrado)	40 + 39	79
	2ª A e B (integrado)	25 + 27	52
	3ª A e B (integrado)	25 + 26	51
	Concomitante 1 e III	28 + 02	30
Informática	1ª, 2ª e 3ª série (integrado)	45 + 17 + 14	76
	Concomitante 1 e 4 - noite	71 + 09	80
	Concomitante 3 - manhã	4	4
Meio Ambiente	1ª, 2ª e 3ª série (integrado)	38 + 31 + 22	91
	Concomitante 1 e 3	34 + 09	43
Química	1ª (integrado)	36	36
Técnico em Segurança do trabalho	módulo 1 e 3	100+24	124
EAD - Técnico em Eventos	módulo 3	16	16
EAD – Técnico em Multimeios didáticos	Módulo 1	20	20
Ciência e Tecnologia de Alimentos	1º, 3º, 5º e 7º períodos	36+10+14+09	69
(UNATI)	Turma única	40	40
Total de alunos matriculados em 2015			1044

Fonte: Elaborado pela autora ((2005) com dados dos Registros Acadêmicos/Diretoria de Ensino/ DAIFE).

A tabela 13, quando comparada com a tabela 11, permite analisar que em alguns cursos a evasão e/ou reprovação é muito elevada merecendo estudo por parte do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, considerando que o total de recursos públicos investidos anualmente é elevado. Percebe-se que em todos os cursos há redução entre o total de alunos matriculados e o total de alunos que concluem as terceiras séries. No curso técnico de Informática, esses números são maiores, uma vez que na matrícula inicial são ofertadas 35 vagas para o curso integrado, e que no ano de 2015, a possibilidade de finalização dos estudos, foi para 14 estudantes, ou seja, menos de 50% dos matriculados na primeira série.

Quando a mesma observação é feita em relação aos cursos concomitantes, as baixas em relação à matrícula inicial são ainda mais elevadas e novamente o curso de informática demonstra pelos quatro alunos com possibilidade de conclusão em 2015, ser o que mais contribui para a evasão/reprovação.

Também os cursos de EAD, na relação de vagas ofertadas e alunos que chegam aos módulos finais, apresenta importante redução.

Outro curso que chama atenção nessa análise é o CTA, que oferta as vagas através do vestibular e pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, um total inicial de 40 e que pela análise dos alunos matriculados a partir do segundo período, percebe-se que o *campus* Bom Jesus do Itabapoana, forma poucos Cientistas de Alimentos. No ano de 2015 consta nove alunos matriculados no sétimo período e com possibilidade de concluir o Bacharelado.

A experiência e observação da autora enquanto docente desde 2006, sugere que a redução entre o número de vagas ofertadas e dos alunos que concluem seus cursos a cada ano, tem como causa a falta de base nas séries do ensino fundamental, dos alunos provenientes de escolas públicas ou privadas tanto do município, quando de localidades próximas. Além disso, o *campus* Bom Jesus do Itabapoana, não tem projeto de nivelamento ou algum outro trabalho que incentive à permanência dos alunos. São dados que merecem mais atenção e estudo, tanto por parte do IFFluminense, como do Governo Federal.

A questão da evasão e/ou reprovação não é o objeto de estudo desse trabalho, mas percebe-se a necessidade de investigação das causas, assim como, de propostas alternativas, uma vez que o *campus* Bom Jesus do Itabapoana, é uma instituição pública mantida com o recursos proveniente do pagamento de impostos

dos cidadãos e que tem como objetivo atender à proposta educacional das políticas públicas nacionais e principalmente ao compromisso com a formação do cidadão, assim como do retorno necessário para a comunidade e para o desenvolvimento local, a partir da Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais. Todos os alunos que "desistem" ao longo de sua formação, representam uma perda para o município e para toda a região, pois deixarão de atuar como atores capazes de mudar a sua realidade ou da sua comunidade o que sem dúvida, deixa de incrementar o desenvolvimento local.

Ações do poder público, como construções diversas e aquisição de bens para equipar salas de aula e laboratórios, não são suficientes para que o processo educacional ocorra. Faz-se necessária uma política de permanência dos alunos que vá além da oferta de "bolsas". É preciso que os alunos, sintam-se como pertencentes ao *campus* Bom Jesus do Itabapoana, assim como tomem consciência do seu papel no desenvolvimento de suas localidades.

Paulo Freire em sua obra fortalece o diálogo na educação, com o objetivo de permitir a conscientização emancipadora dos indivíduos, onde todos nos tornamos responsáveis: "O educador já não é mais o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos (FREIRE, 2005, p.79)".

A comparação entre os alunos matriculados no ano de 2006 e 2015, demonstra uma importante evolução no número de alunos e consequentemente de profissionais qualificados e que anualmente, transformam-se em capital humano, com capacidade para implementar ações que contribuam com o desenvolvimento local.

Em relação aos servidores efetivos, após a vinculação ao IFFluminense, em cumprimento às metas da expansão, aconteceram concursos públicos para provimento de vagas tanto para docentes como para técnicos administrativos da educação (TAE), ampliando o total de servidores do quadro permanente de 54 para os atuais 144, representando um crescimento de 166,07% do quadro de servidores efetivos.

Uma análise sobre a origem dos TAE e docentes do c*ampus* Bom Jesus do Itabapoana, demonstra que muitos, residiam e ainda residem em cidades diferentes

do município de Bom Jesus do Itabapoana. Do total de 79 docentes efetivos, 73,42% são do Estado do Rio de Janeiro; 17,72% do Estado do Espírito Santo; 11,39% de Minas Gerais e 2,53% do Estado de São Paulo. Em relação aos servidores administrativos, 72,31% são do Estado do Rio de Janeiro; 23,08% do Estado do Espírito Santo; 4,62% do Estado de Minas Gerais e 1,54% do Estado de São Paulo. Apesar da diversidade, a maioria das localidades de origem de docentes e TAE, situam-se na região de abrangência do IFFluminense, conforme demonstra a tabela 14.

Em relação aos discentes, só foi possível uma avaliação da residência de 592 estudantes, do total de 1.044, mas que permitiu identificar que 56,7% residem em outras localidades diferente do município de Bom Jesus do Itabapoana e que provavelmente realizam algum tipo de despesa no município. Entre esses 60,5% são originários do Estado do Rio de Janeiro; 36,7% do Estado do Espírito Santo; 2,5% do Estado de Minas Gerais e 0,2% do Estado de São Paulo. Em relação aos docentes, os percentuais apresentam 71,6% residentes no Estado do Rio de Janeiro, 17,3% no Estado do Espírito Santo, 11,1% no Estado de Minas Gerais e 2,5% no Estado de São Paulo. Quanto aos Técnicos Administrativos da Educação, 72,3% residem no Estado do Rio de Janeiro, 23,1% no Estado do Espírito Santo, 4,6% no Estado de Minas Gerais e 1,5% no Estado de São Paulo. Sendo que, em geral, a maioria reside na área de abrangência do IFFluminense.

A partir desse levantamento, e da análise da tabela 14, é possível sugerir dois tipos de movimentação populacional para Bom Jesus do Itabapoana. Um que é provavelmente, o movimento de servidores e alunos originários do Estado de São Paulo, pouco significativo diante dos que se observa em relação aos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, mas que reflete a abrangência do *campus* bom Jesus do Itabapoana. Esses apresentam números maiores de deslocamento populacional, provenientes de cidades mais distantes e que provavelmente fixaram moradia em Bom Jesus do Itabapoana, assim como os residentes em municípios do Estado do Rio de Janeiro distante do município de Bom Jesus do Itabapoana. A tabela também demonstra um movimento pendular, uma vez que servidores e alunos, que residem em municípios próximos, tanto do Estado do Rio de Janeiro, como do Estado do Espírito Santo, trabalham ou estudam no *campus* Bom Jesus do Itabapoana e se movimentam diariamente ou semanalmente. Ambos os movimentos

parecem estimular o setor terciário local, principalmente o transporte, as atividades financeiras e imobiliárias, contribuindo para o desenvolvimento local.

Tabela 14: Cidade de origem dos docentes, TAE e alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

CIDADE/ESTADO DE ORIGEM	DOCENTES	TAE	ALUNOS	TOTAL
Estado do Rio de Janeiro	**58**	**47**	**359**	**464**
Bom Jesus do Itabapoana - RJ	25	29	305	359
Cabo Frio - RJ	0	1	0	1
Cambuci - RJ	1	0	0	1
Campos dos Goytacazes - RJ	15	5	41	61
Itaboraí - RJ	1	0	0	1
Italva - RJ	1	1	0	2
Itaperuna - RJ	1	2	8	11
Laje do Muriaé - RJ	1	0	0	1
Laranjeiras - RJ	0	1	0	1
Macaé - RJ	2	0	0	2
Mangaratiba - RJ	0	0	1	1
Niterói - RJ	0	2	0	2
Padre Miguel - RJ	1	0	0	1
Rio das Ostras - RJ	1	0	0	1
Rio de Janeiro - RJ	3	3	0	6
Santo Antônio de Pádua - RJ	1	1	0	2
São Fidélis - RJ	1	0	0	1
São Francisco de Itabapoana - RJ	1	0	1	2
São Gonçalo - RJ	1	0	1	2
São João de Meriti - RJ	0	1	0	1
Sapucaia - RJ	1	1	0	2
Três Rios - RJ	1	0	0	1
Varre-Sai - RJ	0	0	2	2
Estado do Espírito Santo	**14**	**15**	**218**	**247**
Afonso Cláudio - ES	00	0	3	3
Apiacá - ES	1	2	36	39
Bom Jesus do Norte - ES	3	4	84	91
Cachoeiro de Itapemirim - ES	1	0	1	2
Colatina - ES	2	0	0	2
Guaçui - ES	0	0	30	30
Jeronimo Monteiro - ES	3	1	0	4
Marataízes - ES	1	0	0	1
Mimoso do Sul - ES	0	0	17	17
Muqui - ES	1	0	0	1
São José do Calçado - ES	1	8	47	56
Vila Velha - ES	1	0	0	1
Estado de Minas Gerais	**9**	**3**	**15**	**27**
Caiana - MG	0	0	1	1
Divino - MG	0	0	5	5
Dores do Rio Preto - MG	0	0	4	4
Espera Feliz - MG	0	0	3	3
Lavras - MG	4	0	0	4
Muriaé - MG	2	0	0	2
Ouro Preto - MG	1	0	0	1
Patrocínio de Muriaé - MG	0	1	2	3
Pouso Alegre - MG	1	0	0	1
Tombos - MG	0	1	0	1
Viçosa - MG	1	1	0	2
Estado de São Paulo	**2**	**1**	**1**	**4**
Cotia - SP	0	0	1	1
São Paulo - SP	2	1	0	3
TOTAL	**81**	**65**	**593**	**739**

Fonte: Elaborado pela autora ((2015) com dados da Diretoria de Gestão de Pessoas e DAIFE 2015).

Desde o período do CTAIBB que a instituição já representava para a região uma referência na pesquisa e na extensão. Fez adesão ao Programa Jovens Talentos (FAPERJ/CECIERJ), demonstrando zelo e apreço às propostas e formando na iniciação científica um grande número de jovens do ensino médio de Bom Jesus do Itabapoana, contemplando alunos de escolas estaduais, além dos alunos do próprio CTAIBB. A partir da vinculação ao IFFluminense, houve expansão das pesquisas científicas, através dos programas de pesquisas do próprio IFFluminense e editais externos. Além disso, houve ampliação das pesquisas desenvolvidas por servidores em cursos de mestrados e doutorados e que de alguma forma contemplam tanto o *campus* como a comunidade local.

As atividades de pesquisa do *campus* Bom Jesus do Itabapoana são desenvolvidas através dos programas e ações já citadas e também no curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos, sendo fundamental para a obtenção do título de Bacharel ou Cientista de Alimentos, além de contribuir para o desenvolvimento do município.

Percebe-se que, docentes e técnicos administrativos capacitados, tem influenciado significativamente no aumento e na melhoria da pesquisa do *campus.* Os projetos desenvolvidos envolvem financiamentos de agências de fomento, entidades de pesquisa e órgãos do governo. O IFFluminense é responsável no *campus* Bom Jesus do Itabapoana, pela realização de 07 projetos com recursos próprios, o que corresponde a 10,14% dos projetos executados. A tabela 15, mostra que a FAPERJ, com 49,28% dos projetos é a maior das agencias de financiamento de projetos no *campus*, seguida da CNPQ e PETROBRÁS. Em relação aos percentuais de investimentos, observa-se que a predomínio de recursos da FAPERJ com 48,09% dos recursos, seguida pela PETROBRÀS com 32,74% dos valores. Os financiamentos envolvem recursos para bolsistas, compra de equipamentos que contribuem para a modernização do *campus*, além da pesquisa, que no conjunto irão impactar no município. A preocupação com a região é também demonstrada através do desenvolvimento de diferentes projetos e como esses podem refletir no desenvolvimento local. A mesma tabela sugere que o total de recursos que os projetos trazem para o município são importantes, considerando a receita anual do mesmo.

Tabela 15: Agências financiadoras e entidades envolvidas nos projetos de pesquisas desenvolvidos no ano de 2015.

UNIDADE FINANCIAMENTO	TOTAL DE PROJETOS	TOTAL EM %	VALOR EM REAL ($)	TOTAL EM %
IFFLUMINENSE	7	10,14%	22.400,00	8,04%
CNPq (PIBIC, TIBITIBI)	6	8,70%	26.000,00	9,33%
CNPq (ICj)	3	4,35%	5.000,00	1,79%
FAPERJ	34	49,28%	133.980,00	48,09%
PETROBRAS	4	5,80%	91.200,00	32,74%
TOTAL	69		278.580,00	

Fonte: Elaborado pela autora (com dados da Diretoria de Pesquisa e Extensão 2015).

A pesquisa desenvolvida no *campus* Bom Jesus do Itabapoana envolve uma diversidade de atores sociais e econômicos que de forma direta ou indireta, influenciam no contexto do desenvolvimento local e regional. Cita-se como exemplo, a parceria do *campus* com um egresso do curso subsequente de agroindústria, que criou uma indústria de maionese que utiliza conservantes naturais, o que prolonga sua validade, em parceria com a pesquisa aplicada institucional e que hoje abrange o mercado para além da mesorregião Noroeste Fluminense, alcançando os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A parceria com o IFFluminense, incluí desde o suporte técnico do corpo docente, até a oferta de estágios para alunos da instituição. Atualmente a empresa emprega 16 funcionários, mas está construindo em terreno cedido pela prefeitura local, na Usina Santa Izabel, uma nova sede, com modernas instalações e que provavelmente irá gerar ainda mais empregos, assim como ampliar as vagas para estágios na parceria com o *campus* Bom Jesus do Itabapoana. Além dessa, existem outras parcerias que muito beneficiam a comunidade e à própria empresa, e se transformam em mecanismos para o desenvolvimento do município.

> Entre as pesquisas desenvolvidas no *campus*, estão as pesquisas realizadas por demanda de empresas locais, que se beneficiam dos resultados e, por outro lado, os alunos que participam dos projetos, tem obtido colocação no mercado de trabalho e/ou tornando-se empreendedor local (Ex. Convênio com a Maionese da Casa) (ALMEIDA, 2016. p.01).

Outra ação está sendo desenvolvida em conjunto com o Rotary Clube de Bom Jesus do Itabapoana, através do projeto de monitoramento da água tratada fornecida pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos-CEDAE na sede do município. A proposta é colaborar na promoção e proteção à saúde da população por

meio da garantia da qualidade da água destinada ao consumo humano no município de Bom Jesus do Itabapoana, RJ. Foram coletadas amostras em locais como escolas, creches e posto de saúde e a análise feita no laboratório de microbiologia e físico-química do *campus*. O projeto tem ainda como proposta ampliar a análise em relação a água que abastece os distritos de Bom Jesus do Itabapoana.

> A prerrogativa das ações da extensão é o diálogo com a comunidade, portanto, todos os projetos interferem/modificam a percepção da comunidade, seja em aspectos técnicos ou culturais. Acrescenta-se a isso as ações afirmativas através de projetos com APAE, UNATI, MULHERES MIL e PRONATEC (ALMEIDA, 2016. p.01)[20.]

A documentação das pesquisas desenvolvidas pelo CTAIBB, não estão disponíveis, e mesmo os arquivos não foram encontrados em tempo para fornecer subsidios a esse trabalho. Os relatos fazem parte de acervos pessoais de professores ou estão na memória dos servidores. Isso dificultou a comparação do que era desenvolvido, com o que se desenvolve atualmente.

As atividades de extensão, são praticadas desde o CTAIBB, porém, ganharam formas mais definidas, especialmente com Programas e Projetos de Extensão no atual *campus* Bom Jesus do Itabapoana, e que atualmente, é o que mais desenvolve projetos de extensão dentro do IFFluminense, além de por dois anos consecutivos ter sido contemplado com Programas e Projetos de Extensão no Edital externo Poext MEC/Sesu, concorrendo com propostas apresentadas por Universidades e Institutos de diferentes partes do Brasil (PROEX, 2015).

> Foram trabalhados conceitos de cidadania, recuperada a autoestima de cerca de 400 mulheres. Egressos deram origem a uma incubadora de Associação. Projetos de extensão capacitam agricultores familiares que hoje vendem seus produtos para o *campus*. Temos diversos projetos que valorizam a cultura e história local, estimulam o esporte, a dança e a música. As artes e cultura tem efeito importante no desenvolvimento local e regional. Outros projetos debatem cidadania, direitos humanos e questões de gênero. A Unati recebe 100 idosos anualmente, o que tem reflexo evidente na qualidade de vida dos idosos (ALMEIDA, 2016. p.01)[21.]

---

[20]. Entrevista concedida por ALMEIDA, Thaís Romano de Vasconcelo e, Diretora de Pesquisa e Extensão do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, gestão 2013/2016. Entrevista I.[fev.16]. Entrevistadora: a autora. Bom Jesus do Itabapoana, 2016.

[21]. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

Atendendo a uma das finalidades da Lei 11.892 de 2008, *campus* Bom Jesus do Itabapoana vem procurando se transformar em um mediador junto a comunidade em geral, mantendo um intercâmbio de reciprocidade entre ambos, ao desenvolver programas de extensão com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento local. Essas atividades são consideradas fundamentais para a inserção do *campus* no contexto social, ao permitir a articulação entre o ensino e a pesquisa, trazendo vantagens para a sociedade local e regional. Isso acontece através de eventos como Dias de Campo, que congrega atores diversos como alunos, produtores, pesquisadores da EMBRAPA, técnicos de instituições extensionistas como EMATER e INCAPER e inclusive grupos estrangeiros, para compartilhar informações na área agrícola. No ano de 2015 a Embrapa Agroindústria de Alimentos e seus parceiros promoveram o Dia de Campo e Seminário do Projeto Arranjo Produtivo Local (APL) do maracujá no *campus* Bom Jesus do Itabapoana e nas Unidades Demonstrativas do município e de São José de Ubá. Foi um evento destinado a pesquisadores, técnicos extensionistas, agroindustriais e produtores rurais. Também participaram do encontro um grupo de quinze produtores e técnicos colombianos do Centro de Pesquisa para a Gestão Tecnológica de Passiflora (CEPASS HUILA), que vieram ao Brasil especialmente interessados em conhecer a cadeia produtiva do maracujá. Alunos dos cursos de Agropecuária e Agroindústria, também participaram do evento

Outra ação realizada atualmente pelo *campus* é a Mostra do Conhecimento: Ensino, Pesquisa e Extensão, que acontece anualmente com a apresentação de trabalhos científicos, oficinas diversas e atividades culturais, sendo aberta à comunidade externa, podendo a comunidade, participar das diferentes atividades desenvolvidas, como as oficinas e apresentações culturais. Assim Como Almeida (2016, p.01) aborda: “(...) Nota-se aumento significativo na proporção de alunos e servidores envolvidos e uma proporção maior da comunidade. As ações de pesquisa e extensão eram incipientes e atualmente encontram-se presentes em todos os cursos do campus (...)[22.]

Atendendo à legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei 11.947/2009 os agricultores familiares locais foram beneficiados no ano de 2015, através da chamada pública para aquisição de

---

[22]. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

gêneros alimentícios de agricultores familiares, para a merenda escolar do *campus* Bom Jesus do Itabapoana. Apesar de ser uma experiência nova para o IFFluminense, houve procura dos produtores locais, demonstrando a importância para os mesmos em ter um local e preço certos para seus produtos. A longo prazo, funcionará como um incentivo à prática agropecuária, e provavelmente irá gerar aumento do emprego e da renda local.

Ainda em 2015, a reitoria, o *campus* Bom Jesus do Itabapoana e o INEA, assinaram uma parceria que tem como objetivo, contribuir com a região e consequentemente, com o desenvolvimento local, priorizando a sustentabilidade. A parceria se iniciará com um projeto de Educação Ambiental e apoio aos produtores no preenchimento correto do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em pequenas propriedades, no município de Bom Jesus do Itabapoana. O preenchimento do cadastro é obrigatório e deve ser feito até maio de 2016. (IFFLUMINENSE, 2015).

As atividades extensionistas, conforme observamos, estão relacionadas a diversas áreas temáticas: educação, saúde, trabalho, direitos humanos, cultura, comunicação, tecnologia e meio ambiente, agropecuária, panificação, sendo as atividades desenvolvidas através de cursos, palestras, exposições, oficinas, prestação de serviços e outras que tenham como objetivo o trabalho socioeducativo e a melhoria da condição de vida dos atores beneficiados.

A tabela 16 apresenta a quantidade de ações de extensão e o valor dos projetos desenvolvidos no *campus* Bom Jesus do Itabapoana. No ano de 2015 foram aprovados 21 projetos, que implicaram na apropriação do valor de R$ 93.250,000, que para um município com 35.384 mil habitantes, sugere ser relevante. O público contemplado pelos projetos faz parte da área de abrangência do IFFluminense e especificamente, do *campus* Bom Jesus do Itabapoana e se beneficiam de transferência de tecnologia, difusão de conhecimento e incentivo à cultura, arte e memória.

Tabela 16: Ações de extensão do *campus* Bom Jesus do Itabapoana (2015)

UNIDADE FINANCIAMENTO	TOTAL DE PROJETOS	TOTAL EM %	VALOR EM REAL ($)	TOTAL EM %
IFFLUMINENSE	19	90,48%	72.050,00	77,27%
PROEXT	2	9,52%	21.200,00	22,73%
TOTAL	21	100,00%	93.250,00	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora ((2015) com dados da Diretoria de Pesquisa e Extensão).

A Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI) é também uma atividade da extensão que traz para o *campus* pessoas da comunidade com mais de sessenta anos, permitindo a valorização humana e profissional na terceira idade. Ao mesmo tempo em que são estudantes, contribuem com suas experiências e promovem uma troca de conhecimento, significativa com a comunidade interna e externa, promovendo um *feedback* junto ao município. Muitas das oficinas realizadas com esse grupo permitem nova opção de inserção no mercado local, já que aprendem a fazer artesanato, alimentos e outros que podem contribuir para melhorar a renda e a qualidade de vida da família.

Através das ações da extensão, dos cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) é possível a percepção de que um público local e regional considerável, já foi beneficiado e uma outra parcela que com novos projetos e ações, provavelmente será, comprovando a importância do IFFluminense para o município de Bom Jesus do Itabapoana no que concerne à geração de emprego e renda.

> Percebo efeito significativo na contribuição para geração de renda a medida que os alunos têm bolsa permanência e outras por mérito que são recursos gastos no município. E na contribuição para a geração de emprego, percebo forte contribuição por meio dos cursos de formação inicial e continuada ofertada a trabalhadores (PRONATEC) e a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Percebo ainda através da contribuição dada na formação de estagiários externos, etc. (ALMEIDA, 2016. p.01)[23].

Através do Programa de Assistência Estudantil, a Diretoria de Assistência Integral na Formação do Estudante (DAIFE), operacionaliza ações, serviços e projetos que visam possibilitar a democratização das condições de acesso,

[23]. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

permanência e conclusão dos cursos, minimizando os efeitos da desigualdade social na vida dos alunos e de suas famílias, que englobam dificuldades das necessidades humanas básicas, como alimentar-se, vestir-se, morar, transitar e consumir bens e serviços fundamentais para o seu pleno desenvolvimento e participação social como cidadão.

Essas ações se concretizam através da oferta de diferentes modalidades de Bolsas como a Permanência IFF e Auxílios, aos alunos com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, e que garantem um rendimento financeiro a estes alunos com o objetivo de custear seus gastos regulares com transporte, moradia, alimentação e demais necessidades para sua permanência no *campus.*

São oferecidos Bolsa de Iniciação Profissional (atual Permanência IFF), Bolsa NAPNEE (Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais), Auxílio-transporte, Auxílio-alimentação e Auxílio moradia, com vagas distribuídas, desde 2011, conforme a tabela 17 e que são importantes para a manutenção do aluno no *campus*.

Os estudantes do sexo masculino podem optar por residirem na Moradia Estudantil, que oferta anualmente 96 vagas ou se inscreverem no Programa de Auxílio Moradia ou Auxílio-transporte e concorrerem a uma das vagas ofertadas. Aos residentes da Moradia Estudantil, é ofertado o Auxílio-Alimentação em Fins de semana e feriados, que garante alimentação quando o refeitório do *campus* não funciona. Às estudantes do sexo feminino são ofertados o Auxílio Moradia ou Auxílio-transporte, uma vez que a Moradia Estudantil Feminina se encontra com suas instalações em obra.

As Bolsas de Iniciação Profissional, foram implementas a partir da vinculação do CTAIBB ao IFFluminense, como os demais auxílios e passou a ser oferecida a partir de 2010. Porém o edital do ano de 2010 não faz referência nem ao total de vagas ofertadas, nem ao valor pago aos estudantes naquele ano. Enquanto CTAIBB, essa bolsa era denominada “bolsa trabalho” e os alunos residentes na moradia estudantil masculina, realizavam tarefas após o término das aulas diárias, em diferentes setores, laboratórios e áreas da instituição, sem receber nenhum valor para isso. Funcionava como uma “troca de favores” com a instituição.

Também foram ofertadas bolsas os estudantes com Necessidades Específicas Especiais (NAPNEE), no período de 2013 a 2015 num total de 11 bolsas

desta modalidade, conforme demonstra a tabela 17.

Tabela 17: Modalidade de Bolsas e Auxílios no período de 2011 a 2015.

Modalidade de Bolsa/Auxílio	Ano	Número de estudantes contemplados	Valor mensal por estudante em R$	Valor total mensal em R$	Valor total anual em R$
Auxílio-Alimentação	2011	107	Isenção	----	----
	2012	100	Isenção	----	----
	2013	100	Isenção	----	----
	2014	Isenção para todos	Isenção total	----	----
	2015	Isenção para todos	Isenção total	----	----
Auxílio Moradia	2011	14	180,00	6.400,00	64.00,00
	2012	25	200,00	5.000,00	50.000,00
	2013	30	200,00	6.000,00	60.000,00
	2014	37	220,00	8.140,00	81.400,00
	2015	51	225,00	11.475,00	114.750,00
Auxílio-transporte	2011		Não ofertado		
	2012	50	Valor integral da passagem	----	----
	2013	150	Até 100,00	15.000,00	150.000,00
	2014	126	Até 120,00	15.120,00	151.200,00
	2015	53	Até 120,00	6.360,00	63.600,00
Auxílio-Alimentação em fins de semanas e feriados	2011		Não ofertado		
	2012		Não ofertado		
	2013	80	Até 80,00	6.400,00	64.000,00
	2014	70	Até 120,00	8.400,00	84.000,00
	2015	14	Até 160,00	2.240,00	22.400,00
Bolsa de Iniciação Profissional	2011	50	Edital não faz menção a valores	----	----
	2012	50	315,00	15.750,00	157.500,00
	2013	60	315,00	18.900,00	189.000,00
	2014	107	350,00	37.450,00	374.500,00
	2015	51	400,00	20.400,00	204.000,00
Bolsa NAPNEE	2011		Não ofertada		
	2012		Não ofertada		
	2013	3	315,00	945,00	9.450,00
	2014	3	315,00	945,00	9.450,00
	2015	5	315,00	1.575,00	15.750,00

Fonte: Elaborado pela autora (com dados da DAIFE e Diretoria de Pesquisa e Extensão, 2015).

Considerando os dados da tabela 17, no período de 2010 a 2015, o impacto financeiro da Bolsa de Iniciação Profissional e da Bolsa NAPNEE somam um valor de novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais (R$ 959.650,00). Este montante de recurso foi um complemento a renda familiar destes alunos ao longo destes anos, e pode ter possibilitado a minimização das desigualdades sociais destas famílias, renda esta que provavelmente foi revertida em gastos no setor terciário local ou regional.

Na tabela 17, podemos verificar que o impacto financeiro, no período de 2010 a 2015, do auxílio-moradia somado ao auxílio-alimentação representa um valor de quinhentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta reais (R$ 540.550,00). Este valor foi usado para custear os gastos regulares, dos estudantes, com moradia e alimentação no município de Bom Jesus do Itabapoana, sendo revertido diretamente para o desenvolvimento da economia local.

Percebe-se também, com os dados da tabela 17, que o impacto financeiro, no período de 2010 a 2015, do auxílio-transporte soma um valor de trezentos e sessenta e quatro mil e oitocentos reais (R$ 364.800,00). Este montante foi usado para custear os gastos regulares, dos estudantes, com o transporte de sua residência até o *campus.* Considerando a tabela 14, que demonstra que grande parte dos estudantes residem em municípios próximos de Bom Jesus do Itabapoana, pode-se analisar que este recurso deve ter impactado no desenvolvimento regional.

É possível perceber que Bolsas e Auxílios juntos totalizaram no ano de 2015, quatrocentos e vinte mil e quinhentos reais (R$ 420.500,00) que tanto para Bom Jesus do Itabapoana, como para região, é um valor que parece ser significativo, considerando os indicadores econômicos do município.

Os gráficos 2 e 3 representam a relação de alunos entrevistados e a proporção de Bolsas e Auxílios recebidos e que são importantes para esses, considerando que, são recursos que provavelmente serão utilizados como complemento da renda familiar, como condição de permanência no IFFluminense e como valores que serão de alguma forma inseridos no mercado local, mediante diferentes gastos dos estudantes. Entre os alunos entrevistados, 65% são contemplados com alguma Bolsa ou Auxílio do Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense ou Bolsas ofertadas pela Diretoria de Pesquisa e Extensão ou ainda, Bolsas de Monitoria, ofertadas pela Diretoria de Ensino.

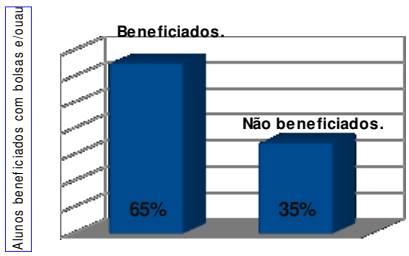

Gráfico 2: Alunos beneficiados com Bolsas ou Auxílios em 2015.
Fonte: Elaborado pela Autora (Construído com dados da pesquisa)

Na análise do gráfico 2, observa-se os valores de Bolsas e Auxílios recebidos por alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana em 2015, sendo possível perceber que entre os estudantes entrevistados, um recebe o valor de R$770,00; outro R$560,00; dois R$520,00; outros dois R$400,00; um R$390,00; outros dois R$225,00; mais dois R$250,00; e ainda dois recebendo R$160,00 e outros dois R$120,00 respectivamente e que de alguma forma serão gastos no município e região.

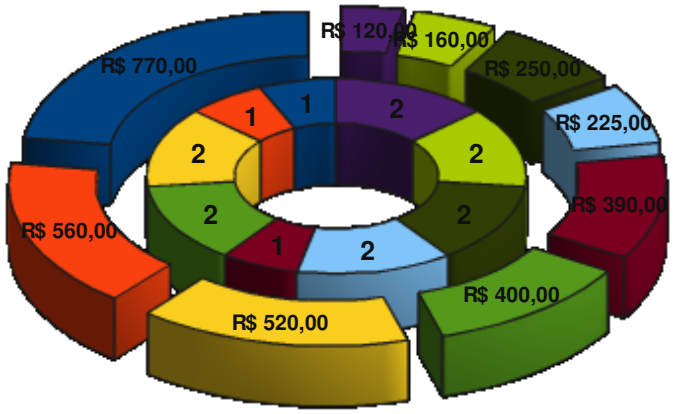

Gráfico 3: Relação e valores de Bolsas e Auxílios recebidos por alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.
Fonte: Elaborado pela Autora (Construído com dados da pesquisa)

4: O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

4.1: A RELAÇÃO DO IFFLUMINENSE COM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA

Realizadas buscas por diversos meios, inclusive o eletrônico, percebe-se que no Brasil, ainda são poucos os estudos que procuram mostrar a importância dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia na economia local. A escassez de dados se deve provavelmente, ao pequeno tempo de existência dessa instituição, quando comparado com o das Universidades no Brasil. Sobre essas existem estudos da contribuição na economia local, como por exemplo as pesquisas desenvolvidas e publicadas por Bovo (1999 e 2003), Lopes (2003), Borges (2004), Santos (2008) e Alves (2010), que nortearam o desenvolvimento desse trabalho.

Essa pesquisa teve como propósito, demonstrar que a movimentação de recursos financeiros dos salários pagos, das compras diretas, despesas de custeio, investimentos em obras e equipamentos, gastos dos estudantes e servidores do IFFluminense constituem fatores capazes de produzir um efeito dinâmico e multiplicador sobre a economia do município de Bom Jesus do Itabapoana. Cabe ressaltar que parte dos recursos não impacta no município, sabendo-se que nem todos os alunos e servidores residem em Bom Jesus do Itabapoana, ou que residem parcialmente, em apenas alguns dias da semana.

A análise de Bovo (1999) sobre a contribuição das Universidades, pode ser comparada à importância do IFFluminense para o município de Bom Jesus do Itabapoana:

> Além dos benefícios decorrentes de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão que contribuem, especialmente, para a formação de profissionais para o mercado de trabalho, para a prestação de serviços à sociedade e para a criação de novas técnicas desenvolvidas a partir das pesquisas realizadas, as universidades também geram efeitos econômicos resultantes dos recursos monetários que elas movimentam nas cidades onde se localizam.

As contribuições do IFFluminense na geração de emprego e renda para Bom Jesus do Itabapoana foram também analisadas pelo ex-diretor Fernando Ferrara e pelo atual João Renato Escudini, que acompanham o desenvolvimento da instituição de ensino desde a vinculação com a UFF. A análise dos professores e gestores esclarecem a contribuição do *campus* Bom Jesus do Itabapoana para o município:

> já houve um acréscimo de empregos e renda diretos, além dos empregos indiretos que são os serviços contratados por muitos dos profissionais que estão atuando diretamente na instituição para realizar em suas casas inúmeros trabalhos como: doméstica, babá, pedreiro, carpinteiro, jardineiro, eletricista, dentre outros. Além disso, há a compra de casas, apartamentos e terrenos e a construção de casas e alugueis de imóveis pelos Docentes, Técnicos e Estudantes. Há ainda o pagamento de bolsas aos estudantes nas diversas modalidades, além de a Instituição apresentar a necessidade de compras de materiais diversos para suprir sua demanda. Tudo isso, em conjunto, movimenta a economia local (FERRARA, 2016, p.3 e 4)[24]

Portanto, Escudini[25] (2016, p.3), declara: “[...] pela ampliação física e no número de servidores efetivos e terceirizados. O giro de recursos provenientes da instituição no setor econômico local [...]”.

A pesquisa teve seu enfoque no município de Bom Jesus do Itabapoana sendo esse, o local de trabalho e de residência da autora e o local onde se situa o *campus* do IFFluminense, que tem como proposta a formação profissional através de seus cursos técnicos e superior, que procuram atender às necessidades locais de capacitação de mão de obra.

O *campus* Bom Jesus do Itabapoana, é um dos investimentos do Governo Federal, que beneficia a população do município, favorecendo a geração de emprego, renda e consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento local. Soma-se a esse fato, que a não existência do IFFluminense no município, levaria

---

[24]. Entrevista concedida em 01 de março de 2016.

[25]. Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2016.

muito mais jovens a se deslocarem para outras localidades em busca de formação profissional. Ao contrário, Bom Jesus do Itabapoana tornou-se importador de estudantes das regiões circunvizinhas e de outras mais distantes que extrapolam o território do IFFluminense.

Buscando comprovar esses impactos, foi feito um levantamento de dados qualitativos e quantitativos, através da análise de documentos da UFF, do IFFluminense e do município de Bom Jesus do Itabapoana, além da aplicação de 23 questionários aos alunos e 20 aos servidores e funcionários terceirizados. Goldenberg (2004) considera que:

> E preciso encarar o fato de que, mesmo nas pesquisas quantitativas, a subjetividade do pesquisador está presente. Na escolha do tema, dos entrevistados, no roteiro de perguntas, na bibliografia consultada e na análise do material coletado, existe um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados. Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc. (p.14).

Com os dados da evolução do orçamentário no período de 2006 a 2015 percebe-se que proporcionalmente as receitas recebidas, terá ocorrido aumento com despesas de custeio, salários e outros, conforme representado na Tabela 18, que demonstram ainda a evolução do orçamento enquanto instituição vinculada ao IFFluminense.

Tabela 18: Evolução do orçamento no período de 2006-2015.

Orçamento *campus* Bom Jesus do Itabapoana no período de 2006-2015.	
Ano	Valor
2006	R$ 1.066.155,44
2007	R$2.570321,29 *
2008	R$3.013.036,98**
2009	R$2063076,24***
2010	R$ 1,443,000.00
2011	R$ 3,007,189.00
2012	R$ 5,173,634.00
2013	R$ 6,614,443.00
2014	R$ 8,027,013.00
2015	R$ 9,131,757.00

* Emendas parlamentares = R$591.061,98

** Extra orçamentário (expansão) R$1.386.418,55 + R$200.000,00 em emendas parlamentares

*** Emendas parlamentares = R$359.910,75

Fonte: Elaborado pela Autora ((2015) com base nos dados do Setor Financeiro da UFF e do IFFluminense).

Além do orçamento recebido do MEC, do recurso extraorçamentário (período da expansão) o *campus* recebeu mais de um milhão em emendas parlamentares no ano de 2012, e que foram utilizadas para construções e aquisição de veículos e equipamentos e o valor de quatrocentos mil reais (R$400.000,00) em 2015, que será utilizada no ano de 2016 para construção do laboratório de uma destilaria. De alguma forma esses recursos, obras e aquisições causarão impactos no município e provavelmente na região.

4.1.1: A influência financeira e econômica do Instituto Federal Fluminense no Município de Bom Jesus do Itabapoana.

Com o propósito de fundamentar a pesquisa, foram feitos levantamentos sobre o orçamento 2015, junto à Diretoria de Finanças e Orçamentos e sobre os salários pagos, junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, onde foi constatado que o valor do orçamento do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, foi de R$ 8.924.940,91[26] e os gastos da União com salários de servidores de R$12.756.211,81. Além desses dados, pesquisou-se junto aos fiscais de contratos das empresas terceirizadas, e junto à Diretoria de Finanças e Orçamentos, o total de prestadores, que em 2015 foi de 65 e os valores recebidos pelas empresas contratadas que somaram R$ 1.916.335,62, no mesmo ano. Somados os gastos de terceirização, com os gastos da União com salários de servidores, chega-se a um total de gastos com pessoal de aproximadamente R$14.672.547,43. Considerando os valores recebidos por ambas as categorias funcionais e os gastos declarados nas respostas obtidas com aplicação dos questionários da pesquisa, esse total é injetado total ou parcialmente na economia do município, representando receitas para restaurantes, comércio, postos de gasolina, empresas de ônibus, setor imobiliário e outros conforme demonstram os gráficos 6 e 7 que indicam os gastos no município. Vale ressaltar que o orçamento do município no ano de 2015, foi de aproximadamente, 106 milhões.

A tabela 19 demonstra que o IFFluminense, *campus* Bom Jesus do Itabapoana, foi responsável por 224, empregos no município, no ano de 2015 e o

---

[26]. Dados da pesquisa cedidos pela Diretoria de Finanças e Orçamentos do campus Bom Jesus do Itabapoana.

gráfico 4, o predomínio de servidores efetivos, que entre os entrevistados, somam 75%. Contribui na análise de que os empregos indiretos gerados pelas firmas responsáveis pela vigilância, limpeza, alimentação, jardinagem, transporte e trabalhadores que atuam em diversos laboratórios de produção e setores administrativo, além dos contratos de estagiários, criaram 68 vagas de trabalho no ano de 2015 e cujos salários repercutem diretamente na economia local e regional, pois são uma categoria de trabalhadores que tem moradia fixa no município e arredores. As somas dos salários desse grupo ultrapassa R$80.000,00 reais mensais, livres de outras despesas pertinentes às firmas contratadas, e que são injetados diretamente na economia local ou regional, através do comércio, dos serviços de saúde, que provavelmente são gastos internos. Ainda do pagamento de contas de água, luz, gás, telefonia, que são gastos externos e que beneficiarão outras localidades, além dos gastos com transportes ou combustível, conforme dados obtidos com a aplicação da pesquisa.

Tabela 19: Empregos diretos e indiretos no *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

Empregos Diretos e Indiretos gerados pelo campus Bom Jesus do Itabapoana		
IFFluminense	Salários	Total
Diretos	Servidores	146
	Estagiários	10
	Total	156
Empresas Terceirizadas	Nova Rio – setores de produção, jardinagem e alimentação	35
	Rota – vigilância	8
	Fertymar – limpeza	22
	Total	65
Empresa Privada	Cantina Casa do Pão Pizza	3
	Total	3

Fonte: Elaborado pela autora (com dados da pesquisa, 2015).

Gráfico 4: Total de servidores efetivos no *campus* Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.
Fonte: Construído pela Autora (com dados da pesquisa, 2015).

Conforme Lopes (2003) apud Santos (2008) os impactos financeiros são pertinentes à geração de empregos diretos e indiretos. Os empregos diretos são representados pelos servidores concursados e os empregos indiretos, representados pelos serviços dinamizados pelo IFFluminense, através dos trabalhadores contratados por empresas terceirizadas de serviços de limpeza, vigilância, motoristas, alimentação, administração e produção (laboratórios diversos) e que atendem às necessidades do *campus*, além dos estagiários remunerados e ainda aqueles profissionais que são contratados por servidores para atuarem em sua residência, como diaristas, empregados domésticos, jardineiros, pintores, pedreiros ou prestarem serviços como lavadores, eletricistas, mecânicos, despachantes, fonoaudiólogos, psicólogos, médicos, advogados entre outros.

As pesquisas sobre impactos de Universidades no desenvolvimento local de Lopes (2003, p. 121) apud Santos (2008) demonstram o que hoje representa também o papel dos Institutos Federais e especificamente o IFFluminense, objeto de estudo dessa dissertação, ao afirmar que "[...] muitos empregos indiretos são gerados em vários setores da economia, decorrentes da dinamização da economia local e, principalmente, da contratação de serviços pela universidade como, por exemplo, os serviços de segurança e limpeza".

Pela análise dos dados da pesquisa observa-se que os setores da economia de Bom Jesus do Itabapoana, mais impactados, pela presença do Instituto Federal Fluminense, são os de alimentação, imobiliário, transporte e material de papelaria. Só os estudantes, originários de outras localidades, foram responsáveis, considerando informações da tabela 17, por uma injeção de R$11.475,00 mensal e

R$114.750,00 anuais no ano de 2015, com pagamento de aluguel, sendo que no ano de 2011, esse valor era de R$6.400,00 mensal, comprovando a ampliação anual dos valores injetados na economia nesse setor. Considerando também os imóveis alugados ou comprados por servidores, conclui-se que estes gastos impulsionam o setor imobiliário, a construção civil, as lojas de material de construção e ainda geram empregos para corretores, pedreiros, marceneiros, serralheiros, engenheiros, etc.

Quanto aos gastos com alimentação, soma-se aos gastos dos alunos, os gastos dos professores, técnicos administrativos e demais funcionários do *campus* Bom Jesus do Itabapoana e que impulsiona os restaurantes, supermercados, padarias, entrega de quentinhas, de marmitas, etc., mantendo ou criando novas vagas para cozinheiros, garçons, feirantes, entregadores, entre outros.

Brose (2000) apud Santos (2008) destacam a importância da intensificação das forças locais no processo de desenvolvimento econômico e social. Para o autor:

> A criação de novos postos de trabalho e a manutenção dos já existentes, bem como, a ampliação de oportunidades locais com incentivo à instalação de novas empresas, tendo em vista sempre o fortalecimento da localidade, são essenciais para que haja o desenvolvimento local. A população deve participar ativamente nesse processo, com vistas à melhoria das condições de vida locais e ao desenvolvimento sustentável e estruturado nas forças produtivas da localidade.

Na percepção de Brose (2000) identifica-se a contribuição do IFFluminense no desenvolvimento de Bom Jesus do Itabapoana, através da movimentação financeira que contribui para o desenvolvimento local e que destacamos nessa etapa da pesquisa. Porém essa contribuição vai além do aporte de recursos, contribuindo com a formação de capital humano e tecnologia que são fundamentais para o município e região.

O gestor da transição UFF/IFF, e o atual gestor do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, também analisam a influência do IFFluminense no município e na região de abrangência:

> O *campus* Bom Jesus do Itabapoana é importantíssimo para o município e região não apenas na oferta de educação profissional e tecnológica em seus diversos níveis e modalidades qualificando os cidadãos, mas, também fomentando e trabalhando com extensão e estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, buscando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional,

> isso consta na lei de criação dos Institutos. Nesse sentido, o *campus* tem dado sua contribuição com diversas ações (FERRARA, 2016, p.3)[27].

Assim, Escudini (2016) declara:

> Proporciona um ensino para diferentes segmentos da população e que vai de cursos técnicos ao superior. Oferta de programas que contribuem para permanência de estudantes com condição socioeconômica de carência. Geração de renda através de empregos, compras locais, serviços de manutenção. Incremento do setor imobiliário através de compra, venda e aluguel de imóveis para servidores e estudantes (p.1)[28]

Na percepção da estudante do Bacharelado de Ciência e Tecnologia de Alimentos, o IFFluminense contribui para o desenvolvimento social e a economia do município de Bom Jesus do Itabapoana:

> A relação do IFF com o município de Bom Jesus atua de forma participativa e contribui por meio de pesquisas de extensão, informando e melhorando a condição social do município. (...) as pesquisas aqui desenvolvidas são informadas à população com o intuito de promover o conhecimento e mudanças de posicionamento. (...) Projetos de extensão desenvolvidos no campus promovem o contato social uma vez que as pesquisas são extensionistas. (...) O número de alunos, servidores que vem estudar no IFF ou trabalhar, o município melhora seu desenvolvimento econômico com moradia, transporte e alimentação. (PAULA)29.

Na análise de Moreira (2015) enquanto CTAIBB os alunos vinham principalmente do campo, região de concentração das propriedades rurais e principalmente produção de café e pecuária de corte e leite, em busca de uma formação que pudesse contribuir com o desenvolvimento das atividades econômicas em suas propriedades. O IFFluminense continuou recebendo alunos do meio rural, mas recebe também de municípios vizinhos como Itaperuna, Campos dos Goytacazes, Varre e Sai, no estado do Rio de Janeiro, e Apiacá, Bom Jesus do Norte, São José do Calçado, Mimoso do Sul e Guaçuí, no estado do Espírito Santo, dentre muitos outros, o que é justificado pela ampliação dos cursos como informática, meio ambiente e química, que ao serem criados passaram a atender à demanda regional ou local. Esses dados sobre o município de origem dos

---

[27]. Entrevista concedida em 01 de março de 2016.

[28]. Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2016.

estudantes, pode ser comprovado na tabela 14 e no gráfico 5 que demonstram os municípios de origem dos alunos, onde observa-se entre os 23 estudantes entrevistados, uma maior incidência de alunos, do Estado do Rio de Janeiro com representação de 48%, sendo seguido pelo Estado do Espirito Santo, com 43% e por último, Minas Gerais com 9%.

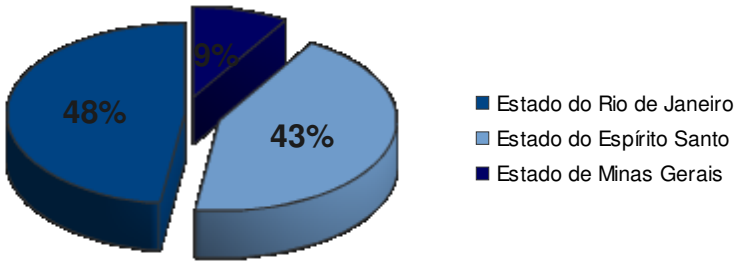

Gráfico 5: Estados de origem dos alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana em 2015.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

Em relação aos professores e técnicos administrativos da educação (TAE) que passaram a integrar o quadro de pessoal do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, é representativo o total de profissionais oriundos de outras cidades e que trazem em sua bagagem uma formação sociocultural diferente e que ao mesclar com a cultura local, se transforma em uma experiência enriquecedora para Bom Jesus do Itabapoana. São profissionais que segundo Moreira (2015) se encontram motivados tanto pelo *status* de pertencerem ao seleto quadro de funcionários federais quanto pela formação elevada que uma boa parte possui ou é incentivada a possuir através dos incentivos à capacitação, ofertados pelo IFFluminense. A tabela 14 e o gráfico 5, que representa a localidade dos servidores que participaram da pesquisa, contribuindo para essa conclusão. Sendo que entre os entrevistados, destacam-se 25% que são originários dos Estados do Espírito Santo, 25% de Minas Gerais, 5% de São Paulo e a maioria, representada por 45% que são oriundos do Estado do Rio de Janeiro. Na tabela 14, fica esclarecido através dos dados fornecidos para a pesquisa pela diretoria de Gestão de Pessoas, a cidade de onde vieram todos os servidores para o *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

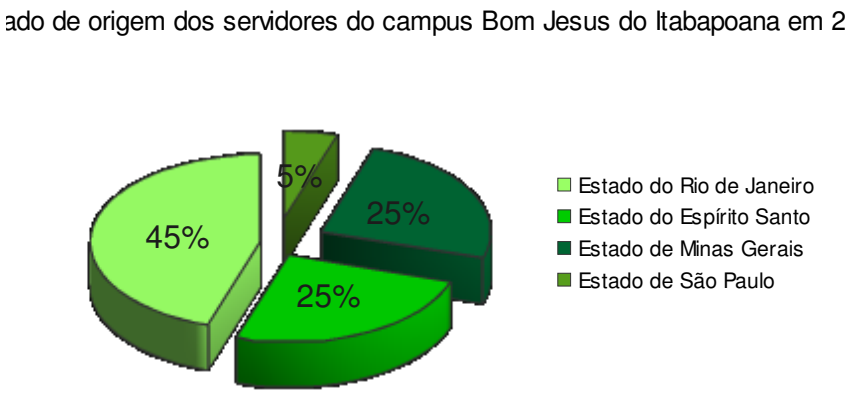

Gráfico 6: Estados de origem dos servidores do *campus* Bom Jesus do Itabapoana em 2015.
Fonte: Elaborado pela Autora (Construído com dados da pesquisa).

Cabe ressaltar os resultados da pesquisa que demonstram os gastos de servidores, e de estudantes em Bom Jesus do Itabapoana, através de gráficos que permitem analisar os gastos e seus impactos locais.

No gráfico 7, que representa gastos dos servidores entrevistados, com despesas consideradas como fixas, devido à sua natureza, como contas de água, luz e gás, observa-se que essas, representam despesas para 85 %, enquanto, telefonia ou internet, dispêndio para 75%; impostos como IPVA e IPTU, diarista ou empregada doméstica, representam gastos locais entre 40% e 60% dos entrevistados. A variável, “outros gastos”, que obteve como respostas compra de revistas e alimentação equivale a desembolso para 20% dos entrevistados.

Já no gráfico 8, temos a representação das despesas dos 23 alunos entrevistados, com os mesmos itens citados entre os servidores e observa-se redução nos percentuais. Assim, contas de água, luz gás, que representam gastos equivalentes a 41%, telefonia ou internet, 33%, impostos como IPVA e IPTU, 19%. A variável diarista ou empregada doméstica representa 0% e outros gastos equivalem a 7% entre os alunos entrevistados.

Considerando os gastos de servidores e alunos, o aporte de recursos no município tem potencial para influenciar no seu desenvolvimento e na geração de emprego.

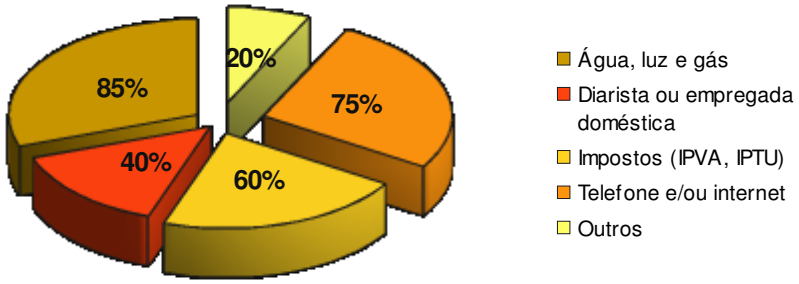

Gráfico 7: Gastos dos servidores no Município de Bom Jesus do Itabapoana em 2015.
Fonte: Elaborado pela Autora (Construído com dados da pesquisa).

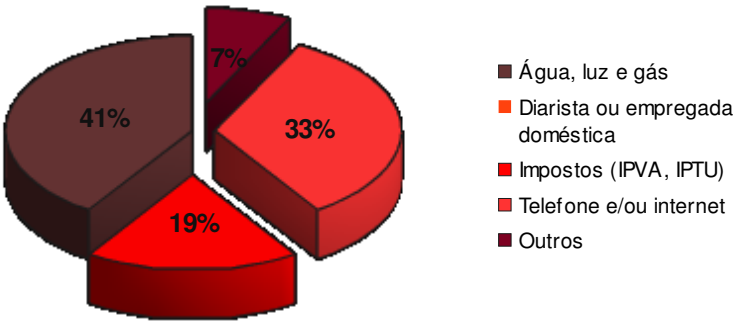

Gráfico 8: Gastos dos alunos no município de Bom Jesus do Itabapoana em 2015.
Fonte: Elaborado pela Autora (Construído com dados da pesquisa).

O gráfico 9 representa gastos diretos dos servidores e funcionários entrevistados, em setores específicos como: salão de beleza e/ou barbearia; comércio local (roupas, calçados, moveis, eletrodomésticos e outros); serviços de saúde (consulta, hospital, exames); lazer (cinema, clube, bares); combustível e/ou transporte; alimentação; papelaria e/ou lan house. Observa-se que entre os entrevistados, 95% declaram gastos com o comércio local, combustível ou transporte e alimentação; 88%, gastos com papelaria e/ou lan house; 85% utilizam

os serviços de saúde local; 75% frequentam salões de beleza e/ou barbearia e a opção do lazer merece uma observação, uma vez que 50% declararam usufruir, enquanto 50% declararam não usufruir, o que não se sabe, por não ser de interesse desse estudo, se é devido à precariedade de opções do município, ou se porque servidores e alunos nos finais de semana, se deslocam para suas cidades de origem. Evidencia-se que os gastos contribuem para o município e principalmente para o comércio local, considerando que a pergunta que originou o gráfico 8, fazia referências aos gastos da categoria servidores, no município.

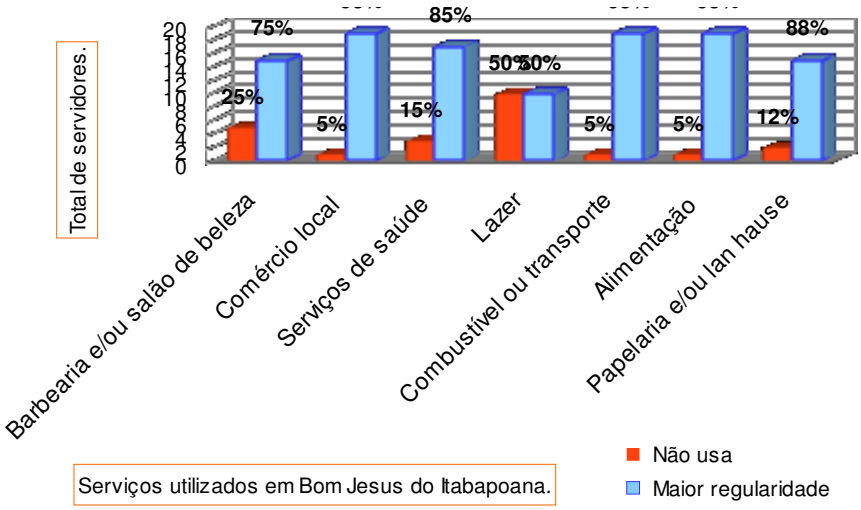

Gráfico 9: Serviços utilizados por servidores em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

O gráfico 10 representa os mesmos gastos pelos alunos. Observa-se que 92% dos entrevistados declaram gastos com o comércio local, 62% com combustível/ou transporte e 100 % com alimentação. Já os gastos com papelaria e/ou lan house representam 96% de gastos entre os entrevistados; no setor de saúde, os serviços são utilizados por 81% dos entrevistados; 65% frequentam salões de beleza e/ou barbearia e na opção lazer há uma diferença em relação aos dados dos servidores pois 62% dos alunos entrevistados declaram usufruir de algum tipo de lazer no município de Bom Jesus do Itabapoana.

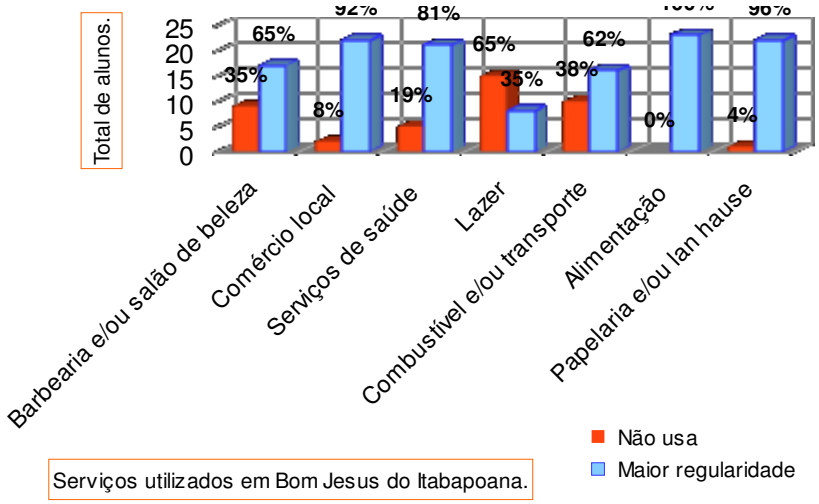

Gráfico 10: Serviços utilizados por alunos em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

A análise dos dados tanto de servidores como de alunos demonstram que o consumo contribui para a receita do município, através de impostos recolhidos, da criação de postos de trabalho e até mesmo da geração de renda para famílias que são proprietárias ou trabalham nos respectivos estabelecimentos comerciais, da movimentação do mercado imobiliário, onde através da observação do gráfico 11, percebe-se que 40% dos entrevistados ou tem imóvel próprio ou moram em imóveis alugados, o que para Bom Jesus do Itabapoana, significa um incremento nesse setor. Os outros 15%, que responderam outros, são servidores que não residem no município. Estes residem nos distritos ou município com proximidade territorial e que permitem a migração pendular diária.

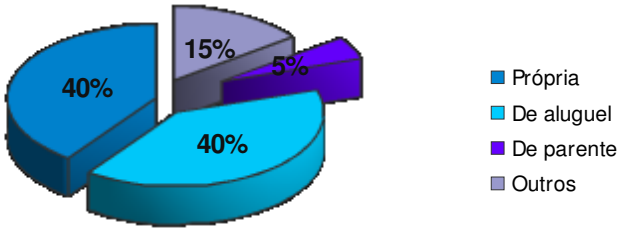

Gráfico 11: Tipo de residência de servidores em Bom Jesus do Itabapoana.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

O gráfico 12 representa os valores gastos por alunos ou alunos e família com alimentação no município, sendo que 39%, apresentaram gastos de até R$100,00 e os outros 61%, com gastos que variam de RS200,00 a mais de R$300,00, entre os 23 alunos entrevistados. O gráfico 13, identifica o tipo de moradia dos alunos, no município, sendo que entre os entrevistados, 32% moram em casa própria, enquanto 27% são residentes na Moradia Estudantil (alojamento) do *campus* e 27% entre os 23 alunos que participaram da pesquisa e que responderam outros, residem em quartos alugados, as chamadas “repúblicas” ou ainda na casa de parentes.

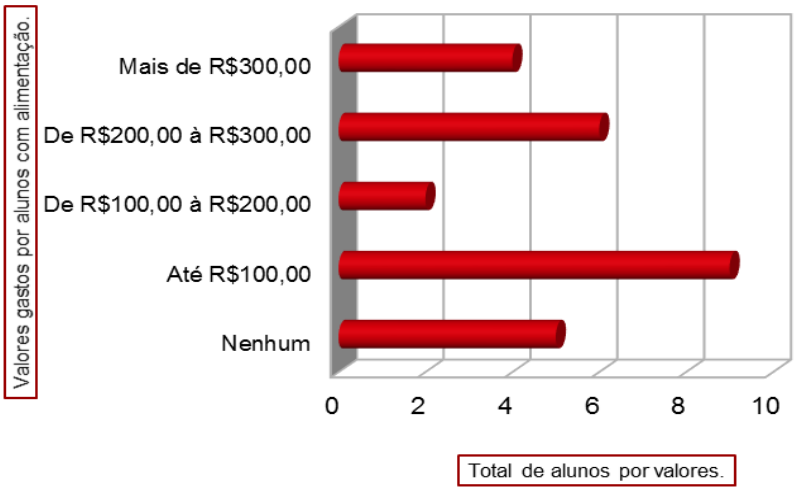

Gráfico 12: Valor dos gastos dos alunos ou famílias com alimentação em Bom Jesus do Itabapoana.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

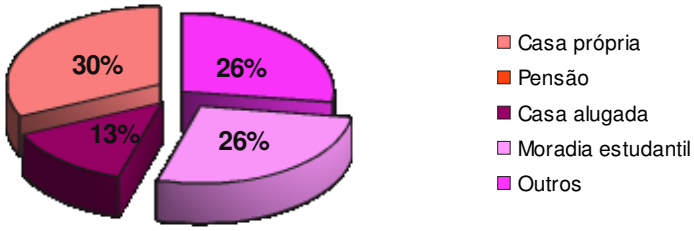

Gráfico 13: Tipo de residência dos alunos em Bom Jesus do Itabapoana.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

Os gráficos 14, 15 e 16, representam os valores gastos pelos servidores em Bom Jesus do Itabapoana com aluguel, combustível ou transporte e alimentação no ano de 2015. Em relação ao transporte, 55% dos entrevistados, apresentam gastos mensais entre R$200,00 e R$300,00, enquanto para 20% esses gastos ficam em torno de R$100,00 a R$200,00 e para 10%, os gastos alcançam entre R$300,00 e R$400,00 mensais. Para as demais variáveis, acima de R$400,00, ou não ter esse gasto no município, representam 5% dos entrevistados. Nos gastos com alimentação os valores são mais significativos, uma vez que para 60% dos entrevistados, os valores variam entre R$200,00 e R$800,00 mensais. Para 24% esses gastos representam mais de R$1.000,00 mensais e para 10% fica em torno de R$400,00 a R$600,00, o que para o comércio de alimentos local tem grande importância, considerando a renda per capita da população que em média é em torno de um salário-mínimo. Em relação aos gastos com aluguel, 57% dos entrevistados pagam até um salário-mínimo, 29% de um a dois salários, 14% de dois a três salários e nenhum dos entrevistados tem gastos maiores do que três salários com aluguel. Esses aluguéis representam um incremento no setor imobiliário local. Considera-se ainda que muitos servidores mudaram para Bom Jesus do Itabapoana e compraram imóveis, passando a contribuir anualmente com o pagamento do IPTU, alguns realizaram reformas, contribuindo para o incremento do setor da construção civil e comércio local.

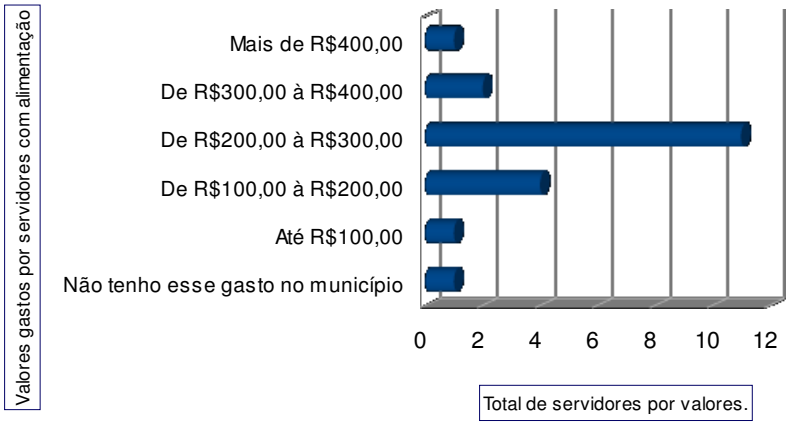

Gráfico 14: Valor dos gastos de servidores ou famílias com transporte e/ou combustível em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

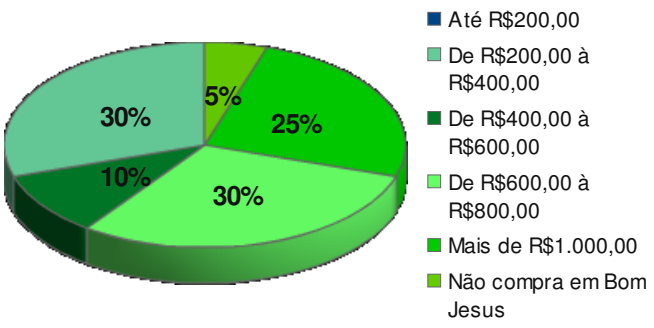

Gráfico 15: Total dos gastos de servidores com alimentação em Bom Jesus do Itabapoana.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

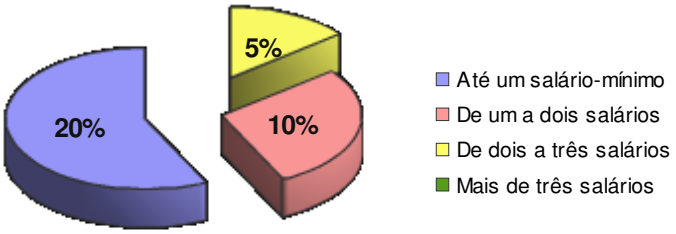

Gráfico 16: Total dos gastos de servidores com aluguel em Bom Jesus do Itabapoana.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

No contexto das análises é importante avaliar que os valores monetários movimentados pelo IFFluminense, através do *campus* Bom Jesus do Itabapoana não são interiorizados totalmente pela economia do município, pois, empresas fornecedoras de produtos e serviços, não são todas, provenientes da produção local e sim em função dos "vazamentos" (ALVES, 2010) que conforme Lopes (2001, p. 108) *apud* Alves 2010, "[…] são os recursos financeiros gerados ou injetados em negócios do município que acabam saindo da economia local para aquisição de bens e serviços produzidos em outros municípios."

De acordo com dados da Diretoria de Gestão de Pessoas do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, representados no gráfico 17, observa-se que entre os

servidores efetivos, 59% residem no município, 28% não são residentes e os outros 13% residem de dois a três dias na semana.

Conclui-se que servidores, terceirizados, estagiários e alunos não gastam a totalidade das receitas provenientes de salários e bolsas no município, uma vez que conforme já demonstrado na tabela 14 e nos gráficos 16 e 17 uma parte, não reside em Bom Jesus do Itabapoana.

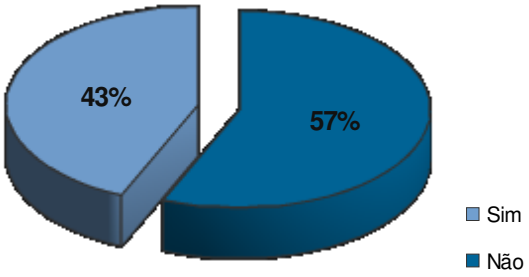

Gráfico 17: Alunos residentes em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.
Fonte: Elaborado pela Autora (Construído com dados da pesquisa).

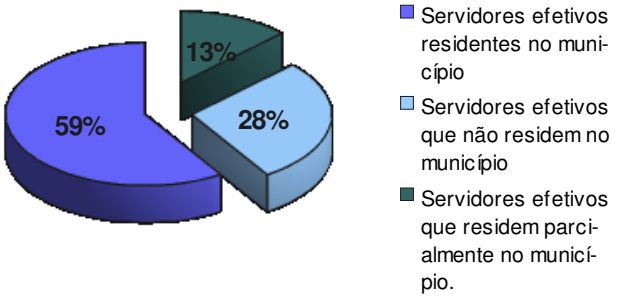

Gráfico 18: Servidores efetivos residentes em Bom Jesus do Itabapoana no ano de 2015.
Fonte: Elaborado pela Autora (Construído com dados da Diretoria de Gestão de Pessoas).

Os dados apresentados nos gráficos anteriores demonstram a relevância do IFFluminense do ponto de vista de seu impacto sobre as economias de Bom Jesus do Itabapoana. Parafraseando Bovo (2003), ao movimentar um volume considerável de recursos financeiros o IFFluminense contribui para dinamizar a economia e este é

apenas um dos enfoques entre os muitos que ainda existem para ser investigados sobre o seu significado como fonte de dinamismo econômico tanto local quanto regional.

Com o propósito de analisar a formação do capital humano para a região procurou-se identificar o curso dos alunos entrevistados, onde observa-se de acordo com o gráfico 19 e com os 23 alunos entrevistados, que 39% são do curso de agropecuária, o que correspondendo ao perfil agrário do município e região. Porém percebe-se representatividade de matrículas nos demais cursos e que conferem com a tendência do município de crescimento no setor de serviços, com mão de obra qualificada através do curso de informática e do setor industrial, com os cursos de agroindústria com 26%, meio ambiente, com 4%, química e segurança do trabalho e CTA com 13% dos entrevistados. Importante ressaltar o caráter aleatório da aplicação dos questionários.

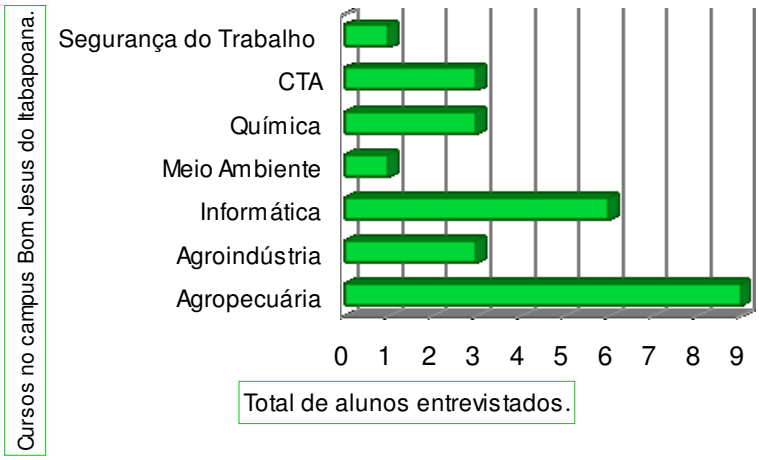

Gráfico 19: Relação de alunos por cursos no *campus* Bom Jesus do Itabapoana em 2015.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

4.1.2: Percepção da comunidade interna do *Campus* Bom Jesus do Itabapoana sobre a importância do Instituto Federal Fluminense para o Município.

No que concerne a interação do IFFluminense com a comunidade, buscou-se questões que dizem respeito ao tema desse estudo. Assim sendo, uma das indagações direcionadas aos gestores e servidores foi:

É possível esclarecer qual das instituições: CTAIBB ou *campus* Bom Jesus do Itabapoana, teve ou tem mais interação com a comunidade local? Como acontecia ou acontece esse processo?

Na época do CTAIBB, devido a interação com as prefeituras, órgãos estaduais (PESAGRO, Emater, Embrapa, Universidades e outras escolas técnicas vinculadas). Nas reuniões de pais, dias de campo, festas da cidade como a exposição agropecuária e as internas. Encontros pedagógicos. (ESCUDINI, 2006, p.1)[29]. Gestor da transição UFF/IFF:

> As interações eram intensas entre a instituição e a comunidade dentro das possibilidades da época e que, ao longo do tempo, se sedimentaram. Acredito que, dentre as interações do CTAIBB, a comunidade jamais se esquecerá, por ser uma festividade, a do Arraiá do Agrícola, festa junina que acontecia no mês de julho. Também é muito importante ressaltar as parcerias mantidas com os Municípios, principalmente com a secretaria de agricultura e meio ambiente, Embrapa, PESAGRO-Rio por meio de convênios que promoviam ações importantes do ponto de vista acadêmico e interesse da comunidade. Podemos citar também as participações em eventos da comunidade como a festa da cidade, exposição agropecuária, dentre outros. O *campus* Bom Jesus do Itabapoana é jovem e foi formado por duas Instituições e cresceu muito rapidamente, não apenas em estruturas novas, mas, sobretudo em pensamentos novos, pois hoje a instituição conta com mais de 80% da força de trabalho de pessoas novas que vieram de outros municípios e estados e que não vivenciaram aqueles momentos anteriores de contato mais direto com o povo. Creio que estes primeiros anos são de acomodação e cristalização do que prevê a lei 11892 de criação dos Institutos com relação às atribuições do *campus*. Também posso afirmar que poderíamos ter sido mais ousados em determinadas ações, mas o *campus* Bom Jesus do Itabapoana desenvolveu inúmeras ações importantes na área de ensino com os cursos criados, como através de vários projetos de pesquisa e de extensão. Nesse sentido, vale esclarece que, apenas no ano de 2015, foram 23 projetos de extensão desenvolvidos com a comunidade. Inúmeros trabalhos foram realizados em conjunto com as empresas de pesquisa EMBRAPA, PESAGRO-Rio, Universidades, Associações de produtores, além de ações de artes e cultura. Acredito que, com o quantitativo de pessoal qualificado existente no *campus,* pode-se contribuir mais com a sociedade (FERRARA, 2016, p.1)[30].

Entre os servidores: Essa interação acontece na procura pelos cursos (25% dos entrevistados), em reuniões de pais, presença em eventos e projetos de extensão (5% dos entrevistados).

A pesquisa procurou identificar entre os servidores e alunos entrevistados, os aspectos positivos e negativos do *campus* para o município. Entre os aspectos

---

[29]. Entrevista concedida em 23 de fevereiro de 2016.

[30]. Entrevista concedida em 01 de março de 2016.

positivos foram citados: educação de qualidade representando 65% tanto de servidores como de alunos; formação de profissionais para o município e a região, representando 35% dos alunos e 5% dos servidores; geração de emprego, representando 20% dos servidores e 17% dos alunos; assistência e oportunidades aos alunos e atração de pessoas para a cidade, representando 13% apenas entre os alunos; movimentação da economia local/regional e do mercado de emprego e serviços representando 12,5% dos servidores; infraestrutura que atende do Superior aos cursos de Formação Inicial Continuada, representando 20% dos servidores.

Entre os aspectos negativos os resultados foram: para 83% dos alunos e 45% dos servidores entrevistados a resposta foi nenhum. Nesse sentido os servidores apontam ainda como negativo a pequena divulgação do *campus* em localidades mais afastadas e a existência de um único curso superior, representando cada uma o percentual de 10% dos entrevistados. Para os alunos, representando 9%, a não divulgação pela instituição ou poucas parcerias com empresas locais.

Conclui-se que gestores, servidores e alunos, tem conhecimento da importância do IFFluminense para o município, inclusive nos aspectos fundamentais para esse trabalho, no que concerne a contribuição do IFFluminense para o desenvolvimento do município. Com o propósito de corroborar com a afirmativa, a leitura do gráfico 20 representando os servidores entrevistados, indica que 80% afirmam que a população do município percebe a presença do IFFluminense e apenas 20% disseram que a população não tem conhecimento.

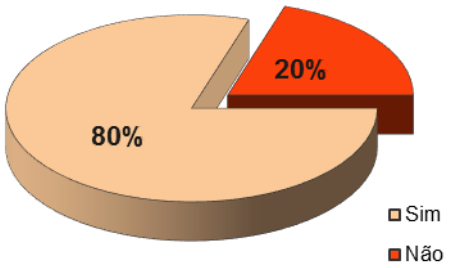

Gráfico 20: Percepção da população de Bom Jesus do Itabapoana sobre a presença do IFFluminense no Município na visão dos servidores entrevistados.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

No que concerne à relação do IFFluminense com os setores da economia local, foram feitas algumas perguntas aos alunos e aos servidores com o propósito de identificar a percepção e o conhecimento de parcerias locais que possam contribuir para a geração de estágios e empregos para alunos e egressos.

Uma primeira pergunta foi sobre conhecimento de parcerias do *campus* Bom Jesus do Itabapoana com empresas locais para desenvolvimento de pesquisas e estágios aos alunos do *campus*? Qual/quais seriam essas parcerias?

Entre os servidores entrevistados, 65% responderam que sim, tem conhecimento, enquanto 35% responderam não. Quanto aos alunos, 4% responderam que tem conhecimento e 96% que não. O que deverá ser um indicador a ser analisado pelo *campus*, quanto à divulgação dos convênios e parcerias, pois foram citados convênios por ambas as categorias entrevistadas, com empresas como: Xamego Bom, Maionese da Casa, Cavil, Abatedouro Vidaurre, Produtos Rosalenses, Fazenda Califórnia e o Instituto Federal. Sendo que as empresas Cavil, Maionese da Casa e Xamego Bom são as mais citadas por servidores e alunos. Entende-se que faltam estratégias para divulgação entre os alunos, os principais interessados.

Uma segunda pergunta foi sobre o conhecimento de egressos do campus Bom Jesus do Itabapoana que conseguem após a conclusão do curso, trabalhar no município ou região e em quais locais?

Entre os servidores entrevistados, 65% responderam que tem conhecimento e 35% responderam que não. Em relação aos alunos 48% responderam ter conhecimento e 52% responderam desconhecimento. Quanto aos locais de trabalho, foram citados pelos estudantes: empresas conveniadas, viveiros de produção de mudas, laticínios, fazendas regionais, Xamego Bom, CAVIL e como docentes. Entre os servidores, os locais citados são: Supermercado Varejão, Xamego Bom, IFF e outros Institutos Federais, fazendas regionais, prefeituras e empresas privadas, agroindústria, EMBRAPA, Maionese da Casa, CAVIL, Produtos Rosalenses e comércio local.

Na análise das respostas, percebe-se a importância das parcerias e da formação de capital humano para o desenvolvimento das empresas e consequentemente do município. Muitas das empresas citadas, são aquelas com as

quais a instituição tem parcerias para desenvolvimento de tecnologias, como a da produção da já citada Maionese da Casa.

Perguntou-se aos servidores, com o propósito de identificar as alterações ocorridas na instituição e que de alguma forma, teriam beneficiado ao município, se conheciam as transformações que ocorreram na infraestrutura, no quantitativo de servidores e alunos com a transição da UFF para o IFFluminense. Como resposta, percebeu-se que 80% dos entrevistados responderam sim, e os outros 20% responderam não, conforme consta na representação do gráfico 21.

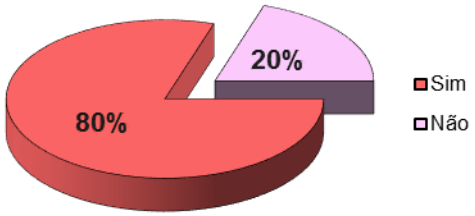

Gráfico 21. Percepção dos servidores, sobre as mudanças ocorridas na infraestrutura, número de servidores e alunos após a transição UFF/IFFluminense.
Fonte: Elaborado pelo Autor (Construído com dados da pesquisa).

Por fim, com o propósito de comprovar se as mudanças após a vinculação ao IFFluminense realmente aconteceram e se foram perceptíveis, solicitou-se que citassem as alterações observadas ou acompanhadas. E as respostas obtidas foram que 60% dos entrevistados perceberam o aumento do número de servidores em geral; 30%, da ampliação da infraestrutura e construção de novas salas de aula; 25% da criação de novos cursos; 15% sobre aumento no número de alunos, vagas em cursos e construção de laboratórios, nova biblioteca, setor de saúde, compra de novos veículos e equipamentos.

Dessa forma, os entrevistados identificaram que a transição permitiu crescimento do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, e que essas alterações contemplaram o município e região, uma vez que conforme já citado, aumentou número de alunos, de cursos, de servidores, entre outras. Revela também, que o IFFluminense apresenta potencial para continuar contribuindo com o município.

Por meio das palavras do professor e ex diretor Fernando Ferrara, vemos como essas mudanças se efetivaram na instituição, quando ele identifica a importância do *campus* para o município e região:

> Na área de ensino, foi criado o curso de graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos que era um anseio da comunidade, além dos Cursos Técnicos em Informática, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Química até o presente momento. Tendo em vista esse aumento dos cursos, criou-se toda uma infraestrutura de salas de aula e laboratórios para o atendimento aos cursos; na área de recursos humanos, houve concursos para ampliação do quadro de docentes e técnico-administrativos; e a contratação de profissionais terceirizados em diversas áreas (FERRARA. 2016, p. 1)[31].

Para Brose (2000) apud Santos 2008, o conceito de cidadania está ligado às condições mínimas de educação, saúde, segurança e bem-estar econômico, estando essas referências ligadas diretamente ao processo de desenvolvimento local.

Observa-se nas respostas dos questionários e entrevistas, a compreensão do papel do IFFluminense para o desenvolvimento de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, da região de abrangência do mesmo.

Cabe destacar que as alterações ocorridas na infraestrutura, demandaram e ainda demandam, a contratação de firmas especializadas, a partir de processos licitatórios e que independente dessas firmas serem ou não do município, envolveu e ainda envolve, pois, muitas obras estão em construção, a contratação de mão de obra, assim como, compra de insumos diversos no comércio local. Além desse aporte financeiro, observa-se que o setor de hotelaria e pousadas, também se beneficia, quando da necessidade de pernoite (s) por funcionários de firma (s) que não são do município e que precisam estar acompanhando as etapas das construções.

O setor de hotelaria é ainda beneficiado por servidores que não residindo no município, optam por essa alternativa para permanecer na cidade. Outra forma é quando da realização de concurso público e processos seletivos, e que dada a distância do município de outras cidades, incentiva aos que prestarão concurso ou farão o processo seletivo, a se hospedarem nesses locais. Em ambas as situações,

---

[31]. Entrevista concedida em 01 de março de 2016.

movimenta-se ainda o setor de alimentos e transportes, dada a distância do *campus,* ao centro de Bom Jesus do Itabapoana.

Nesse contexto, o IFFluminense pode ser considerado uma alternativa de mitigação para a situação apresentada pelo Jornal O Globo em 2014, na reportagem intitulada “Noroeste Fluminense enfrenta esvaziamento econômico e dificuldades na geração de renda”, e que mesmo não sendo o jornal uma fonte acadêmica torna-se importante fonte para reflexão:

> LAJE DO MURIAÉ, ITAPERUNA, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E BOM JESUS DO ITABAPOANA (RJ) - Aos 15 anos, a ideia fixa de ir embora, atrás de oportunidades que não tem esperança de encontrar onde nasceu. […] - Aqui não tem emprego. Há pouco o que fazer. Nem lugar para passear tem, porque a rua principal é, na verdade, uma estrada, por onde passam muitos caminhões, bem perto das casas - diz João Pedro. - Quero ir para Búzios, onde tenho parentes, ou qualquer cidade grande que tiver serviço - continua, convicto, o jovem estudante do 7º ano do Ensino Fundamental. [...]Além de Itaperuna, com seus 98.521 habitantes, forte comércio e um centro que sofre com problemas de cidade grande, como engarrafamento na hora do rush, outros dois municípios até se destacam no Noroeste como polos regionais: Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana. No primeiro, por exemplo, há campus da Universidade Federal Fluminense, do Instituto Federal Fluminense e unidade do SESI/Senac, com uma economia puxada pela extração mineral de rochas ornamentais, um polo papeleiro e a instalação de novas empresas. Mas dados do estudo Decisão Rio (2014-2016), do Sistema Firjan, deixam claro que o Noroeste Fluminense ainda está longe dos megaempreendimentos que se erguem no Rio e de tomar um caminho altivo: é para onde estão previstos, nos próximos anos, os mais baixos investimentos por região no estado, cerca de R$ 100 milhões (O GLOBO, Rio de Janeiro, 15/09/2014).

Apesar da precariedade de recursos de Bom Jesus do Itabapoana, da localização em uma região desfavorável economicamente, espera-se que a pesquisa desenvolvida possa contribuir para que o município perceba as potencialidades do IFFluminense e estabeleça parcerias atuantes e capazes de atrair recursos financeiros que podem ser aportados no município a partir do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, assim como, definir ações que contemplem o *campus,* como a gratuidade de transporte para os alunos e principalmente aos cidadãos bom-jesuenses e aqueles que mesmo não sendo naturais do município, estejam de alguma forma vinculados à instituição.

5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como propósito investigar os possíveis impactos econômico do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana. O IFFluminense ocupa o espaço de agente de desenvolvimento local, contribuindo como fomentador socioeconômico não apenas no município, mas na região de abrangência do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, que de acordo com dados da pesquisa, ficou evidenciado, pela origem dos alunos e servidores, que alcança, além de diferentes localidades no estado do Rio de Janeiro, os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Sabendo-se ser uma das missões do IFFluminense a contribuição com o desenvolvimento local e regional, conforme previsto na Lei 11. 892/08 que trata da criação dos Institutos Federais, o *campus* caminha no sentido de alcançar tal objetivo.

Os resultados obtidos com a pesquisa, mostraram que os impactos econômicos e financeiros, são representativos para Bom Jesus do Itabapoana. Além dos dados financeiros e das análises apresentadas ao longo da pesquisa, são perceptível os impactos através da ampliação do número de cursos, de vagas, do quantitativo de servidores, e de toda a infraestrutura do *campus,* através da construção de novas salas de aula, de novos laboratórios, da área poliesportiva, do Programa de Permanência com considerável aporte de recursos para pagamento de Bolsas e Auxílios, da gratuidade da alimentação dos estudantes, do incentivo à capacitação dos servidores, que de alguma forma, conforme já demonstrado, corroboram com o desenvolvimento do município, quer seja através da geração de emprego e renda, quer seja pelo desenvolvimento de tecnologias e ações da pesquisa e da extensão que beneficiam a comunidade local e regional, e ainda há

de se considerar a relevância da formação do capital humano, que dinamiza as ações empreendedoras locais.

Através do IFFluminense a população é contemplada com formação profissional técnica de nível médio e superior, com divulgação do conhecimento científico e tecnológico, passando pela já citada movimentação financeira através dos gastos de servidores e alunos e que permitem o fortalecimento da região. Sendo o IFFluminense uma instituição pública, seu desenvolvimento não tem implicações lucrativas e por isso a participação na economia local, não tem grande visibilidade, porém algumas ações e parcerias da pesquisa e da extensão são mais facilmente visualizadas.

Conhecendo-se a localização do *campus* Bom Jesus do Itabapoana na mesorregião Noroeste Fluminense, entende-se a dificuldade do município em intensificar o desenvolvimento local. A região se destaca pelo esvaziamento econômico e populacional. A população que permanece encontra poucas alternativas para o trabalho e formação profissional. Atualmente sobressaem-se no município, as atividades do setor terciário (comércio e serviços), conforme dados do IBGE 2010 apresentados no desenvolvimento da pesquisa. O IFFluminense passa a representar uma opção de trabalho e de geração de renda direta e indireta para a população.

Por outro lado, percebe-se entre os próprios servidores do IFFluminense o desconhecimento do papel dos Institutos Federais, no sentido de contribuir com o desenvolvimento local. Se os servidores tivessem o olhar voltado para o local, poderiam se transformar em agentes conscientes da transformação local, contribuindo de maneira mais intensa com o desenvolvimento e percebendo a estagnação, o abandono em que se encontra o município. Conforme relato de um servidor na entrevista, “se mais servidores residissem no município, favoreceria a interiorização do IFFluminense e fortaleceria mais a economia local”, porém essa percepção é rara no *campus.* Atualmente existe um grupo de servidores, que realiza estudos sobre o papel dos Institutos Federais e caso os estudos se fortaleçam, poderá empreender ações capazes de alterar o contexto local.

As relações estabelecidas entre o IFFluminense e Bom Jesus do Itabapoana são consideradas positivas, embora ainda sejam modestas de acordo com os objetivos estabelecidos na Lei 11.892/2008.

Em relação à aplicação das entrevistas, percebeu-se o empenho dos entrevistados em responder às questões de forma a esclarecer as contribuições tanto do CTAIBB como do IFFluminense, no que concerne às ações que beneficiam tanto ao município como em especial à comunidade, além do crescimento do *campus* Bom Jesus do Itabapoana.

Quanto à aplicação dos questionários junto aos servidores e alunos, apurou-se que os estudantes e servidores conhecem muito pouco sobre a instituição e sobre os convênios e parcerias que podem beneficiar aos alunos e à própria comunidade. Se faz urgente e necessário um trabalho interno da gestão no *campus* para divulgar não apenas os convênios, mas a própria instituição. Tanto alunos como servidores necessitam conhecer as potencialidades do IFFluminense, com o propósito de reverter ações em benefícios locais. Precisam entender o papel de atores sociais responsáveis por mudanças que beneficiarão a população de Bom Jesus do Itabapoana.

Pretende-se sugerir à instituição a partir dos resultados desse trabalho, uma intensificação dos estudos sobre o seu papel no município e região e a ampliação de parcerias que permitam o surgimento de novas empresas e a modernização das que já existem, uma vez que o IFFluminense tem tecnologia e capital humano que podem interferir na realidade do município. Esse incremento tecnológico poderá ampliar os postos de trabalho e contribuir para a redução da evasão da população do município. Novos cursos podem ser criados, principalmente cursos superiores, uma demanda local e que em uma instituição federal contribuiria para que os jovens não precisassem ter o desgaste diário do deslocamento para outras cidades como Itaperuna, Campos dos Goytacazes, Santo Antônio de Pádua entre outras. O próprio *campus* necessita conhecer o seu potencial, para que planeje ações que beneficiem à região.

Sugere-se também um estudo sobre as pesquisas que demonstra a importância das Universidades nas cidades onde estão localizadas, para percepção dos impactos já analisados e a partir de então estabelecer metas a serem alcançadas pelo IFFluminense. Sugere-se ainda que o *campus* através de seus gestores realize visitas *in loco,* em outras instituições, quer sejam Universidade, quer sejam Institutos Federais, para observar o potencial já estabelecido e a partir das observações, adotar experiências de sucesso.

As perguntas que nortearam esse trabalho, puderam ser respondidas com a análise dos dados. Percebe-se que o IFFluminense tem potencial para contribuir com o desenvolvimento de Bom Jesus do Itabapoana, mas que ações de fomento precisam ser ampliadas, com a finalidade de se promover um desenvolvimento que beneficie a todos e resgate o poder de desenvolvimento do município, mesmo estando localizado em uma região, que atualmente não tem atrativos para investimentos. Convênios precisam ser articulados nesse sentido, mas precisarão para serem executados, da competência necessária tanto do município como do *campus*. Assim sendo, sugerimos que trabalhos futuros ampliem essa pesquisa, coletem dados junto à população, comércio e representações políticas e locais para uma maior interação e integração.

Os investimentos se tornam necessários não apenas para a formação de capital humano, mas também para incentivar ações de cidadania, de conscientização política, econômica, ambiental e cultural, com vistas a melhores condições de vida à população local. Nisso também o IFFluminense tem responsabilidades junto à população de Bom Jesus do Itabapoana e região.

6: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral.** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, J. A. B.; ALVES, J. A. Bastos. **Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento:** estudo de caso do campus Canoinhas da Universidade do Contestado. 2010. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas- Santa Catarina, 2010 Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/editais/DissertacaoMestradoJorgeAmaroBastosAlves.pdf >. Acesso em: 14 jan 2016.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p.27-40, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://www.senac.br/media/20984/artigo3.pdf>. Acesso em: 14 jan 2016.

BARQUERO, Antônio Vazquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2001

BOM JESUS DO ITABAPOANA (Município). Disponível em: <http://www.bomjesus.rj.gov.br/site/nossa_historia-pagina-1-2-1>. Acesso em: 17 out. 2015.

BORGES, Carlos Henrique Leite. A universidade pública na economia local: os impactos financeiros da UESC nos Municípios de Ilhéus e Itabuna. **Revista Conjuntira e Planejamento**, Salvador, n. 119, p. 27-31, abr, 2004. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/download/780/pdf.>. Acesso em: 14 jan 2016.

BOVO, José Murari. **A contribuição da UNESP para o dinamismo econômico dos municípios.** São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **Universidade e comunidade**: avaliação dos impactos econômicos e a prestação de serviços. São Paulo: UNESP, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global**.** Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

_____. **Território e Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas-SP: UNICAMP, 2012.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição Brasileira de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes e Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. "Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. "Acesso em:" 02 de set. 2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto-Lei 4.127**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, de 27 de fevereiro de 1942.

_____._____.**Lei n. 4.024/61:** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____._____. **Lei n.5.692, de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____.. Ministério da Educação. **Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 04 set. 2015.

_____._____.. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2010**. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/> Acesso em: 05 set. 2015.

_____._____. **Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937**: dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____._____. **Lei n.8.948, de 08 de dezembro de 1994**: dispõe sobre a instituição do sistema nacional de educação tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 2, 9/12/1994. Acesso em 03 de setembro de 2015. Disponível em: < http://www.camara.gov.br/sileg/integras/169144.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____._____.. **Lei n 9. 394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 set. 2015.

_____._____. **Lei n. 11.195 de 18 de novembro de 2005**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm> Acesso em 03 de set. de 2015.

_____._____.. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**: institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/4713_Lei%20n%C2%BA%2011.892%20-%20Comentada.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____._____. (BRASIL, 2008a). **Lei n.11.892 de 29 de dezembro de 2008**: institui os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/4713_Lei%20n%C2%BA%2011.892%20-%20Comentada.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____._____.(BRASIL, 2008b). . **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008:** institui os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/4713_Lei%20n%C2%BA%2011.892%20-%20Comentada.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____._____.(BRASIL, 2008c). . **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**: institui os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/4713_Lei%20n%C2%BA%2011.892%20-%20Comentada.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. _____. (BRASIL, 1999). **Parecer 16/99***:* Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>. Acesso em:

_____._____ **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** Disponível em:

<http:/www2.**mec**.gov.br/sapiens/**pdi**.htm>. Acesso em: 07 dez 2015.

_____._____. (BRASIL, 2012.). **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei 4073**: lei orgânica do ensino industrial, de 30 de janeiro de 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acesso em:

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional**. Disponível em:<www.portal.fae.ufmg.br/simposionet_old2/sites/default/files/CANALI,Heloisa.pdf >. Acesso em: 20 set. 2015.

CARVALHO, Gabriel Duarte. **Políticas públicas de educação profissional: uma análise do acesso a partir do sistema de habitus.** 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2014. Disponível em: <http://cidades.ucam-campos.br/images/arquivos/dissertacoes/2014/Gabriel_Duarte_Carvalho.pdf>. Acesso em: 14 jan 2016.

COSTA, Fernanda Carvalho da. **Limites e possibilidades da contribuição do sistema de compras do instituto Federal Fluminense para o desenvolvimento do Noroeste Do Estado Do Rio De Janeiro.** 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

COSTA, Luciana Machado da. **Noroeste Fluminense**: integração, diferenciação e fragmentação. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, R, 2012.

CRUZ, José Luis Vianna da. O desenvolvimento do norte/noroeste fluminense: problematizando o consenso. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 1, p.27-36, 1997.

_____. **Material didático apresentado em aula do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades**. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

_____. **Os Desafios do Norte e do Noroeste Fluminense frente aos grandes projetos estratégicos**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2007.

_____. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. 2003. 338f. Tese. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

_____**.** Região e Desenvolvimento: a escala microrregional**. Cadernos do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades,** Campos dos Goytacazes-RJ, 2005.

_____.Trabalho renda e desenvolvimento local: algumas questões. **Boletim Técnico SENAI**, Rio de Janeiro, v.27, n. 1, janeiro / abril, 2001

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** 2 ed. São Paulo: UNESP; Brasília; Flacso, 2000.

DINIZ, C.C.(org); CROCO, M (org) **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes**.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.2008, p 51-52.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <http://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/6125349/dia-de-campo-sobre-maracuja-ocorre-no-noroeste-fluminense.> . Acesso em: 20 dez. 2015.

FAURÉ, Yves-A (org); HASENCLEVER, Lia. (org). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil:** diversidade das abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONSECA. A. A. M. **Instituição e desenvolvimento territorial.** O desempenho municipal após a descentralização**.** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

FONSECA, Áurea Côrtes Nunes de Oliveira. **Aspectos do desenvolvimento regional no Recôncavo Sul Baiano:** o caso do município de Cachoeira, Bahia-Brasil. 2006. 343f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006. Disponível em: <http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1950/01.ACNO_THESE.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 fev 2016.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de janeiro: Escola Técnica,1961.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise Nogueira. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita** (Versão para discussão). Rio de Janeiro: [s. Ed.], 2004.

FUNDAÇÃO, CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.fesp.rj.gov.br> Acesso em: 04. nov. 2015.

GALVÃO. Maria do Carmo. **Breve Histórico da ocupação do território fluminense:** período república**.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000. Disponível em: < http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_09_02.pdf>. Acesso 15 dez 2015.

GEERTZ, G. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 119, p. 119.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar-como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*.*** Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____.**A arte de pesquisar-como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*.*** Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRABOIS, José (coord.). O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do noroeste fluminense. Rio de Janeiro, 1986.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Brasília, v. 22, p. 201-209, maio-ago, 2006.Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 14 jan 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, David. **A condição pós—moderna**. São Paulo, Loyola. 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pb> . Acesso em: 24 out. 2015.

_____.. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> Acesso em: 24 out. 2015.

_____. **Cidades 2014**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. **Cidades 2014**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330060&search=rio-de-janeiro|bom-jesus-do-itabapoana|infograficos:-historico.>.Acesso em: 28 out. 2015.

_____. **Cidades**: municípios brasileiros: Bom Jesus do Itabapoana. <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-bom-jesus-do-itabapoana.html>. Acesso em: 30 out. 2015.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFFLUMINENSE,2015a). Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/guarus/institucional>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. (IFFLUMINENSE,2015b). Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/cabofrio>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. (IFFLUMINENSE,2015c).. Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/bom-jesus>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. (IFFLUMINENSE,2015d).. Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/cambuci>. Acesso em 25 set. 2015.

_____. (IFFLUMINENSE,2015e). Disponível em:

<http://portal.iff.edu.br/campus/marica/apresentacao> Acesso em: 25 set. 2015.

_____. (IFFLUMINENSE,2015f). Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria>. Acesso em 21 set. 2015.

_____.(IFFLUMINENSE,2015g). Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/noticias/iffluminense-e-inea-assinam-convenio-para-apoio-ao-produtor-rural.>. Acesso em: 30 dez. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local**: **uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LUMBRERAS, M. J. **Noroeste Fluminense: da estagnação a novas oportunidades**? 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2008.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, e. **História, memória e poder:** um estudo macro e micro político sobre a rede federal e educação profissional e tecnológica**.** Campos Dos Goytacazes – RJ: Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2015.

NOROESTE Fluminense enfrenta esvaziamento econômico e dificuldades na geração de renda: Treze municípios da região representam a menor participação do PIB do Rio. **Jornal O Globo**. 15 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. A reforma e a contrarreforma da educação profissional brasileira. IN: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, 2004, Caxambu-MG. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t096.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

OLIVEIRA, Solange Rose Rosário de. **A análise do emprego como contribuição para o diagnóstico do desenvolvimento regional:** uma aplicação nos municípios de Blumenau e Brusque. Florianópolis, 2002. 118f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Sana Catarina, Florianópolis-SC, 2002.

OLIVEIRA, C.D. **As relações artesanais e o estímulo ao desenvolvimento local no Brasil, em Gouveia, MG, e outras diferentes escalas**. 2007. Dissertação (Mestrado de Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007

PACHECO, E. **Os institutos federais e o projeto nacional**. Disponível em <http://wiki.sj.cefetsc.edu.br/wiki/imagens/6/6b/Artigo_Elizier.pdf >. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **Perspectivas da educação profissional técnico de nível médio:** propostas de diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede Federal de educação profissional e o desenvolvimento local.** 2003. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 2003.

PIQUET, R. O Norte Fluminense em tempo presente. In: SANTOS, A. M. S. P.; MARAFON, G. J.; SANT'ANNA, M. J. G. **Rio de Janeiro:** um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010a. p. 79-100.

_____. **Indústria e território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Acesso: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/bomjesusdoitabapoana_rj. Acesso em: 24 de outubro de 2015.

RABELO, Fernanda Lima. O centro de memória IFF: Noroeste Fluminense e a difusão da história institucional escolar através de ações de extensão e de pesquisa. In. ENCONTRO DE MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 4, 2014. São Paulo. **Anais....** São Paulo: Centro Paula de Souza, 2015.

_____. MOREIRA, E. Lugares de memória de Bom Jesus do Itabapoana: a recuperação do patrimônio imaterial do município a partir de registros orais e visuais. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL: EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: VIOLÊNCIA, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 10, 2013, 10-13

set, Campinas-SP. **Anais...**. Campinas-SP: UNICAMP, 2014. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/programas/centros-de memoria/producao-publicacoes/lugares-de-memoria-de-bom-jesus-do-itabapoana-a-recuperacao-do-patrimonio-imaterial-do-municipio-a-partir-de-registros-orais-e-visuais/artigo_lugaresdememoriadebomjesusdoitabapoana_fernandarabeloeeduardo moreira.pdf >. Acesso em: 14 fev 2015.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHIMIDT, M. A. **Os institutos de educação, ciência e tecnologia na expansão da rede federal.** 2010. 159f Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp145285.pdf>. Acesso em>: 12 mar 2015.

SANTOS, Mílton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, José Ricardo Rosa dos. **Universidade pública e desenvolvimento local:** a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz **(**UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus-BA no período de 1991 a 2008. Ilhéus-BA: Editus, 2013. Disponível em:<http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/universidade_publica.pdf>. Acesso em: 14 fev 2015.

SILVA, Artur. Rezende. **O Instituto Federal Fluminense e o desenvolvimento local e regional:** o desafio da inserção profissional dos egressos do campus Bom Jesus no Noroeste Fluminense**.** 2013. Dissertação. (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 2014.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo Viana. **Noroeste Fluminense**: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento. 2015. Dissertação. (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes-RJ, 2015.

SOARES, Manoel Jesus Araújo. **Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil – Uma nova ética do trabalho nos anos 20 – Projeto Fidélis Reis.** Disponível em:<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BBB49E53A-16E5-4446-ADA0-9B99EF803020%7D_relatosdepesquisan33.pdf.> . Acesso em: 02 set. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (TCE,2011, p.87). Disponível em: <http:// www.tce.rj.gov.br/>. Acesso em: 04 set. 2015.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

APENDICE A: ROTEIRO DA PESQUISA ESTRUTURADA (1)

Pesquisa: **Para Além da Educação: A contribuição do Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ**

Silvana Pereira de Campos

A pesquisa tem como objetivo, analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Pretende-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, avaliar seu papel no desenvolvimento da cidade relacionado a sua presença. Assim, a pesquisa tem como proposta identificar se o surgimento de novos restaurantes, novos empregos, repúblicas de estudantes e outras situações que favorecem o desenvolvimento local, têm relação com a presença e atuação do IFFluminense no município. Agradeço sua colaboração, respondendo à entrevista e apresentando qualquer tipo de colaboração que julgar necessária.

I- Caracterização do Entrevistado (Diretora de Pesquisa e Extensão do *campus* Bom Jesus do Itabapoana)

Identificação:

Nome: _____

Instituição:_____Cargo:_____

Tempo de participação na instituição: _____Escolaridade: _____

Idade: _____ Município de atuação: _____

Período de gestão: _____Data da entrevista: ___/___/2016.

1-É possível relatar se as contribuições da pesquisa desenvolvidas no *campus* Bom Jesus do Itabapoana contribuem para o desenvolvimento do município?

_____

2-É possível relatar se as contribuições da extensão desenvolvidas no *campus* Bom Jesus do Itabapoana envolvem a comunidade local? Como?

_____

3-Percebe se tanto as ações da pesquisa, como da extensão são significativas para o desenvolvimento local e regional?

_____

4-Percebe a importância do *campus* Bom Jesus do Itabapoana para o município e região? Como?

_____

5-Percebe se o IFFluminense contribui para a geração de emprego e renda no município? Como?

_____

6-Consegue perceber se as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IFFluminense são mais significativas do que as desenvolvidas no período do CTAIBB? Como?

_____

APENDICE B: ROTEIRO DA PESQUISA ESTRUTURADA (2)

Pesquisa: Para Além da Educação: A contribuição do Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ

Silvana Pereira de Campos

A pesquisa tem como objetivo, analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Pretende-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, avaliar seu papel no desenvolvimento da cidade relacionado a sua presença. Assim, a pesquisa tem como proposta identificar se o surgimento de novos restaurantes, novos empregos, repúblicas de estudantes e outras situações que favorecem o desenvolvimento local, têm relação com a presença e atuação do IFFluminense no município. Agradeço sua colaboração, respondendo à entrevista e apresentando qualquer tipo de colaboração que julgar necessária.

I- Caracterização do Entrevistado (Gestor da transição UFF/IFF)

Identificação:

Nome: _____

Instituição:_____Cargo:_____

Tempo de participação na instituição: _____Escolaridade: _____

Idade: _____ Município de atuação: _____

Período de gestão: _____Data da entrevista: ___/___/2016.

1-Relate as contribuições da Universidade Federal Fluminense para o município de Bom Jesus do Itabapoana, durante os 34 anos de vinculação do CTAIBB à Universidade?

_____

2-É possível descrever o processo que desvinculou o CTAIBB da UFF e os motivos que levaram a essa escolha?

_____

3-Quais motivos levaram o CTAIBB a optar pela vinculação ao Instituto Federal Fluminense?

_____

4- Aconteceram mudanças significativas na instituição de ensino após a vinculação ao IFFluminense? Quais?

_____

5-É possível esclarecer qual das instituições: CTAIBB ou *campus* Bom Jesus do Itabapoana, teve ou tem mais interação com a comunidade local? Como acontecia ou acontece esse processo?

_____

6-Consegue identificar se o *campus* Bom Jesus do Itabapoana é importante tanto para o município como para a região? Como?

_____

7-Percebe se o IFFluminense contribui para a geração de emprego e renda no município, de forma mais significativa que o CTAIBB? Como?

_____

APENDICE C: ROTEIRO DA PESQUISA ESTRUTURADA (3)

Pesquisa: **Para Além da Educação: A contribuição do Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ**

Silvana Pereira de Campos

A pesquisa tem como objetivo, analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Pretende-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, avaliar seu papel no desenvolvimento da cidade relacionado a sua presença. Assim, a pesquisa tem como proposta identificar se o surgimento de novos restaurantes, novos empregos, repúblicas de estudantes e outras situações que favorecem o desenvolvimento local, têm relação com a presença e atuação do IFFluminense no município. Agradeço sua colaboração, respondendo à entrevista e apresentando qualquer tipo de colaboração que julgar necessária.

I- Caracterização do Entrevistado (Gestor atual)

Identificação:

Nome: _____
Instituição:_____Cargo:_____

Tempo de participação na instituição: _____Escolaridade: _____

Idade: _____ Município de atuação: _____

Período de gestão: _____Data da entrevista: ___/___/2016.

1-Relate as contribuições da Universidade Federal Fluminense para o município de Bom Jesus do Itabapoana, durante os 34 anos de vinculação do CTAIBB à Universidade?

_____

2-Aconteceram mudanças significativas no *campus* Bom Jesus do Itabapoana durante a sua gestão? Cite-as.

_____

3-É possível esclarecer qual das instituições: CTAIBB ou *campus* Bom Jesus do Itabapoana, teve ou tem mais interação com a comunidade local? Como acontecia ou acontece esse processo?

_____

4-Consegue identificar se o *campus* Bom Jesus do Itabapoana é importante tanto para o município como para a região? Como?

_____

5-Percebe se o IFFluminense contribui para a geração de emprego e renda no município, de forma mais significativa que o CTAIBB? Como?

_____

6-Percebe se foi mais importante para o atual campus Bom Jesus do Itabapoana estar vinculado ao IFFluminense? Por que?

_____

APENDICE D: ROTEIRO DA PESQUISA ESTRUTURADA (4)

Pesquisa: **Para Além da Educação: A contribuição do Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ**

UCAM – Campos dos Goytacazes
Orientadora: Professora Rosélia Piquet
Mestranda: Silvana Pereira de Campos

A pesquisa tem como objetivo, analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Pretende-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, avaliar seu papel no desenvolvimento da cidade relacionado a sua presença. Assim, a pesquisa tem como proposta identificar se o surgimento de novos restaurantes, novos empregos, repúblicas de estudantes e outras situações que favorecem o desenvolvimento local, têm relação com a presença e atuação do IFFluminense no município. Agradeço sua colaboração, respondendo à entrevista e apresentando qualquer tipo de colaboração que julgar necessária.

Entrevista

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Identificação:
Nome: _____

Instituição:_____Cargo:_____

Tempo de participação na instituição: _____Escolaridade: _____

Idade: _____ Município de atuação: _____

Período de gestão: _____Data da entrevista: ___/___/2016.

1. Como o (a) senhor (a) analisa a relação do IFFluminense com o município de Bom Jesus do Itabapoana?

_____

2. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas pelo IFFluminense têm contribuído para o desenvolvimento de Bom Jesus do Itabapoana? Por quê?

_____

a) Você consegue identificar essa contribuição no desenvolvimento social do município? Como?

_____

b) E no desenvolvimento econômico, percebe alguma influência? Quais?

_____

3. Para o (a) senhor (a), aconteceram mudanças em Bom Jesus do Itabapoana a partir do IFFluminense? No caso de responder afirmativamente, cite-os.

_____

4- Conhece algum projeto do IFFluminense desenvolvido em Bom Jesus do Itabapoana? No caso de responder afirmativamente, cite-os.

_____

5- Você ou alguém de sua família é (são) beneficiado(s) pela presença do IFFluminense? No caso de resposta afirmativa, explique como acontecesse.

_____

6- Conhece estabelecimentos comerciais ou outros que são beneficiados pelo IFFluminense? Caso conheça, cite-os e como isso acontece.

_____

APENDICE E: QUESTIONÁRIOS PARA OS SERVIDORES

Pesquisa: **Para Além da Educação: A contribuição do Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ**

UCAM – Campos dos Goytacazes
Orientadora: Professora Rosélia Piquet
Mestranda: Silvana Pereira de Campos

A pesquisa tem como objetivo, analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Pretende-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, avaliar seu papel no desenvolvimento da cidade. Assim sendo, a pesquisa tem como proposta identificar se o surgimento de novos restaurantes, novos empregos, repúblicas de estudantes e outras situações que favorecem o desenvolvimento local, têm relação com a presença e atuação do IFFluminense no município. Agradeço sua colaboração, respondendo ao questionário e apresentando qualquer tipo de colaboração que julgar necessária.

1. Nome (OPCIONAL): _____

2. Cidade e estado de onde você veio para o IFFluminense, caso não seja morador de Bom Jesus do Itabapoana.:_____

3. Em Bom Jesus do Itabapoana você reside em:
   a.( ) Casa própria b.( ) Casa de aluguel
   c.( ) Quarto alugado (pensão) d. ( ) Moradia Estudantil
   e.( ) outro _____

4. Caso pague aluguel, o valor **mensal** é de:
   a.( ) até R$200,00; b.( ) R$200,00 à R$300,00;
   c.( ) mais de R$300,00 R$_____.

5. É estudante do curso: _____.

6. Recebe Bolsa ou Auxílio no *campus* Bom Jesus do Itabapoana?
   a.( ) não b.( ) sim. Valor **mensal**: R$ _____.

7. Caso tenha respondido sim para a pergunta 5, com o que e onde costuma gastar o valor recebido?
_____

8. Assinale abaixo o valor aproximado de seus **gastos mensais** com alimentação em Bom Jesus do Itabapoana:
   a.( ) até R$100,00; b.( ) de R$100,00 à R$200,00;
   c.( ) de R$200,00 à R$300,00; d.( ) mais de R$300,00 R$_____
   e.( ) Não tenho esse gasto em Bom Jesus do Itabapoana.

9. Além do aluguel, você tem gasto **mensal** em Bom Jesus do Itabapoana com:
   a.( ) Água, luz e gás;
   b.( ) Diarista ou empregada doméstica;
   c.( ) Impostos (IPVA, IPTU);
   d.( ) Telefonia e/ou Internet;
   e.( ) Outros_____

10. Numere **TODAS** as opções, usando o número 1 para identificar nas opções abaixo, aquela que você ou você e sua família costumam usar ou frequentar e 2 para os que nunca usa ou frequenta em Bom Jesus do Itabapoana:
   a.( ) Barbearia ou salão de beleza;
   b.( ) Comércio local (roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos e outros);
   c.( ) Serviços de saúde (consultas, laboratórios, farmácia e outros);
   d.( ) Gastos com laser (cinema, clube, bar e outros);

e.( ) Combustível ou transporte;
f.( ) Alimentação (supermercado, padaria, restaurante, pizzaria, sorveteria, etc.);
g.( ) Papelaria e/ou lan house.

11. Tem conhecimento se o *campus* Bom Jesus do Itabapoana tem parceria com empresas locais, para desenvolvimento de pesquisa e para estágios dos alunos?
a.( ) não b.( ) sim. Qual/Quais?_____

12. Tem conhecimento se egressos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana conseguem após a conclusão do curso, trabalhar no município ou Região?
a.( ) não b.( ) sim. Onde?_____

13. Avalie a presença do IFFluminense para o município de Bom Jesus do Itabapoana e Região:
Pontos positivos:_____
Pontos negativos:_____

Bom Jesus do Itabapoana, ___de _____ de 2016.

APENDICE F: QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

Pesquisa: **Para Além da Educação: A contribuição do Instituto Federal Fluminense no desenvolvimento do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ**

UCAM – Campos dos Goytacazes
Orientadora: Professora Rosélia Piquet
Mestranda: Silvana Pereira de Campos

A pesquisa tem como objetivo, analisar a presença do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense, no município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ, tendo como eixo central sua influência econômica e seu papel no desenvolvimento local. Pretende-se realizar uma análise da influência socioeconômica do IFFluminense no município de Bom Jesus do Itabapoana, assim como, avaliar seu papel no desenvolvimento da cidade relacionado a sua presença. Assim, a pesquisa tem como proposta identificar se o surgimento de novos restaurantes, novos empregos, repúblicas de estudantes e outras situações que favorecem o desenvolvimento local, têm relação com a presença e atuação do IFFluminense no município. Agradeço sua colaboração, respondendo ao questionário e apresentando qualquer tipo de colaboração que julgar necessária.

1. Nome (OPCIONAL): _____.

2. Cidade e estado de onde você veio para o IFFluminense, no caso de Bom Jesus do Itabapoana, não ser sua cidade de origem._____.

3. É servidor do quadro permanente do *campus* Bom Jesus do Itabapoana?
a) ( ) sim; b) ( ) não

4. Tem conhecimento se aconteceram alterações na infraestrutura quantitativo de servidores e alunos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, após a vinculação ao IFFluminense?
a.( ) não b.( ) sim. Quais? _____

5. Caso resida em Bom Jesus do Itabapoana, sua residência é:
a.( ) própria; b.( ) de aluguel. Valor R$_____
c.( ) de parente; d.( ) outro(s) _____

6. Assinale as opções que representam gastos que você ou você e sua família têm em Bom Jesus do Itabapoana:
a.( ) Água, luz e gás;
b.( ) Diarista ou empregada doméstica;
c.( ) Impostos (IPVA, IPTU);
d.( ) Telefonia e/ou Internet;
e.( ) Outros_____

7. Numere **TODAS** as opções, usando o número 1 para identificar nas opções abaixo, aquela que você ou você e sua família costumam usar ou frequentar e 2 para os que nunca usa ou frequenta em Bom Jesus do Itabapoana:
a.( ) Barbearia ou salão de beleza;
b.( ) Comércio local (roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos e outros);
c.( ) Serviços de saúde (consultas, laboratórios, farmácia e outros);
d.( ) Gastos com laser (cinema, clube e outros);
e.( ) Combustível ou transporte;
f.( ) Alimentação (supermercado, padaria, restaurante, pizzaria, sorveteria, etc.);
g.( ) Papelaria e/ou lan house.

8. Valor **mensal** aproximado, que você ou você e sua família gastam com transporte ou combustível no município de Bom Jesus do Itabapoana:
a.( ) até R$100,00; b.( ) de R$100,00 à R$200,00;
c.( ) de R$200,00 à R$300,00; d.( ) de R$300,00 à R$400,00;
e.( ) mais de R$400,00 f.( ) não tenho esse gasto no município.

9. Qual o valor **mensal** aproximado, que você ou você e sua família gastam com alimentação em Bom Jesus do Itabapoana (incluindo compra em mercado, açougue, padaria, quitanda e outros)?

a.( ) até R$200,00; b.( ) de R$200,00 à R$400,00;
c.( ) de R$400,00 à R$600,00; d.( ) de R$600,00 à R$800,00;
e.( ) mais de R$1.000,00 f.( ) Não compra em Bom Jesus do Itabapoana.

10. Você tem conhecimento se o *campus* Bom Jesus do Itabapoana tem parceria com empresas locais, tanto para desenvolvimento de pesquisa como para estágio aos alunos da instituição?

a.( ) não b.( ) sim. Qual/quais?_____.

11. Tem conhecimento se egressos do *campus* Bom Jesus do Itabapoana conseguem após a conclusão do curso, trabalhar no município ou Região?

a.( ) não b.( ) sim. Onde?_____

12. É possível identificar se a população de Bom Jesus do Itabapoana percebe presença do IFFluminense no município?

a.( ) não b.( ) sim. Como?_____

13. Avalie o IFFluminense para o município de Bom Jesus do Itabapoana e Região?

Pontos positivos:_____

Pontos negativos:_____

Bom Jesus do Itabapoana, ___de _____ de 2016.